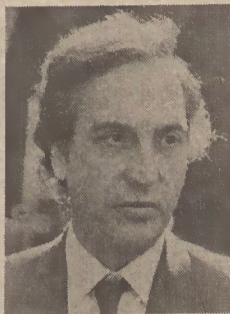


Carlos Carvalhas visitou Cuba

Depoimento do
Secretário-Geral
do PCP



Pág. 17

EM FOCO

Areias na engrenagem socialista

■ João Amaral

Pág. 16

TRABALHADORES



Reformados reclamaram direitos junto à AR

Pág. 11

RÚSSIA

Indubitável sucesso dos comunistas

Pág. 13

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 20 de Junho de 1996 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1177 • Director: Carlos Brito

Jornadas Parlamentares do PCP

Defender os interesses nacionais

Págs. 5 e 6

2.ª Conferência Democrática sobre Trás-os-Montes e Alto Douro

Centrais



Intervir para construir o futuro

Grande Exposição de

na festa!
AMORA-SEIXAL
6, 7 e 8 SETEMBRO

Sebastião Salgado



Seminário Nacional sobre Turismo

10 propostas para uma política alternativa

Págs. 18 e 19

Editorial **Grandes objectivos**

EDITORIAL

Grandes objectivos

Ao intervirm na sessão de abertura das Jornadas Parlamentares do PCP, na passada segunda-feira, 17 de Junho, Carlos Carvalhas salientou:

«Transformar a vida, dar resposta aos problemas e anseios mais sentidos pelos trabalhadores e pelo povo, aprofundar a democracia em todas as suas vertentes, defender o regime e os interesses nacionais, são os grandes objectivos que nos movem na intervenção e na luta, nas instituições e fora delas.»

Esta síntese ajuda a compreender o sentido da intensa actividade que os comunistas estão a desenvolver em todas as frentes essenciais da vida nacional.

Não é de mais salientar, entre muitas outras iniciativas, regionais e locais ou sectoriais, levadas a cabo nos últimos dias, as Assembleias de Organização de Vila Franca de Xira, Montemor-o-Velho e Função Pública do Porto, e, por ordem da sua realização, o Encontro de deputados do PCP da Assembleia da República e do Parlamento Europeu, o Seminário Nacional «Para uma política de Turismo», a 2ª Conferência Democrática sobre Trás-os-Montes e Alto Douro e as Jornadas Parlamentares do PCP centradas nas questões da Educação. Para o próximo Sábado destaca-se o Encontro «Por uma reforma democrática da Segurança Social» e nos dias 28 e 29 a reunião do Comité Central do PCP.

Os grandes objectivos que os comunistas visam com a sua intervenção e a sua luta levam em conta todas as questões de que depende o futuro do país e apontam para uma nova política, só possível com o reforço do PCP, como também foi salientado pelo seu Secretário-Geral.

Entre essas questões avultam, em vésperas da nova cimeira da União Europeia, fixada para os próximos dias 21 e 22 em Florença, as questões da integração europeia.

Revestiu, por isso, uma particular oportunidade a declaração feita no seguimento do Encontro entre deputados do PCP da Assembleia da República e do Parlamento Europeu sobre «os problemas da integração europeia e os desenvolvimentos da CIG 96 e a cimeira de Florença».

Nessa declaração, também proferida por Carlos Carvalhas, abordam-se as questões essenciais que se prendem com a CIG 96.

Assim, entre outras: desmascara-se a circunstância da questão central do Tratado de Maastricht, a União Económica e Monetária, continuar de fora do processo de revisão; denuncia-se a demagogia com que são anunciados novos planos de combate ao desemprego, quando ele é acima de tudo uma consequência das políticas comunitárias que estão a ser seguidas; protesta-se contra o secretismo em que continua a decorrer o processo de revisão do Tratado da União Europeia; exige-se um amplo debate nacional sobre a matéria; reclama-se, como cada vez mais necessário, que o povo português seja chamado a pronunciar-se em referendo «sobre o Tratado de Maastricht após a revisão».

Reveste um significado especial, entre os objectivos dos comunistas, a seguinte afirmação contida na Declaração: «O PCP opor-se-á firmemente a que o nosso país se vá transformando sub-repticiamente numa província sem alma de uma União Europeia comandada pelos interesses das grandes potências e do capital financeiro.»

Este objectivo cumpre-se, no concreto, combatendo, entre outras orientações ruinosas, a cega caminhada para a moeda única e os seus critérios de convergência nominal, que é a

causa primeira do afundamento do aparelho produtivo do país e do maciço crescimento do desemprego.

Atenção prestada aos problemas da educação por parte do PCP releva, tanto da importância que os comunistas sempre lhe atribuíram como parte integrante de uma verdadeira política de desenvolvimento do país, como da necessidade de dar pronta resposta às manobras que o Governo PS desenvolve nesta área, designadamente a pretexto do «pacto educativo».

Logo numa primeira reacção ao agendamento de supetão, para 4 de Julho, de uma proposta de lei de alterações à Lei de Bases do Sistema Educativo, congemina no maior segredo e há dias apresentada pelo Governo na Assembleia, Edgar Correia classificou, na passada sexta-feira, esta actuação governamental de «insólita» e «merecedora da mais viva reprovação» e salientou que «a menos de uma semana do início dos exames nacionais de finalização do ensino secundário (que servem este ano também para o acesso ao ensino superior) é no mínimo estranha a pressa que o Ministro da Educação teve em anunciar alterações futuras no sistema de acesso ao superior».

Nas Jornadas Parlamentares, de 17 e 18 de Junho, o PCP apreciou a fundo a proposta de lei, o chamado «pacto educativo» e toda a política do Governo do PS para a educação, a «paixão de Guterres, agora pelos vistos bastante adormecida. Pois, como disse Octávio Teixeira, na abertura das Jornadas: o que «se pretende esconder é o retomar das consabidas teses neoliberais do anterior Governo do PSD».

Para os comunistas, a Lei de Bases do Sistema Educativo continua a constituir um ordenamento político fundamental em matéria de educação que, em vez de alterações, o que precisa é de vontade política para ser levada à prática.

Depois da histórica campanha recheada de piruetas do PSD e das clamorosas cedências do PS, o duplo referendo (nacional e regional, simultâneo) sobre a instituição das regiões administrativas parece acolher aprovação maioritária na comissão de revisão da Constituição.

Assim, o PS depois de ter jurado e trejurado semanas a fio que nunca o faria acaba por aceitar que o cumprimento de normas constitucionais fique dependente de referendo.

Ao mesmo, o PS que proclamou com voz grossa que faria a regionalização com quem quisesse regionalizar, acabou por se envolver numa inextricável tralha política-jurídica com os piores inimigos da regionalização.

Com as cedências do PS, perante as exigências do PP, primeiro, e perante as exigências do PSD, depois, o caminho para a regionalização não fica apenas mais dificultado, pode mesmo mergulhar no maior absurdo.

Além disso, os entendimentos entre estes três partidos à volta deste bizarro referendo abrem as portas à aceleração da revisão da Constituição e ao entendimento entre eles noutras graves matérias, que vão desde alterações antidemocráticas das leis eleitorais, com a eliminação ou adulteração do princípio de representação proporcional, até novos ataques ao estatuto constitucional dos direitos dos trabalhadores e das suas organizações representativas.

A batalha de esclarecimento a favor da regionalização e o firme combate a uma revisão da Constituição atentatório dos interesses do regime, do povo e do país inscrevem-se, naturalmente, entre os grandes objectivos dos comunistas.



A regionalização e a educação foram alguns dos temas abordados na Conferência Democrática de Trás-os-Montes

RESUMO

12
Quarta-feira

Durante a Presidência Aberta, em Faro, Jorge Sampaio afirma que «não haverá abates de frotas», aconteça o que acontecer nas negociações com a União Europeia ■ O Conselho de Ministros aprova uma proposta de revisão do Sistema Educativo, sem ouvir qualquer parceiro ■ O comandante-geral da GNR anuncia a expulsão de mais seis elementos. Este ano, 30 elementos já foram irradiados por alcoolismo e 13 por questões de droga ■ Mais uma vez, Israel não cumpre o prazo para a retirada parcial de Hebrón, na Cisjordânia ■ O magistrado espanhol José António Jimenez perde três dedos na sequência da explosão de uma carta armadilhada ■ O parlamento indiano aprova uma moção de confiança ao novo primeiro-ministro Deve Gowda ■ No Bangladesh, as eleições legislativas são marcadas pela violência e por uma grande afluência às urnas.

13
Quinta-feira

O primeiro-ministro português e Jacques Santer, o presidente da Comissão Europeia, reafirmam a convergência dos seus pontos de vista sobre a UE, num encontro com a imprensa ■ Inicia-se, em Florença, a Conferência Internacional sobre a Bósnia-Herzegovina ■ A Bélgica abole a pena de morte.

14
Sexta-feira

Carlos Carvalhas participa na reunião conjunta dos deputados do PCP na Assembleia da República e no Parlamento Europeu sobre a integração europeia e a Conferência Intergovernamental de 1996 ■ Termina em Istambul a II Cimeira das Cidades, promovida pelas Nações Unidas, sem que tenha conseguido unir os países participantes no propósito de assegurar aos homens o direito a uma habitação condigna ■ A Conferência sobre a Bósnia anuncia como prioridade a realização de eleições ■ A primeira sessão do Fórum sobre a Irlanda do Norte termina em Belfast, sem que os participantes cheguem a acordo sobre as modalidades de nomeação do presidente deste conclave ■ O ministro russo da Defesa reafirma a oposição do seu Governo ao alargamento da NATO à Europa de Leste.

15
Sábado

Jorge Sampaio, no Algarve, defende a descentralização administrativa ■ Quatrocentas mil pessoas manifestam-se em Bona contra

o plano de austeridade do Governo de Helmut Kohl ■ Um atentado terrorista em Manchester, alegadamente da autoria do IRA, faz 200 feridos ■ A Turquia abate 77 guerrilheiros curdos, elevando para 200 os rebeldes mortos na última semana ■ Os dirigentes croatas bósnios nomeiam um novo primeiro-ministro para a república separatista da «Herceg-Bosna» ■ Ella Fitzgerald morre, na Califórnia, aos 78 anos.

16
Domingo

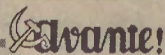
Carlos Carvalhas participa na 2ª Conferência Democrática sobre Trás-os-Montes e Alto Douro, em Mirandela ■ O PCP promove o Seminário Nacional para o Turismo, em Lisboa ■ É anunciado que mais de sete dezenas de pessoas foram chacinadas no Burundi, na semana passada ■ Realizam-se as eleições presidenciais na Rússia ■ David Mourão-Ferreira falece aos 69 anos, em Lisboa.

17
Segunda-feira

Realizam-se em Lisboa as Jornadas Parlamentares do PCP, centradas nas questões da Educação, com a presença de Carlos Carvalhas ■ Os 140 mil alunos do 12º ano, eventualmente candidatos ao Ensino Superior, começam os exames nacionais ■ É anunciado que Boris Ieltsin venceu a primeira volta das eleições presidenciais russas, com apenas mais três pontos percentuais que o comunista Guennadi Ziuganov ■ O senado norte-americano acusa Hillary Clinton, a mulher do presidente dos EUA, de ter sonhado documentos para «evitar embaraços e danos políticos» ■ O novo parlamento israelita toma posse.

18
Terça-feira

Reúne pela primeira vez com Jorge Sampaio o Conselho de Estado ■ Manuel Monteiro, cujas relações com a bancada do PP têm sido marcadas pelas discordâncias, volta a desafiar Guterres para um debate televisivo ■ Comemora-se o centenário das primeiras sessões públicas de cinema em Portugal ■ A diplomacia do Reino Unido, que continua a ameaçar continuar com o boicote «selectivo» às votações da UE, lança campanha junto da comunicação social contra o embargo da exportação de carne ■ Em dificuldades, o novo primeiro-ministro israelita Natanyahu, ao apresentar o seu Governo ao parlamento, oferece superministério da Economia a Ariel Sharon ■ O candidato derrotado nas eleições da Rússia, general Lebed, aceita cargo oferecido por Ieltsin.



Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7º-A, 1100 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 050 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7º-A,
— 1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Roia — Linhó — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7º-A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EUROPA 50 números: 6 750\$00 25 números: 3 487\$50
ESPAÑA 50 números: 13 300\$00	EXTRA-EUROPA 50 números: 39 950\$00
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU	— 50 números: 26 650\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Intolerável humilhação

Em matéria de desrespeito pela Assembleia da República, o Governo de António Guterres, com pouco mais de sete meses de duração, tem vindo a pedir meças aos governos de Cavaco Silva.

E se o PS se apregoava zeloso defensor das prerrogativas parlamentares, quando estava na oposição!

Agora até já se torna legítimo dizer que não desrespeita mais porque não pode, porque, apesar de tudo, só tem uma maioria relativa.

Falamos, claro, das suas posições de voto em relação aos mesmíssimos diplomas que depois de ser Governo lhe passaram a merecer votações opostas às que tomou quando era oposição, chumbando agora o que antes aprovou, como aconteceu com os projectos do PCP sobre a redução do período semanal de trabalho para as 40 horas e sobre a redução da idade da reforma das mulheres para os 62 anos.

Falamos, também, das tentativas de imposição de votações a golpe à margem do agendado ou tentando explorar uma eventual vantagem em número de deputados sobre o conjunto dos deputados da oposição.

No domínio das relações do Governo com o Parlamento, acaba, porém, de ser cometido um acto de humilhação da Assembleia da República, por parte do Primeiro-Ministro, que julgamos sem precedentes, entre nós, depois do 25 de Abril.

Como aqui anotámos em anterior edição do «Avante!», o Governo do PS, seguindo alegados «compromissos do Governo de Cavaco Silva», enviou à Assembleia uma proposta de lei para eliminar as restrições à participação de cidadãos dos outros países da União Europeia no processo de privatizações, em curso no nosso país.

Ao contrário do que o Governo esperava, pois contava com o voto favorável do PSD, que não se verificou, a proposta de lei foi chumbada.

A Assembleia, a quem o próprio Governo reconheceu a competência para regular esta questão das restrições feitas a cidadãos estrangeiros, rejeitou, assim, a pretensão governamental.

O Primeiro-Ministro protestou. Nada a dizer, estava no seu direito.

O escândalo é quando António Guterres se permite declarar que «o Governo português não imporá qualquer discriminação contra cidadãos europeus que queiram participar nas privatizações».

Para que mandou então uma proposta de lei à Assembleia da República? E qual é o valor da deliberação parlamentar?

«Nenhum, quando contraria os cálculos e os propósitos do Governo», parece ser o que o Guterres quer significar.

A declaração do Primeiro-Ministro reveste a agravante de ter sido proferida como um compromisso assumido junto de Jacques Santer, presidente da Comissão Europeia, e quando este, com alguma arrogância, censurava a posição tomada pelo Parlamento português e ameaçava o nosso país com uma eventual acção judicial.

A aparente rebelião institucional de Guterres é, não só um acto de humilhação da Assembleia da República, mas, sobretudo, um acto de intolerável humilhação do país.

■ Carlos Brito

Lamentável

Manuel Monteiro afirmou no domingo no Funchal ser «lamentável» que o grupo parlamentar do PS no Parlamento Europeu não tenha ainda apresentado uma moção de censura contra a Comissão Europeia.

O líder do PP - que, como se sabe, é aquele político sério e discreto que, por causa da televisão, até consegue falar para uma audiência de vinte pessoas no mesmo tom que usaria num comício com cinco mil e que, para conquistar notícias, por ano escreve para aí umas quatro/cinco cartas aos líderes do PS e do PSD e por ano propõe a esses dois partidos quatro ou cinco «pactos» - deve julgar que temos todos a mesma falta de memória e de espírito crítico que, em boa parte, sustentam a generosidade e reverência com que os «media» o tratam.

Temos muita pena de estragar a festa da demagogia dita «popular», mas nós lembramo-nos perfeitamente de que esta coisa do PP e da moção de censura à Comissão Europeia tem uma história e, por sinal, bem pouco edificante para Manuel Monteiro e o PP.

É que, em 23.12.95, com o título «Monteiro promove moção de censura contra Santer», o «Expresso» dedicava todo o topo de uma das suas páginas de política nacional a dar a retumbante notícia de que o PP ia «avançar» com essa moção de censura e que Manuel Monteiro queria «sensibilizar todos os deputados portugueses», lançando um desafio ao PS, ao PSD e ao PCP traduzido na valente afirmação de que «se toda a gente está de acordo, vamos até às últimas consequências». Na sequência desta jogada, no início de Janeiro deste ano, deputados do PP à AR e ao PE escreveram cartas à comu-

nicação social, perdão, aos deputados do PS, do PSD e do PCP a convidá-los a subscrever essa famosa moção de censura.

Na volta do correio, Luís Sá, João Amaral, Joaquim Miranda e Honório Novo responderam aos deputados do PP lembrando-lhes uma pequena mas decisiva coisa que eles e a comunicação social pareciam ignorar: nem mais nem menos que o Regimento do Parlamento Europeu obriga a que as moções de censura à Comissão tenham de ser subscritas por um décimo dos seus 626 deputados, portanto 62, sendo por isso insuficientes os 25 deputados portugueses. E acrescentavam que «a primeira questão que deve ser colocada é a de se saber quantas assinaturas o PP assegura no grupo em que está inserido no PE, para que esta moção de censura à Comissão em favor de Portugal tenha possibilidades de ser apresentada». E rematavam arrasadoramente: «se assim não for, ter-se-á de concluir que esta é meramente uma iniciativa para tentar obter efeitos mediáticos internos».

Passados seis meses, durante os quais o PP nem apresentou texto para a moção de censura nem deu notícias sobre o êxito das suas diligências junto do seu grupo no PE (que tem 55 deputados), aparece agora M. Monteiro a passar a bola para o grupo europeu em que o PS está inserido.

Se lhe restasse um nico de seriedade e de vergonha, devia ao menos confessar uma de duas coisas: ou que quer espantosamente que o PS obtenha do seu grupo o que PP não conseguiu (ou nem sequer tentou) do seu, ou que, pura e simplesmente, o que quer são notícias e mais notícias, por tudo e por nada, como fica bem ao campeão da politiquice que é.

■ Vítor Dias

Os badamecos

Trás-os-Montes foi palco, neste último fim-de-semana - segundo a generalidade da comunicação social - de dois acontecimentos que trouxeram a região, sempre tão esquecida, para primeiro plano. Acontecimentos políticos ambos, de importância completamente diversa, tratada de modo diverso segundo a atenção que lhes foi concedida e o objectivo com que foram divulgados. Por um lado, o PCP realizou em Mirandela a 2ª Conferência Democrática sobre Trás-os-Montes e Alto Douro, em que participou o secretário-geral do Partido, Carlos Carvalhas; por outro lado, não longe dali, em Macedo de Cavaleiros, o Presidente do PSD, Marcelo Rebelo de Sousa, passeou pelas ruas e almoçou. Como relata o «Público», na edição de segunda-feira passada, a

visita foi «frenética»: «O único momento de sossego ocorreu durante a missa paroquial na igreja de Macedo de Cavaleiros, que o padre local tornou mais interessante ao dissertar sobre as virtudes que separam "os homens dos badamecos"».

Não ouvimos a missa, e teremos certamente uma leitura diferente do que são homens e do que são badamecos, da leitura que terão feito Marcelo, os seus acompanhantes e os seus anfitriões. O certo é que a visita de Marcelo, para além do almoço e dos abraços, terá servido apenas para enviar recados e lançar desafios, para dentro e para fora do seu partido, com o frenesim que se lhe conhece e a inconsequência que se lhe sabe. Por seu lado - e nós assistimos ao que se passou no domingo na

Escola Secundária de Mirandela - Carlos Carvalhas participou numa verdadeira maratona de trabalho, num debate que procurou ir ao fundo dos problemas que se vivem na região de Trás-os-Montes e Alto Douro, numa conferência em que homens e mulheres de trabalho e de saber, comunistas e numerosos participantes independentes e de outros partidos, deram o seu melhor no sentido de alcançar soluções para tais problemas.

É claro que não temos nada contra almoços, nem contra os convívios, sejam eles em igrejas. Na sociedade mediática que nos cerca, porém, surgem alterados os valores e divulgam-se, a par, os sermões da politiquice marcelista e o trabalho verdadeiro - desvalorizando-se este - que visa identificar problemas maiores e contribuir

para encontrar soluções. Não foi certamente por acaso que vimos, em Mirandela, muita gente destacada, oriunda de outros quadrantes ideológicos, a dar gostosamente o seu contributo ao debate, a falar de demografia e de economia, de vinho e da pecuária, de baldios, de indústria, de transportes, de saúde, de ensino, de cultura. Muita gente cuja virtude é o trabalho e que aspira à justiça, que sabe escolher os seus amigos.

Essa virtude do trabalho empenhado em transformar o mundo para melhor, arrancando-o ao poder dos que vesgamente perseguem o lucro à custa do sofrimento alheio, é que distingue os que se reuniram em Mirandela dos que em Macedo de Cavaleiros se juntaram a aplaudir recados.

■ Leandro Martins

MÉDIO ORIENTE

Nuvens negras

A vitória do líder da direita Benjamim Netanyahu nas recentes eleições em Israel, aliás como a vitória de Aznar em Espanha, confirma que a política dos social-democratas da Internacional Socialista desliza para a direita a tal ponto que o eleitorado acaba por optar por uma política de direita levada a cabo pela própria direita.

Os trabalhistas israelitas realizaram um acordo com a OLP mas não tiveram a coragem de reconhecer que um o acordo de paz teria necessariamente de conduzir ao reconhecimento da Palestina como Estado independente. Os governantes do Partido Trabalhista quiseram levar a OLP praticamente para um beco sem saída, sem se darem conta que essa política os conduziria também à mesma posição enquanto partido governante. Tirando partido da situação política mundial e regional, Isac Rabin quis fazer a paz com a OLP, mas quis arrancá-la à custa de constantes concessões palestinianas. O processo acabou por reforçar as posições dos fundamentalistas palestinianos e da extrema-direita israelita. Os extremistas israelitas sentiram que tinham força para impedir que o processo avançasse. Neste contexto, Isac Rabin acabou por ser assassinado por um israelita de extrema-direita. Shimon Peres, em vez de fazer avançar o processo de paz, tornando-o irreversível e conduzindo-o ao reconhecimento do Estado palestiniano e à paz com a Síria, tentou correr no mesmo terreno do Likud. Vergonhosamente, pôs o Líbano sob um dilúvio de ferro e fogo. A invasão do Líbano, com o pretexto de combater o Hezbolah, causou centenas de vítimas inocentes. Adiou a retirada das tropas israelitas de Hébron e adiou ainda a libertação de milhares de presos políticos palestinianos. Os trabalhistas na questão central israelita adoptaram os métodos duros que preconizavam os dirigentes do Likud. O Partido Trabalhista israelita, membro da Internacional Socialista, tem atrás de si todo um longo passado expansionista com múltiplas agressões aos palestinianos, libaneses e sírios em total desrespeito com o direito internacional e em violação de resoluções do Conselho de Segurança da ONU.

A Internacional Socialista sempre apoiou o Partido Trabalhista e não é por acaso que este assumiu uma das suas Vice-Presidências. Os trabalhistas israelitas mesmo após os Acordos de Oslo prosseguiram a instalação de colonatos. Essa política deu a vitória ao Likud.

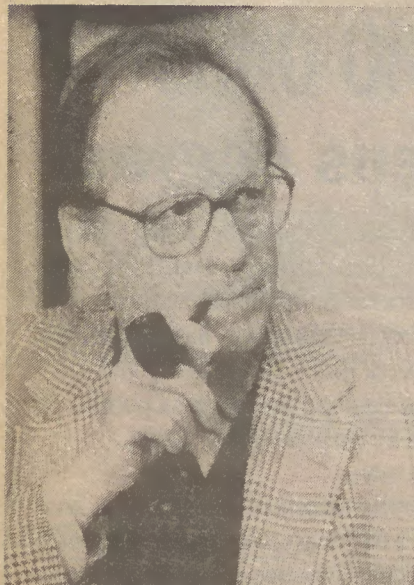
É de assinalar o importante avanço dos comunistas na coligação HADASH que obteve o dobro dos votos e passou de 3 para 5 deputados.

A situação político-militar no Médio Oriente agravou-se. Multiplicam-se os contactos e reuniões interárabes. No próximo fim-de-semana, realizar-se-á no Cairo uma Cimeira Árabe. É que a nova equipa israelita no poder tornou-se uma nova ameaça. Só que uma paz justa e duradoura passa pela eliminação das feridas que fazem sangrar os povos árabes. É por isso que sem a retirada de Israel dos territórios ocupados, em Gaza e Cijordânia, de Jerusalém Leste, dos Montes Golã e do sul do Líbano não haverá paz. Benjamim Netanyahu e a coligação governamental podem fazer parar momentaneamente o processo, mas não têm força para impedir a aspiração nacional dos palestinianos à independência nem para vergar os povos e os países vizinhos. A política dos trabalhistas abriu-lhes as portas do poder, mas a política que os derrotou, também derrotará Benjamim Netanyahu. Ao fim e ao cabo, a política que é preciso é uma nova política. E essa só se conseguirá com o reforço dos comunistas e de toda a esquerda em Israel.

■ Domingos Lopes

SEMANA

Morreu David Mourão-Ferreira



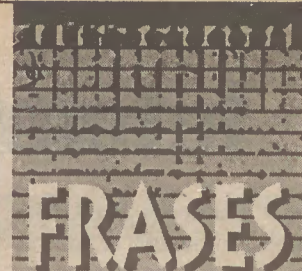
Aos 69 anos e vítima de doença prolongada, morreu, em Lisboa, David Mourão-Ferreira. Poeta, ensaísta, prosador de ficção e dramaturgo, o escritor deixa uma obra impressiva, particularmente no campo da poesia, da qual foi não apenas um exímio criador mas também um incansável divulgador.

Quem não se lembra dos seus notáveis programas sobre literatura na televisão portuguesa, em pleno fascismo, que constituíram um fenómeno de popularidade em todo o País? David Mourão-Ferreira marcou impressivamente a cultura portuguesa desde a década de 40, quer com a sua variada

produção literária, quer através da sua intervenção como professor, ensaísta, investigador e pedagogo. Após o 25 de Abril, teve uma passagem efémera pelo poder, sendo nomeado secretário de Estado da Cultura em vários governos, entre 1976 e 1978, experiência que, confessadamente, não lhe agradou.

Desde 1981 e até agora, manteve-se como responsável pelo Serviço de Bibliotecas Itinerantes e Fixas da Gulbenkian, onde também assumiu, desde 1984, a direcção da revista «Colóquio/Letras», publicação de grande qualidade e prestígio, sobretudo entre os círculos culturais. Muitas personali-

dades nacionais deslocaram-se à Basílica da Estrela, onde o corpo do escritor esteve em câmara ardente, e entre os numerosos comunistas que ali se deslocaram para prestar uma última homenagem a David Mourão-Ferreira, estiveram os dirigentes, do PCP, Carlos Brito e Aboím Inglês.



“A semana que termina fica marcada por esse acontecimento de primeira grandeza que foi a aceitação pelo líder do PSD do esquema de referendos sobre a regionalização congeminado entre PS e PP, e que passará a constar do artº 256º da Constituição, com uma simplicidade, clareza e correcção que farão dele um "caso de estudo" em todas as Faculdades de Direito e Ciência Política do mundo.”

(Vitor Dias, «À Esquerda» - «Semanário», 15.06.96)

“O PS não se deve convencer de que pode continuar a iludir para sempre a maioria da sua base eleitoral e social com as desculpas da herança ou com os constrangimentos da União Europeia, de que é co-responsável.”

(Carlos Carvalhas, nas Jornadas Parlamentares do PCP sobre Educação - «Público», 18.06.96)

“Este debate faz-me lembrar o que diz o roto ao nu: "Porque não te vestes tu?". E o PSD, para justificar este tipo de debates, ainda tem um longo caminho a percorrer até ao seu Monte das Oliveiras.”

(Lino de Carvalho, no debate sobre fundos comunitários na AR, citado em «Expresso», 15.06.96)

“Gosta o coração rosa de governar com a carteira do contribuinte sempre à mão e de desvalorizar a importância dos saques que lhe vai fazendo.”

(Mário Patinha Antão - «Diário de Notícias», 17.06.96)

“Este Governo não é um Governo, é um permanente tumulto.”

(Vasco Pulido Valente - «O Independente», 14.06.96)

“Se algum de vós tem críticas a fazer à estratégia do partido ou ao seu presidente, peço-lhes que se levantem e mas façam directamente e sem qualquer receio pela presença da comunicação social.”

(Manuel Monteiro, nas jornadas parlamentares do PP na Madeira - telejornais de 14.06.96)

“Se são para mim estes recados, levanto-me já. Não tenho medo disso.”

(Manuela Moura Guedes para um colega da bancada do PP, citada em «Público», 15.06.96)

“A nossa política em relação à Rússia está profundamente enraizada nos interesses americanos. A nossa posição em relação à fase final será a mesma que na primeira volta.”

(Warren Christopher, Secretário de Estado norte-americano, a propósito da primeira volta das eleições russas - «Público», 18.06.96)

“É possível que vejamos Lebed juntar forças com Ieltsin na segunda volta.”

(Klaus Kinkel, Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, idem)

“Só Kohl não aperta o cinto. Usa suspensórios!”

(frase num cartaz empunhado na manifestação em Bona contra o plano de austeridade do Governo alemão - «Público», 16.06.96)

Explosão em Manchester

Uma potente bomba deflagra em Manchester, na Grã-Bretanha, ferindo mais de 200 pessoas e causando estragos profundos no maior centro comercial da cidade, junto ao qual deflagrou. O atentado - que ainda não foi reivindicado -, foi de imediato atribuído pelas autoridades britânicas ao Exército Republicano Irlandês (IRA) e ocorreu cinco dias depois do início oficial das negociações multipartidárias sobre o futuro da Irlanda do Norte, das quais foi excluído o Sinn Fein, ramo político legal do IRA, devido à recusa deste em decretar um novo cessar-fogo. O primeiro-ministro britânico, John Major, aproveitou de imediato para exortar o Sinn Fein a condenar o ataque e solicitar ao IRA «um cessar-fogo sem equívocos», ao que este respondeu, através do seu presidente, Gerry Adams, que «o maior e mais importante dos desafios é ir mais longe do que as condenações, e estou pronto a fazê-lo ao contribuir para assegurar as condições que permitam terminar com todos estes incidentes». O ataque ocorreu no dia em que se disputava em Manchester o encontro entre a Alemanha e a Rússia para o campeonato europeu de futebol, estando a cidade cheia de visitantes e jornalistas estrangeiros.

«Vacas loucas» na lezíria

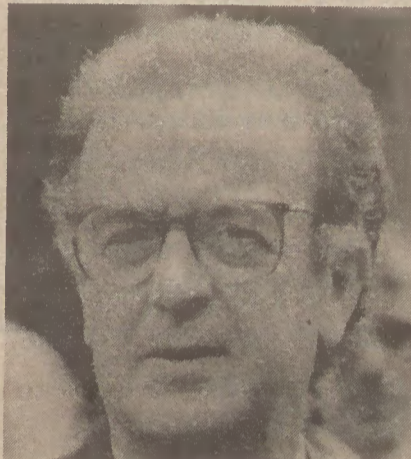
É detectado o primeiro caso de BSE, vulgo «doença das vacas loucas», na Companhia das Lezírias, em Vila Franca de Xira. É o primeiro caso verificado fora da zona Norte do País e, segundo precisou um técnico do Ministério da Agricultura, trata-se do primeiro caso identificado a Sul do rio Tejo, o que poderá indicar que a doença está espalhada por todo o País, com as graves consequências económicas que daí advêm. O técnico do Ministério da Agricultura afirmou igualmente que «o próximo

passo será verificar qual a origem do contágio» e, caso essa origem esteja nas rações bovinas, terão de ser abatidas centenas de cabeças de gado. Para já, parece ser esse o destino de todos os animais da Companhia das Lezírias que têm coabitado com o animal doente. Para já, a Companhia das Lezírias recebeu ordens para não vender carne bovina ou leite. Esta Companhia é uma vasta exploração agrícola de capitais públicos que o Governo PS pretende privatizar no primeiro semestre de 1997.

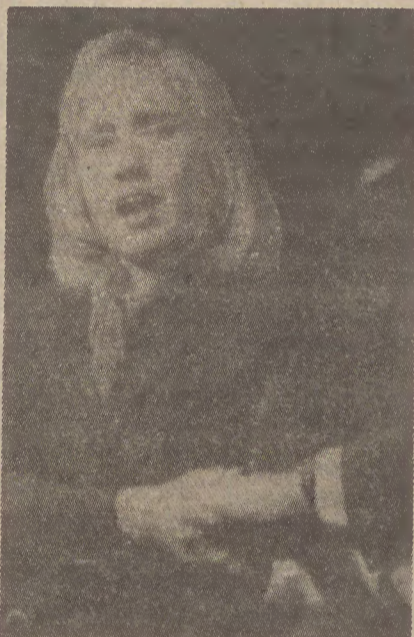
Sampaio pela Regionalização

Falando aos jornalistas no final da sua Presidência Aberta, de cinco dias, por terras do Algarve, o Presidente da República, Jorge Sampaio, afirmou em Alcoutim que «nós perdemos um tempo gigantesco a preparar reuniões e a concertar coisas a que uma administração descentralizada poderia dar, com uma enorme rapidez, a resposta possível. (...) A concertação entre vários departamentos do Estado evita perdas de

tempo, atribui responsabilidades, é algo que me parece absolutamente crucial». Pouco antes, o Presidente da República aproveitara a visita ao castelo de Alcoutim para utilizar uma imagem concreta a favor da Regionalização. Apontando o magnífico monumento, afirmou: «É mais fácil perceber que a muralha do castelo tem que ser restaurada se quem tem que decidir estiver aqui, do que se estiver em Lisboa.»



Hillary Clinton e o Senado americano



Hillary Clinton, mulher do presidente dos EUA, é acusada, num relatório do Senado norte-americano elaborado pela comissão que investiga o caso Withewater, de «patrocinar uma conspiração de silêncio para impedir as investigações». No relatório, de 700 páginas, afirma-se que Hillary Clinton, após ter conhecimento da morte de Vince Foster, pediu a assessores da sua total confiança para analisarem e «limparem» os documentos que estavam no escritório daquele assessor, para evitar «potenciais embaraços e danos políticos», o que estes fizeram, impedindo o FBI de ter acesso aos documentos originais na posse de Foster. Vince Foster, na

sua função de vice-director do Conselho Presidencial e na qualidade de amigo pessoal e ex-colega de Hillary Clinton, tratava das questões relacionadas com Withewater e o caso Travelgate. Entretanto, a minoria republicana no Senado já criticou duramente a divulgação antecipada, pela imprensa, deste relatório, apelidando-a de «manobra política» sem credibilidade. Prepararam-se igualmente para divulgar as suas próprias conclusões sobre os trabalhos desta Comissão do Senado, dominada pelos republicanos, onde os democratas contestam que terá havido uma conspiração para ocultar e obstruir as investigações do Senado.

Violência racista no Sul dos EUA

As igrejas frequentadas pela população negra estão a ser incendiadas em vários estados do Sul dos Estados Unidos da América, fazendo alastar

ondas de pânico e indignação. Já vão em 36, as igrejas de congregações negras destruídas pelo fogo de há 18 meses para cá. Destas, apenas

três pertenciam a estados do Norte do país. Os primeiros resultados das investigações aos incêndios levaram à prisão de 10 pessoas e a polícia já chegou

a algumas conclusões, nomeadamente a de que os fogos têm um padrão comum - são ateados com combustível e acontecem de madrugada. Estas

ocorrências estão a preocupar os meios liberais, inquietos pela passividade das autoridades locais e pressionados pelas associações que representam os interesses de 9,3% de uma população de 249 milhões de habitantes. Entretanto, o presidente Bill Clinton mobilizou «a América contra estes crimes inaceitáveis», afirmando que a investigação e punição dos responsáveis tem a «prioridade absoluta» do seu governo.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Jornadas Parlamentares do PCP

Política educativa dá chumbo ao Governo

Com as atenções centradas na política educativa, passada a pente fino em dois dias de amadurecida reflexão, as Jornadas Parlamentares do PCP foram conclusivas quanto à ideia de que também neste domínio o Governo do PS evidencia ser um fiel continuador das orientações que pautaram a acção do seu antecessor.

Reunidos segunda e terça-feira, em Lisboa, a este respeito, os deputados comunistas não podiam ser mais contundentes na avaliação crítica a oito meses de governação em matéria educativa quando constatarem, como fez notar o seu líder parlamentar, Octávio Teixeira, na sua intervenção inicial, que "o primeiro ano lectivo do Governo do PS está substancialmente perdido na perspectiva do ataque à crise em que a escola e o sistema educativo continuam mergulhados".

O decorrer dos trabalhos, que contaram na sua abertura com a participação do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas (ver intervenção nesta página), veio confirmar a justeza do mote lançado pelo presidente da formação comunista, carregando novos e decisivos argumentos que atestam que a propalada "grande paixão" pela educação enunciada pelo actual primeiro-ministro não

Mas se este exemplo põe a nu a "incapacidade do Governo em dar os passos certos no sentido do progressivo desatar dos nós que neste domínio bloqueiam o sistema educativo", como realçam os deputados comunistas no documento por si aprovado no final das Jornadas, não faltam, simultaneamente, noutro plano, onde procura mostrar iniciativa, os testemunhos que trazem para primeiro plano uma prática governativa decalcada em aspectos essenciais da que caracterizou os governos do PSD.

Citadas pelos deputados comunistas, a este respeito, são concretamente algumas iniciativas divulgadas pelo Governo, como sejam o chamado "Pacto Educativo para o Futuro", a proposta de lei que visa alterar alguns pontos da Lei de Bases do Sistema Educativo, ou a proposta de criação de "curricula" alternativos na área do ensino básico.

, pelo que ela encerra de "menorização e abaixamento da qualidade da escola pública e da formação académica de professores e educadores", a par de "maiores estrangulamentos e desigualdades no acesso ao ensino superior".

Quanto ao "Pacto Educativo para o Futuro", trata-se, do ponto de vista do Grupo comunista, de "uma clara manobra de diversão" de quem é "incapaz de dar sinais concretos positivos no presente". Entendendo que não possui valor próprio, tal "pacto", para o PCP, "é completamente desnecessário", uma vez que, como foi dito nas Jornadas, "o que nele há de positivo é generalista" e o que nele configura algo de concreto é absolutamente "negativo e inaceitável".

Em revista, no decorrer das Jornadas, passaram ainda outras matérias de actualidade política. Atenção particular mereceu o processo de revisão constitucional, tendo sobre esta questão sido realçada a ideia de que ao ceder inteiramente à direita, o PS "criou um precedente inadmissível no sentido de fazer depender a aplicação de normas constitucionais do referendo nacional".

Divulgada foi ainda a intenção da formação comunista de, imediatamente após o encerramento da revisão do capítulo da regionalização, propor que seja debatido o regime jurídico do referendo. Com esta proposta, como é sublinhado nas conclusões, far-se-á a prova de que "os partidos que tanto disseram pretender o referendo sobre a regionalização, na prática, querem inviabilizar o referendo sobre o Tratado da União Europeia e a sua revisão".

Analisada no decorrer das Jornadas foi também a situação das mulheres que continuam a ter de recorrer ao aborto clandestino, face à ineficácia da lei, circunstância esta que pesou na decisão do Grupo comunista de apresentar em breve um projecto de lei sobre interrupção voluntária da gravidez, consagrando, designadamente, a despenalização do aborto (quando praticado nas primeiras 12 semanas a pedido da mulher) e o alargamento para 22 semanas do prazo para a realização do aborto engénico.

Destaque mereceu ainda a decisão dos deputados comunistas de, ao abrigo do direito de agenda, preencher a ordem do dia



O Governo tem-se revelado incapaz de superar os bloqueios do sistema educativo, concluíram as Jornadas Parlamentares do PCP

da sessão plenária de 3 de Julho com a discussão dos seis projectos de lei relativos à "revisão do

regime jurídico dos acidentes de trabalho e doenças profissionais" e do "valor das indemnizações a

pagar aos sinistrados do trabalho, em consequência da remissão de pensões".

Carlos Carvalhas na sessão de abertura "Defender o regime e os interesses nacionais"

O que nos preocupa e o que vai estar no centro destas jornadas parlamentares é, para além das questões da educação, o agravamento da situação social, o marasmo económico, as ameaças ao regime democrático, o agravamento da dependência do nosso país e os novos golpes que se preparam em relação à sua soberania.

Como dar resposta aos problemas dos trabalhadores e das populações em geral? Como procurar o desenvolvimento e combater a acentuação das desigualdades, a liquidação de direitos, os ataques à segurança social, o aumento da exclusão social, da insegurança, do tráfico da droga e da toxicodependência?

Como dar resposta aos problemas específicos das mulheres e à grave situação em que se encontram milhares de reformados e de reformados antecipadamente?

Como acentuar o nosso combate à desresponsabilização do Estado nas questões da saúde, do ensino e da habitação social?

Esta primeira sessão legislativa está quase ao chegar ao fim, tendo tornado claras três questões:

1º Que o PS não só abandonou as suas principais promessas e importantes causas que defendeu na oposição como, infeliz-

mente, prosseguiu nas questões essenciais política do PSD.

Os exemplos são abundantes: manteve no Orçamento de Estado benefícios fiscais de milhões de contos às actividades financeiras e especulativas; meteu na gaveta a sua contesta-

ção à privatização da Petrol e a sua oposição à compra pelo capital estrangeiro de importantes empresas como foi o caso do Totta; transformou a lei das 40 horas em 50 horas com a flexibilidade e a polivalência; votou contra a reposição da idade da reforma das mulheres que tanto os tinha indignado e agora,



ção à privatização da Petrol e a sua oposição à compra pelo capital estrangeiro de importantes empresas como foi o caso do Totta; transformou a lei das 40 horas em 50 horas com a flexibilidade e a polivalência; votou contra a reposição da idade da reforma das mulheres que tanto os tinha indignado e agora,

Por um melhor ensino

Face ao diagnóstico que considerou "deveras preocupante" em matéria educativa, o Grupo Parlamentar do PCP anunciou, no decorrer das Jornadas, a apresentação de quatro iniciativas legislativas da sua autoria. Com a sua entrada na Mesa da Assembleia da República prevista para a semana em curso, sob a forma de projectos de lei, são elas: projecto de lei-quadro do financiamento e da gestão orçamental e financeira do Ensino Superior Público; projecto de lei-quadro da Acção Social Escolar no Ensino Superior; projecto de lei que garante aos pais e encarregados de educação melhores condições de participação na vida escolar e de acompanhamento dos seus educandos; projecto de lei que reforça os direitos dos trabalhadores-estudantes.

passou de fátuo impulso que logo perdeu ardor e intensidade.

O mais recente exemplo dessa incapacidade de dar resposta aos problemas que preocupam todos os agentes do ensino, como assinalam as conclusões das Jornadas, são os exames nacionais do 12º ano, iniciados no princípio desta semana, solução que em si mesma é reveladora da ineficácia em superar os constrangimentos que marcam o nosso sistema educativo, seja na obtenção de "condições conducentes ao reforço da avaliação contínua", seja no plano do "reforço do investimento na área do ensino superior" capaz de conduzir à eliminação do "numerus clausus".

Pronunciando-se sobre esta última proposta, nas suas conclusões, as Jornadas não hesitam em apelidá-la de "acto monstruoso e discriminatório contra as nossas crianças e jovens e contra os seus direitos constitucionais e humanos", lembrando, a este propósito, que "à escola compete valorizar as diferenças e não discriminá-las, à escola compete minorar as desigualdades e não agravá-las".

Não menos crítica é a posição dos parlamentares comunistas relativamente à proposta de lei de alteração de alguns pontos da lei de Bases do Sistema Educativo - elaborada à revelia dos sindicatos, dos reitores das universidades e dos directores dos politécnicos -



"Defender o regime e os interesses nacionais"

depois do que disseram acerca do buzinaço sobre a Ponte 25 de Abril, prepararam-se para manter as portagens nos meses de Verão, penalizando milhares de famílias que fazem férias nas imediações de Lisboa.

E tudo isto acompanhado do marketing político, da propaganda como primeira linha de acção governamental, dos «jobs for the boys», da opacidade dos casos como o do Totobola e das sucessivas cedências e piruetas quanto à regionalização!

2º Que apesar da oposição verbal, da profusão das conferências de imprensa (à média de duas por dia) e da invenção dos factos políticos, o PSD tem tido uma grande dificuldade em se diferenciar do PS nas questões fundamentais.

De facto não é com a multiplicação de conferências de imprensa que o PSD disfarça a oposição ao prosseguimento pelo PS da sua política nas questões centrais: Orçamento, privatizações, Maastricht, política económica, etc.

3º Evidenciou também que o PP se tem comportado como a bengala do PS e como seu parceiro estratégico, nomeadamente em relação às principais reivindicações da CIP e da CAP, tendo tido também grandes dificuldades em justificar e disfarçar tal comportamento, mesmo com a intensa demagogia populista e a gritaria oposicionista.

Com a política que tem vindo a ser seguida, o Governo PS vai agravar os problemas económicos e sociais e aumentar o desencanto e a indignação de todos aqueles que quiseram, com o seu voto, derrotar a política do PSD.

As mesmas causas produzem os mesmos efeitos

Por isso, o PS não se deve convencer que pode continuar a iludir para sempre a maioria da sua base eleitoral e social com as desculpas da herança ou com os constrangimentos da União Europeia de que é co-responsável.

Os cidadãos não gostam de ver os seus votos usados para a continuação de uma política que eles quiseram ver derrotada. De facto, onde está a política de combate ao desemprego, às actividades especulativas e financeiras, à desertificação do interior, à defesa do aparelho produtivo nacional, de firme defesa da soberania e independência nacionais?

O reforço do PCP é fundamental para que se venha a ter de facto uma nova política, uma política de desenvolvimento económico e social que sirva o povo e o país.

Pela nossa parte creio que estaremos de acordo que devemos continuar a pautar a nossa intervenção não pelos critérios da política-espectáculo e da política politiqueria, mas pelo cumprimento dos nossos compromissos, pela denúncia e pela apresentação de medidas

concretas, pelas propostas alternativas, levantando com firmeza e serenidade os problemas das populações, as bandeiras e as causas da esquerda.

Permitam-me ainda uma palavra sobre a telenovela da Regionalização, sobre os perigos que corre o regime democrático com o processo da revisão constitucional que o bloco central alargado ao PP pretende que se faça a «mata cavalos».

De facto, ao fim de uma triste telenovela cheia de episódios lamentáveis, o PS e o PSD avançaram agora no entendimento que fez disparar o processo de revisão constitucional.

No imediato, o que está em causa é o referendo nacional em torno da regionalização. Durante semanas, o PS condenou-o e jurou que nunca cederia ao PSD. Vê-se o que valem as juras do PS. É irrecusável que objectivamente vai ser referendada matéria constitucional, criando-se um precedente intolerável. É certo que o PS afirma que não é a Constituição que vai ser referendada, mas a oportunidade da sua aplicação. Mas, do ponto de vista prático, os efeitos serão semelhantes.

Mas vem aí, também, todo um outro conjunto de «negócios» entre o PS, o PSD e o PP, lesivos para o regime democrático. Os projectos de revisão desses partidos mostram que estão em causa direitos fundamentais dos trabalhadores e das suas organizações, direitos sociais, a democraticidade da eleição da Assembleia da República e de órgãos das autarquias locais. É necessário dar-lhes um firme combate.

O PCP tem o seu próprio projecto de revisão. Mas esta só faz sentido para aumentar direitos e não para os limitar, para aprofundar a democracia e não para a degradar.

Renovamos o apelo para que os trabalhadores e os democratas em geral condenem a subversão da Constituição e denunciem todas as convergências antidemocráticas entre o PS e a direita também nesta matéria.

Camaradas,

Centrámos o objectivo destas jornadas parlamentares sobre a educação.

Também nesta importante questão a «paixão» do PS se tem mostrado muito pouco apaixonada.

Estamos certos que com o debate que o Grupo Parlamentar vai realizar surgirão neste e noutros domínios, novas propostas de intervenção para bem de Portugal, das portuguesas e dos portugueses.

Transformar a vida, dar resposta aos problemas e anseios mais sentidos pelos trabalhadores e pelo povo, aprofundar a democracia em todas as suas vertentes, defender o regime e os interesses nacionais, são os grandes objectivos que nos movem na intervenção e na luta, nas instituições e fora delas.

Bom trabalho, camaradas!

Em apoio aos refugiados PCP propõe alterações à Lei sobre Direito de Asilo

Rever de modo profundo a Lei sobre Direito de Asilo, expurgando-a das inconstitucionalidades nela contidas e consagrando simultaneamente um quadro de garantias mínimas aos requerentes ao estatuto de refugiado, tais são, em síntese, os grandes objectivos que presidem ao projecto de lei apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP sobre esta matéria.

Trata-se, acima de tudo, de estabelecer um quadro legal que inverta o actual comportamento assumido pelas autoridades relativamente aos cidadãos que requerem asilo, os quais, na maior parte dos casos, são tratados com uma atitude de desconfiança, como se fossem potenciais delinquentes.

Com efeito, a pretexto da necessidade de conter a imigração ilegal - como assinalam os deputados comunistas na nota preambular do seu diploma -, "têm vindo a ser adoptados mecanismos legais e procedimentos de denegação prática da apreciação de pedidos de asilo, quando não de pura e simples inviabilização da apresentação dos pedidos".

Considerando que se está em presença de uma inadmissível restrição de "direitos e garantias fundamentais dos requerentes", para os subscritores do diploma - entregue na semana transacta na Mesa do Parlamento - esta não é uma reacção ocasional, antes corresponde a uma "evolução negativa" e a uma "tendência" que se vem verificando em diversos países da União Europeia.

Na sua génese, recordam, estão vários acordos e convenções internacionais - desde a Convenção de Dublin até aos Acordos de Schengen, passando pelo chamado Terceiro Pilar do Tratado da União Europeia - dos quais tem resultado "uma clara orientação no sentido de

restringir drasticamente as possibilidades de acesso ao estatuto de refugiados em países da União Europeia".

Nesse sentido vão também as disposições da Lei sobre Direito de Asilo aprovada em

cial e nacional, da paz entre os povos, da liberdade e dos direitos da pessoa humana".

Entre as principais alterações propostas, destaque para a eliminação das referências a «países terceiros de acolhimento» e «países seguros» (o simples facto de um cidadão ser oriundo de um país considerado nessa qualidade inviabiliza a apreciação concreta do pedido de asilo e pode conduzir ao repatriamento), bem como para a reposição do regime de concessão de asilo por



Os requerentes de asilo são, para o PCP, «cidadãos credores de apoio e solidariedade»

1993 (Lei nº 70/93), legislação esta que no entender do PCP representou "um retrocesso na consagração legal deste direito em Portugal", contrariando ao mesmo tempo o disposto na Constituição da República e ferindo "princípios básicos de solidariedade entre os povos".

Daí, pois, a oportunidade e alcance da iniciativa legislativa do Grupo comunista, para quem os requerentes de asilo são "cidadãos credores de apoio e solidariedade", pela circunstância de "serem perseguidos em consequência das suas actividades em favor da democracia, da libertação so-

razões humanitárias revogado pela Lei em vigor.

Realce merece ainda a proposta de revogação, por inconstitucional, da disposição que possibilita a recusa da concessão de asilo «sempre que a segurança interna ou externa o justifiquem ou quando a protecção da população o exija», havendo ainda a assinalar a "consagração do carácter automático (em vez da simples possibilidade) da extensão dos efeitos da concessão de asilo ao cônjuge e aos filhos menores solteiros ou incapazes, do requerente, ou, sendo este menor de 18 anos, ao pai e à mãe".

Travões à Justiça

A deputada comunista Odete Santos defendeu a reestruturação urgente da orgânica judiciária, dotando para o efeito os Tribunais dos meios técnicos e humanos adequados, por forma a garantir uma mais célere realização da Justiça bem como a sua aproximação aos cidadãos. A questão foi suscitada a propósito de uma proposta de lei que revê o Código do Processo Civil, em debate na semana transacta, tendo na ocasião sido sublinhado pela parlamentar do PCP que a actual organização judiciária "constitui de facto o maior travão à realização da Justiça".

Questionado por Odete Santos - quando se aproxima a data para a entrada em vigor da reforma do processo civil (15 de Setembro) - foi concretamente o facto de saber se estão reunidas as condições para que essa reforma

entre de facto em vigor sem sobressaltos, uma vez que, observou, os operadores judiciais não terão disposto do tempo necessário para se prepararem para aplicar as novas regras previstas num Código que sofreu "alterações de fundo".

Quanto às alterações propostas pela Comissão Revisora do Código do Processo Civil - defendendo designadamente "um novo figurino de processo civil menos dominado pela Justiça Formal -, mereceram no essencial uma nota de concordância do Grupo comunista (vão no sentido de uma "filosofia que sempre defendemos", assinalou Odete Santos), sem deixar, todavia, de expressar reservas às soluções que "desenham uma figura de magistrado judicial dotada de poderes discricionários excessivos".

Contra as discriminações

A Assembleia da República deverá aprovar hoje, na generalidade, o projecto de lei do PCP que garante o direito à igualdade de tratamento no trabalho e no emprego. Debatido na passada semana, este diploma retoma e aperfeiçoa os mesmos objectivos de um outro projecto, também do Grupo comunista, rejeitado na anterior Legislatura pela maioria absoluta do PSD. Então como agora, no fundamental, persegue-se o mesmo objectivo: "contribuir para uma melhor eficácia do sistema legal vigente", em ordem a impedir as práticas discriminatórias que atingem as mulheres.

É que, como lembrou no debate a deputada comunista Luísa Mesquita, pese embora o reconhecimento teórico da igualdade de direitos e de oportunidades para mulheres e homens, são sobejamente conhecidas as distâncias que separam a consagração jurídica deste princípio da realidade quotidiana.

Disso mesmo continua a ser testemunho, como foi recordado, o caso do BCP, instituição bancária onde, segundo dados do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas que acompanharam uma petição à Assembleia da República na anterior Legislatura, num universo de 3152 trabalhadores apenas 23 eram mulheres, o que correspondia a uma percentagem de 0,7 por cento.

Foi aliás o conhecimento público desta inqualificável prática discriminatória relativamente às mulheres, afrontando a legislação portuguesa e a legislação comunitária, como assinalou Luísa Mesquita, que esteve na génese do primeiro projecto sobre a matéria apresentado pela formação comunista, visando, tal como o actual, contribuir para o "reforço do ainda frágil edifício da igualdade e da democracia".

E se esta luta pela igualdade no trabalho e no emprego não pode ser dissociada da luta mais geral pelo desenvolvimento e pela justiça social, importa não esquecer, como fez notar a parlamentar do PCP, que "muitas outras lutas ainda esperam as mulheres portuguesas na defesa da igualdade e da justiça social". Por si lembrados, a este respeito, foram a feminização da pobreza, a exclusão social, o desemprego e até a idade de reforma que aumentou com a cumplicidade do PS dos 62 para os 65 anos.

Entre as medidas preconizadas no diploma da formação comunista, destaque para as que asseguram a intervenção da Inspeção de Trabalho nos casos de práticas discriminatórias, bem como para as que conferem legitimidade às associações sindicais para, nesses casos, proporem acções tendentes a provar as práticas discriminatórias.

A manutenção por um período de cinco anos dos registos dos processos de recrutamento de pessoal (para obviar que qualquer instituição, como faz o BCP, possa alegar não possuir registos) constitui outra das medidas previstas no articulado do diploma subscrito pelos parlamentares do PCP, que estabelece, por outro lado, o princípio da inversão do ónus da prova relativamente aos processos baseados nas práticas discriminatórias.

Associações de mulheres

Vários outros projectos de lei relacionados com as mulheres e a família estiveram ainda em debate na mesma sessão plenária. Um deles, da autoria do PCP, reforça os direitos das associações de mulheres, enquanto um outro, subscrito pelo PSD, preconiza a sua participação no Conselho Económico e Social.

No caso do projecto comunista, trata-se de consagrar o estatuto de parceiro social às associações de mulheres (um objectivo a que o PSD só agora aderiu depois de anteriormente ter inviabilizado idênticas iniciativas do PCP nesse sentido), conferindo-lhes, nomeadamente, o direito a tempo de antena na rádio e televisão.

Um objectivo que de há muito poderia ter sido alcançado não fosse a "obstinada vontade de obstruir o sucesso de iniciativas legislativas evidenciada pelo PSD", como assinalou ao "Avante!", no final do debate parlamentar, a deputada comunista Odete Santos, lembrando a este propósito que as associações de mulheres só não dispõem já de assento no Conselho Económico e Social porque aquele partido se recusou na anterior Legislatura a discutir e votar na especialidade - depois do voto unânime da Câmara na generalidade -, o projecto que o PCP apresentou sobre a matéria.

Em debate estiveram também dois projectos de lei - um do PS e outro do PSD - sobre associações de família, prevendo a participação destas associações na definição de uma política de família. Curioso é o facto de o PS, entre as medidas previstas no seu diploma, querer consagrar, como um dos objectivos daquelas associações a defesa, imagine-se..., os valores da família.

Apreciado pelos deputados foi ainda um projecto de resolução contendo uma recomendação do Governo para a criação de um cartão de família, cujo desenho se apresenta bastante indefinido.

A respeito da família importa referir, como fez questão de chamar a atenção Odete Santos nas suas declarações ao nosso jornal, que a "família nuclear - enquanto unidade de consumo de bens e serviços e não unidade económica - reduz-se e desagrega-se", ao mesmo tempo que ganham "uma nova e expressiva realidade" as famílias monoparentais, pelo que, observou, "apresentam-se como obsoletas todas e quaisquer políticas que teimem em repor valores passadistas, de que, aliás, são sempre as mulheres as primeiras vítimas, logo seguidas das crianças".

Lembrada por Odete Santos, enquadrando a questão noutra vertente, foi ainda a circunstância de as "transformações económicas determinadas pelo ultraliberalismo" trazerem, por um lado, "condições que dão uma nova face à discriminação da mulher e à discriminação da criança", provocando, por outro, "a desagregação da família".

Soberania ameaçada É imperioso referendar Tratado de Maastricht

O povo português deve ser chamado a pronunciar-se em referendo após a revisão do Tratado de Maastricht, pois o que está em causa neste processo terá graves e profundas consequências sobre o futuro do país - defendeu, na passada sexta-feira, Carlos Carvalho, secretário-geral do PCP, no final do encontro de trabalho entre deputados da Assembleia da República e do Parlamento Europeu sobre os problemas da Integração Europeia, os desenvolvimentos da CIG/96 e a Cimeira de Florença.

Para o PCP, o que está em causa não é o reforço da cooperação entre Portugal e os da União Europeia, mas sim a redução drástica da soberania nacional.

Numa declaração à imprensa, Carlos Carvalho fez saber que o PCP considera «inaceitável que a questão central do Tratado de Maastricht, a União Económica e Monetária (UEM), continue a estar fora do processo de revisão», uma vez que da concretização da UEM e dos critérios de Maastricht «decorre um conjunto de políticas neoliberais e monetaristas que são contrárias ao princípio da "coesão económica e social", à convergência real das economias e à promoção do emprego».

Daqui resulta que «é uma perfeita mistificação que a Comissão, o Conselho e o Primeiro-Ministro português continuem a manifestar-se muito preocupados com o desemprego» e a aproveitarem todas as oportunidades tidas como mediáticas para anunciar novos programas de alegado combate ao desemprego, quando é um facto que as políticas de Maastricht, em que todos se dizem empenhados, conduzem, nas palavras de Carlos Carvalho, «à concentração da riqueza, à acentuação das assimetrias do desenvolvimento, à liquidação dos aparelhos produtivos das economias mais débeis dos países da União Europeia e portanto a mais desemprego».



Carlos Carvalho, secretário-geral do PCP, defende um referendo após a revisão do Tratado de Maastricht, mas sobre a totalidade do Tratado e não de aspectos parcelares como pretendem o PS e o PSD

Ainda a semana passada Lisboa foi palco de mais uma dessas manifestações, com a visita de Jacques Santer, presidente da Comissão Europeia. Na ocasião, António Guterres garantiu o apoio do governo português ao «Pacto de Confiança sobre o Emprego» defendido pela Comissão Europeia como um dos temas da cimeira de Florença, de 21 e 22 de Junho.

Para o Primeiro-Ministro, o referido pacto tem a grande vantagem de assentar sobretudo no apoio às pequenas e médias empresas (PME), agora transformadas na varinha de condão para resolver a questão do emprego. Considerando que a proposta da Comissão representa «um impulso importante à consciência europeia sobre o emprego», Guterres não perdeu a oportunidade para afirmar que «a UEM não pode ser só União Monetária, tem também de ser União Económica», o que fica sempre bem, mesmo quando de imediato se garante - como o fez o primeiro-ministro - o empenhamento português em fazer as necessárias reformas económicas para que Portugal possa integrar o primeiro grupo de países a aderir à moeda única. Jacques Santer elogiou Guterres, considerando-o «uma personalidade muito comprometida com a Europa». Um elogio, naturalmente, à luz de valores maastrichtianos.

A realidade

A reafirmação de fé no credo da UEM por parte do Governo português reforça a convicção de que a consideração das questões sociais não passa de um enfeite retórico dos discursos de circunstância pois, como sublinha a declaração do secretário-geral do PCP, «a subalternização da dimensão social do desenvolvimento é uma realidade indesmentível desta construção europeia». Uma realidade que se traduz nas dezenas de milhões de desempregados, no aumento crescente dos trabalhadores sem direitos, nos ataques à segurança social e nos mais de 50 milhões de pobres.

Este quadro é a consequência clara das políticas de desregulamentação, da marcha forçada para a moeda única, das políticas neoliberais e da submissão das políticas nacionais aos interesses do grande capital financeiro.

Face a esta situação, considera o PCP que é de «rejeitar sem tibiezas a transferência de mais poderes e do controlo de mais políticas essenciais para a Comunidade Europeia», facto tanto mais perigoso quanto estão em causa políticas ligadas ao «núcleo duro» das soberanias dos Estados, como a política externa, de defesa, de justiça e assuntos internos.

Como fez notar Carlos Carvalho, «o alargamento das matérias a serem decididas por maioria (como é o caso da Política Externa de Segurança Comum/PESC) e as propostas para a crescente comunitarização de políticas, são ameaças reais à soberania e à independência dos Estados e configuram cada vez mais a criação de uma hierarquia de Estados, isto é, de um Directório de grandes potências.»

Referendo

Neste contexto, a questão de um referendo sobre o Tratado de Maastricht, após a revisão, ganha novos apoiantes na União Europeia. A exemplo do que já sucedera no Comício de Paris, também na reunião do passado dia 8, em Madrid, dezenas de partidos da esquerda europeia, entre os quais o PCP, se pronunciaram a favor de uma «resposta comum» aos problemas que hoje se colocam com a revisão do Tratado, consubstanciada numa política e numa campanha coordenada a favor de referendos simultâneos e politicamente vinculantes em todos os países comunitários.

«Face à ofensiva global contra a soberania dos Estados e contra os salários, direitos e a segurança social - disse Carvalho na sua declaração -, o Partido Comunista Português considera que é cada vez mais importante a luta de massas e a intervenção institucional de forma coordenada e convergente a nível nacional e a nível da União Europeia das forças de esquerda.»

Considerando que «o que está em causa não é o reforço da cooperação, não é uma cooperação mais estreita entre o nosso país e os da União Europeia, mas sim a redução drástica da soberania

de Portugal», o PCP advoga a consulta popular, mas deixando bem explícito que «é a totalidade do Tratado que deve ser sujeita a referendo e não, como pretendem o PS e o PSD, «aspectos parciais deste que desvirtuam a consulta ao povo português».

Assim, e porque o povo português deve saber o que está em causa e quais são os compromissos que o Governo português tem vindo a efectuar, é imperioso que o processo da revisão do Tratado de Maastricht deixe de estar encerrado nos meandros das burocracias de Bruxelas e das Comissões especializadas parlamentares, de forma a que possa ser objecto do mais amplo debate e da maior e mais rigorosa informação.

Garantindo que o PCP se oporá firmemente a que Portugal se vá transformando «numa província sem alma de uma União Europeia comandada pelos interesses das grandes potências e do capital financeiro», Carlos Carvalho reafirma que os comunistas portugueses se propõem continuar a luta «nas instituições e fora delas por uma construção europeia que dê primazia à concretização do princípio da coesão económica e social, à convergência dos desenvolvimentos dos diversos países, ao combate ao desemprego, à intervenção dos povos nos processos de decisão, isto é, por uma construção europeia de efectiva cooperação, de solidariedade, paz e progresso económico e social.»

ARRAIOS Regionalizar é urgente

Com a participação de 100 delegados e cerca de 50 convidados, realizou-se recentemente a 4ª Assembleia de Organização Concelhia de Arraiolos.

Na análise sobre a situação social e económica do concelho que fez, a Assembleia constatou que o desemprego, sobretudo de jovens à procura do 1º emprego e de mulheres, atinge já níveis preocupantes, sublinhou a necessidade de investimentos públicos no concelho e defendeu o reforço de verbas para o Poder Local e o apoio à iniciativa privada como forma de combater o desemprego. Os comunistas de Arraiolos, unânimes quanto à necessidade de se avançar urgentemente com a Regionalização, apreciaram ainda a actividade das autarquias - que reputam de muito positiva -, definindo como objectivo para as eleições autárquicas de 1997 a manutenção das actuais maiorias absolutas e a transformação da maioria relativa na freguesia de Vimieiro em maioria absoluta. A Comissão Concelhia eleita pela IV Assembleia integra, entre os seus 24 membros, quatro jovens da JCP.

GUIMARÃES Cedências do PS

O Secretariado da Comissão Concelhia de Guimarães do PCP, em nota à comunicação social de 10 do corrente, refere algumas das questões discutidas na reunião que realizou para análise da situação social, económica e política.

Debruçando-se fundamentalmente sobre a questão da Regionalização, os comunistas de Guimarães denunciam o enfoque que as instituições vimeiras têm dado ao referendo, «em prejuízo do necessário esclarecimento dos cidadãos» e consideram que as cedências do PS às chantagens e estratégias da direita constituem «um sinal de fraqueza perante novas e eventuais pressões futuras, nesta como noutras matérias». Louvando a iniciativa de realização de uma assembleia extraordinária da Assembleia Municipal para discutir a regionalização, o PCP alerta para novas manobras da direita, onde insere a proposta apresentada para garantir desde já Guimarães como futura capital da região e reafirma a sua posição. Entendendo e defendendo a região-autarquia como instrumento e meio para o desenvolvimento harmonioso do espaço geográfico que por vontade das populações se constitua em região, para o PCP «não faz sentido fortalecer o que já é mais forte, desenvolver o que já está mais desenvolvido, cavando as diferenças em lugar de as vencer».

MONTEMOR-O-VELHO Aumentar a participação

Decididos a modificar a situação, renovar a Concelhia, chamar gente jovem à vida do Partido, readquirir uma maior actividade e participar na vida política do concelho, os comunistas de Montemor-o-Novo reuniram no passado domingo, em Santo Varão, a sua Assembleia de Organização.

A Assembleia, que contou com a participação de Vasco Paiva, do Comité Central, e Sérgio Teixeira, da Comissão Política do PCP, discutiu a actividade e vida do Partido, os problemas das freguesias, do concelho e dos locais de trabalho.

Reflectir sobre o que tem sido a actividade dos comunistas do Concelho, encontrar a forma de integrar militantes desorganizados e aumentar a participação dos militantes na vida do Partido, discutir e analisar como trazer ao PCP as pessoas de há muito «nossas amigas», foram motivo de intervenções por parte dos presentes que não abdicam de contribuir para «a construção de um mundo melhor».

A Assembleia elegeu uma nova Comissão Concelhia e culminou com um almoço de confraternização em que interveio Sérgio Teixeira.

COIMBRA Apoio à produção nacional

Na reunião de Quadros realizada em 11 de Junho, o Sector Camponês da Direcção da Organização Regional de Coimbra do PCP analisou a situação dos agricultores e da agricultura no distrito.

Com apenas cerca de 2,5 milhões de contos em Orçamento de Estado, dizem os comunistas, o PS mantém a má política dos últimos 12 anos quanto à protecção da floresta e à prevenção dos fogos florestais e tenta, através de protocolos "avulsos" passar as suas responsabilidades para cima das Autarquias, sem lhes assegurar os necessários apoios técnico-financeiros.

Constatando que o quadro de guardas-florestais mantém cerca de 25 por cento de vagas por preencher, o Sector Camponês da DORC diz ainda que a situação dos produtores de leite e carne no distrito piorou nos últimos meses: desceram os preços à produção na ordem dos 50 por cento em relação ao gado, o litro de leite baixou 2\$00 a 3\$00, as rações aumentaram cerca de 50\$00 por saca e o gasóleo 2\$00 em litro.

Defendendo medidas eficazes por parte do Governo para apoio à produção nacional, o PCP considera urgente a diminuição dos preços dos factores de produção e uma fiscalização adequada «à entrada desenfreada de produtos estrangeiros pelas nossas fronteiras, muitos deles de qualidade duvidosa».

Referindo, designadamente, a falta de informação e apoio do Governo aos produtores de «Queijo da Serra da Estrela» e aos pastores, os comunistas afirmam que esta situação favorece as «traficâncias» e a «falsificação do produto».

PCP

Campanha de Adesões Experiências diferentes resultados idênticos

Évora, Beja, Portalegre, três distritos onde a Campanha de Adesões tem um traço comum: em cada um deles destaca-se um concelho que, sozinho, conseguiu atingir 50 por cento do total de recrutamentos do distrito. São estes concelhos: Portel (Évora), Mértola (Beja) e Monforte (Portalegre).

Dois destes concelhos são de forte influência eleitoral do Partido mas um deles - Monforte - nem tanto. O recrutamento efectuado em todos eles mostra, contudo, que as potencialidades de adesão ao PCP são reais, não dependendo sobremaneira da influência eleitoral do Partido nas respectivas zonas.

As organizações, elas próprias, são as que em melhor situação se encontram para analisar as possibilidades existentes na sua região, estabelecer objectivos e decidir que medidas ou iniciativas tomar no sentido de os concretizar. Mas a troca de experiências enriquece sempre a análise e discussão dos problemas.

Os exemplos que agora se apontam são esclarecedores quanto às razões que estão na base do êxito da Campanha em cada um dos concelhos referidos: a discussão do recrutamento, o empenhamento e responsabilização de alguns camaradas e a realização de iniciativas abertas que, sendo ou não viradas para a Campanha, são também terreno propício ao recrutamento.

Em Portel, conforme o «Avante!» já referiu, na freguesia de Santana, onde a organização quase não tinha actividade, decidiu-se realizar uma reunião com 20 camaradas, onde se discutiu organização, quotas, actualização de ficheiros e recrutamento.

Uma semana depois, levadas à prática as decisões da reunião, havia 20 fichas de inscrição preenchidas e o Centro de Trabalho Concelhio é hoje dinamizado por jovens, tendo já a organização adquirido um novo espaço onde, até ao final do ano, pensa inaugurar as novas instalações.

Mértola conta, entretanto, a sua experiência. No princípio do ano, no quadro da preparação da sua Assembleia de Organização, a Comissão Concelhia decidiu avançar com o recrutamento de 20 novos militantes. A 3 de Fevereiro, data da realização da Assembleia, haviam já sido recrutados 9 novos membros, três dos quais foram eleitos para a Comissão Concelhia. No decurso da Assembleia, onde se respirava um ambiente favorável à entrada de muita gente nova para o Partido, os delegados aprovaram nova meta de recrutamento até ao XV Con-

gresso, mais de metade da qual está concretizada.

Estes recrutamentos, que têm galvanizado a organização, estão muito ligados, dizem os militantes de Mértola, às iniciativas e acções desenvolvidas, abertas a amigos do Partido.

Em Monforte, tudo começou com o estabelecimento, no princípio do ano, de uma meta concelhia de recrutamento até final de 1996. Discutiui-se o problema, fez-se um levantamento de amigos a contactar e criou-se um colectivo de camaradas que vem materializando esses contactos. O resultado é extremamente positivo: o número das novas adesões ultrapassa já hoje o dobro da meta que no início do ano havia sido estabelecida para o concelho e representa 50 por cento do total do recrutamento do distrito.

Três experiências conhecidas! Quantas por conhecer?

Debate em Gaia

Por baixo de aparente sucesso dificuldades e problemas

A Comissão Concelhia de Gaia do PCP levou a efeito no sábado passado, no auditório da Assembleia Municipal de Gaia, um debate sobre a situação social no Concelho com a presença de uma centena de participantes.

Em comunicado aos órgãos de informação, a Concelhia de Gaia diz que as intervenções verificadas aprofundaram diversos temas, designadamente emprego/desemprego, habitação, segurança social, saúde, exclusão social, incumprimento da legislação laboral e ainda os problemas dos reformados e dos jovens e dá nota de algumas das questões apresentadas e discutidas.

Sobre o desemprego, foi referido a título de exemplo que Gaia regista a maior taxa de crescimento do desemprego (28%), muito superior à média do distrito e do país, e que se traduz na prática, no último ano, pelo desemprego diário de dez pessoas.

A nível da saúde, a agravar o facto de os 6 Centros de Saúde existentes abrangerem apenas 69 por cento da população do concelho, verifica-se ainda, em muitos casos, a substituição constante dos médicos contratados a prazo, o que liquida, desde logo, o conceito de Médico de Família.

A prática da «caridade», consideram ainda os comunistas, criando nas pessoas receptoras atitudes de sujeição e resignação, leva a que, em relação à exclusão social, as IPSS, apesar do «seu papel generoso» assumam, na prática, uma função de atenuação dos conflitos sociais latentes.

Em relação à habitação, pode

ainda ler-se, apesar de em 1994 terem sido recenseadas 3.561 barracas e de existir um «Programa Especial de Realojamento», não foi adquirida ou construída, até agora, uma só habitação.

No campo laboral, durante o debate destacou-se a situação da empresa Yazaki Saltano que, para além de manter cerca de 91 por cento dos trabalhadores classificados como «semiquilificados» ou com menor qualificação, têm uma elevadíssima percentagem de contratados a prazo (43%).

Também os reformados e pen-

sionistas mereceram a atenção dos participantes. Referindo a existência de 50 mil reformados e pensionistas em Gaia, constatou-se haver apenas 5 Lares de 3ª Idade registados e nenhum de iniciativa pública. Facto que permite concluir estar-se perante a existência de «lares» clandestinos, sem quaisquer condições de fiscalização.

Particularmente em evidência nesta iniciativa estiveram os jovens, quer pelo número de participantes, quer pelas questões colocadas, uma delas o problema das saídas profissionais, traduzidas em contratos a prazo de seis meses e «recibo verde», que diz respeito tanto a jovens com estudos como a sem estudos.

«Por baixo da película de aparente sucesso traduzido no betão, aço e vidro dos prédios novos», diz a nota da Comissão Concelhia de Vila Nova de Gaia, «existe uma realidade de dificuldades e problemas», que o debate permitiu constatar.

José Timóteo, do Comité Central do PCP, encerrou o debate, sublinhando a importância deste tipo de iniciativas para o aprofundamento do conhecimento da realidade e a necessidade de reforço do PCP e do alargamento da sua influência para a criação de alternativas. Expressando a sua confiança na capacidade dos militantes comunistas, José Timóteo terminou com uma saudação especial aos jovens presentes.

CAMARADAS FALECIDOS

Leopoldo de Almeida

Com 64 anos de idade, faleceu na passada sexta-feira o camarada Leopoldo de Almeida, arquitecto, destacado militante do PCP. Ligado ao Partido desde a juventude, prestou apoios vários à actividade do Partido na clandestinidade. Depois do 25 de Abril, prestou colaboração a numerosos municípios na área do Ordenamento/Planeamento do Território, tendo participado significativamente na identificação e desenvolvimento das principais linhas da Área Metropolitana de Lisboa - seus estrangulamentos e perspectivas de desenvolvimento. Fazia parte da Comissão Nacional de Autarquias e do GTAL e foi colaborador assíduo da Revista Poder Local, onde assinou inúmeros artigos.

Agostinho Almeida Costa Araújo

Faleceu, no passado dia 25 de Maio, o camarada Agostinho Almeida Costa Araújo, operário têxtil, de

39 anos de idade. Pertencia à célula do Partido na empresa têxtil Baiona (Vilarinho - Santo Tirso).

Getúlio Alves

Com 61 anos de idade, faleceu o camarada Getúlio Alves. Organizado na freguesia de Carnaxide, este militante do PCP era natural da freguesia de Alvalade do Sado, concelho de Santiago do Cacém.

José Livino Pinto Viegas

Faleceu em Faro, no passado dia 15 de Junho, com 77 anos de idade, José Livino Pinto Viegas, conhecido por «Zé da Adegas». Comerciante reformado, militante conhecido e estimado no concelho, era membro do PCP desde antes do 25 de Abril, tendo estado preso das prisões fascistas.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

ALCÂNTARA

Melhorar qualidade de vida

Organizar as populações da freguesia para a luta pela resolução dos seus problemas foi uma conclusão da 4ª Assembleia de Organização da Freguesia de Alcântara do PCP, que se realizou no passado dia 25 de Maio no Centro de Trabalho de Alcântara. A Assembleia, que elegeu uma nova Comissão de Freguesia, destacou entre os problemas mais sentidos pela população a habitação degradada, o trânsito caótico, a higiene e a limpeza. Considerando que os eleitos do PCP têm tido um papel importante na acção junto das populações, os comunistas de Alcântara entendem, contudo, que é necessário reforçar este envolvimento, alargando-o a todo o Partido. Reforçar a actividade do Partido no Movimento Associativo e Popular e junto da Juventude e dos Reformados foi outra das conclusões da Assembleia, que considerou que só com o reforço do papel do PCP e uma organização forte e actuante se poderá contribuir para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar da população da freguesia.

LAVRADIO

População merece respeito

Lembrando as afirmações de um representante da Administração Regional de Saúde de Setúbal, no ano passado, de que no Orçamento deste ano seria contemplada a construção do Centro de Saúde do Lavradio com uma verba de 250 mil contos, a Comissão de Freguesia do Lavradio do PCP, em comunicado à população, denuncia a verba ridícula - 10 mil contos - que o Orçamento acabou por lhe atribuir. Considerando que a atribuição de semelhante verba não é mais do que uma manobra demagógica que visa adiar por mais um ano a resolução do problema, a Comissão de Freguesia do Lavradio do PCP exige dos outros partidos respeito pela população, pelos seus anseios e justas aspirações. Saudando a população do Lavradio que sempre soube levantar a sua voz para exigir a construção deste equipamento social, os comunistas apelam a todos os lavradienses para que expressem o seu veemente protesto e repúdio por esta manobra.

VILA FRANCA DE XIRA

Continuar a luta

Sob o lema «Dar mais força ao PCP, continuar a luta por uma política de Esquerda», decorreu no passado domingo, no Centro de Convívio Alvaro Pinheiro, no Sobralinho, a 5ª Assembleia da Organização Concelhia de Vila Franca de Xira do PCP. Convidados na mesa que presidiu aos trabalhos, encontravam-se José Ernesto Cartaxo, membro do Comité Central e Presidente da Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira, Carlos Grilo, do Comité Central e da DORL, Octávio Pato, do Secretariado do Comité Central, e Domingos Abrantes, do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central. A discussão e aprovação do Programa de Acção e a eleição da nova Comissão Concelhia atingiram momentos de elevado debate, espírito crítico e construtivo, tendo o Programa de Acção sido aprovado por unanimidade e aclamação. A Comissão Concelhia, que integra 49 elementos, foi eleita com 2 abstenções. A intervenção de encerramento esteve a cargo de Domingos Abrantes.

PORTO

PS gorou expectativas

No passado fim-de-semana, realizou-se no Porto a 1ª Assembleia da Organização dos Trabalhadores da Função Pública do Porto do PCP. No centro do debate político e social que se verificou, estiveram em destaque importantes problemas da Administração Pública expressas e condensadas numa moção aprovada por unanimidade e publicamente divulgada. Afirma-se na moção aprovada que a política de transferência de competências do Sector do Estado para o Sector Privado conduziu no sector público, entre outras situações, à governamentalização do aparelho do Estado, aos disponíveis, à perda do poder de compra dos trabalhadores da Função Pública, à diminuição das pensões de aposentação para os trabalhadores admitidos recentemente, ao mesmo tempo que se institui como critério de colocação a «cor política» e se cria uma casta de «dirigentes» com privilégios cada vez maiores. Segundo os comunistas da Função Pública do Porto, as expectativas criadas em Outubro passado com o Governo PS foram goradas, sendo necessário repudiar vivamente a atitude do Governo quanto ao atraso verificado no cumprimento do acordo, exigir a rápida revogação da lei dos disponíveis, o cumprimento integral das cláusulas do acordo e que as negociações para 1997 tenham em linha de conta as aspirações dos trabalhadores. A Assembleia centrou ainda o debate nas questões de organização e intervenção do Partido na Função Pública e elegeu uma nova Direcção da Organização. A encerrar a Assembleia interveio Agostinho Lopes, da Comissão Política do Comité Central, que referiu aspectos da situação política e social e a necessidade de desenvolvimento da luta por uma outra política.

PCP

Ministério ignora parceiros educativos

Na sexta-feira passada, o camarada Edgar Correia, da Comissão Política, numa declaração à Comunicação Social, pronunciou-se, «sem prejuízo de ulterior e mais detalhado comentário», sobre a súbita aprovação de alterações à Lei de Bases do Sistema Educativo pelo Conselho de Ministros e o propósito de precipitar a apreciação parlamentar dessa proposta de lei já no dia 4 de Julho, numa actuação que se configura «verdadeiramente insólita e merecedora da mais viva reprovção».

A Lei de Bases do Sistema Educativo, lembra Edgar Correia, constitui um ordenamento legislativo fundamental em matéria de política educativa que há dez anos logrou obter a aprovação por parte de todas as forças políticas com representação na Assembleia da República. As alterações que agora o Ministério da Educação pretende impor - de sopetão e com completa ausência de diálogo com os parceiros educativos - representa assim uma completa inversão política que nem

sequer os anteriores governos do PSD ousaram anteriormente empreender.

Destacando algumas das propostas que desde logo mereceram a viva crítica do PCP, Edgar Correia referiu:

- o estabelecimento de um sistema de acesso ao ensino superior público de carácter profundamente elitista, em que cada escola pública escolhe directamente os alunos que quer, eliminando as condições de igualdade de ingresso que o concurso de carácter nacional

assegurava e a possibilidade de intervenção do sistema do ensino superior na definição das condições de acesso;

- a abertura ao politécnico da possibilidade de conferir bacharelatos e licenciaturas que, ao invés de se progredir em direcção a um sistema único, acentua a separação entre o ensino universitário e o ensino politécnico;

- a limitação rígida da duração dos bacharelatos (2 anos) e das licenciaturas (4 anos), medida atentatória da autonomia das instituições do ensino superior e que, a par do propósito de desqualificação dos graus académicos, revela o mais estreito economicismo;

- a objectiva distinção entre licenciaturas ministradas nas universidades, cujo nível o Ministério pretende claramente baixar, e licenciaturas conferidas por outras instituições de ensino superior que não reúnam um mínimo de condições para

isso, matéria que, pela sua complexidade, obrigaria a um alargado debate público.

«É no mínimo estranha a pressa que o Ministério da Educação teve em anunciar alterações futuras no sistema de acesso ao superior», disse Edgar Correia, considerando que tal pressa legítima a interrogação de se poder estar apenas perante uma manobra de antecipação às críticas que o Ministério prevê enfrentar face aos maus resultados do sistema de acesso ao superior que impôs obstinadamente no presente ano lectivo.

A terminar a sua declaração, este membro da Comissão Política afirma ser revelador que um ministro que há meses proclama privilegiar o diálogo e que erigiu um «pacto educativo», venha agora substantivar essa política - à velha maneira dos governos do PSD - sem informação, sem qualquer debate e no Verão.

Setúbal

Duas realidades distintas que não temem regionalização

O Executivo da Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP, pronunciando-se sobre a regionalização como uma forma de cumprir a Constituição, afirma que para o PCP regionalizar «pressupõe descentralizar poderes e competências da Administração Central, aprofundar a democracia, respeitar e valorizar o Poder Local, potencializar um desenvolvimento equilibrado e sustentado».

Ao aproximar os órgãos de poder e os eleitos, a regionalização favorece o alargamento da democracia participativa, afirmam os comunistas de Setúbal que consideram ainda que a regionalização contribui para o desenvolvimento económico social, cultural e ambiental. Ao invés de fraccionar o País, dizem, a regionalização antes o enriquece, quer na unidade e coesão nacionais, quer no plano político, económico, social, cultural e ecológico.

O PCP, após discussão com os respectivos organismos partidários, propõe, no seu Projecto de Lei de Criação e Institucionalização das Regiões Administrativas, a constituição da Região Metropolitana de Lisboa e a Península de Setúbal com os limites da actual Área Metropolitana de Lisboa (9 municípios a norte do Tejo e 9 do distrito de Setúbal) e a Região do Alentejo com os municípios dos distri-

tos de Beja, Évora, Portalegre e os concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines do distrito de Setúbal.

O distrito de Setúbal, diz o Executivo da DORS, tem duas realidades distintas - que existem desde a sua formação em 1926 - que nada têm a temer com o processo de regionalização. Com o integral aproveitamento das capacidades, meios humanos, potencialidades e infra-estruturas que possuem, elas poderão transformar a Península de Setúbal e o Litoral Alentejano em pólos de desen-

volvimento das regiões em que se inserirão.

A DORS do PCP defende ainda que na Península de Setúbal sejam criadas uma Agência de Desenvolvimento Regional e uma Associação dos nove Municípios com forte e activa intervenção como porta-voz dos interesses da região e para quem a futura Junta Regional descentralize competências, actos de gestão e assine contratos-programa.

O PCP, embora não aceite o pretenso «consenso» dos partidos de direita, está aberto ao diálogo e considera que as suas

«posições de partida podem não ser as posições de chegada no fim do debate».

Atendendo à necessidade urgente de um profundo debate sobre Regionalização, as Comissões Concelhias do distrito de Setúbal estão a promover um conjunto de iniciativas subordinadas ao lema «Regiões Administrativas para Portugal - debates com o PCP», no âmbito do qual já se concretizaram três sessões, no último fim-de-semana, em Alcochete, Almada e Barreiro, com a presença respectivamente de José Manuel Maia, Luís Sá e João Amaral.

Uma breve lembrança de António Araújo Moreira

Fui, entre os muitos amigos de Araújo Moreira, um dos que o conheceu mais tardiamente.

Mesmo sendo breve o tempo de convívio, não consigo hoje reconhecer algum ponto de luz que me diga o que nele me prendeu desde o início, e gerou uma amizade e um afecto que só fugazmente lhe soube revelar.

Talvez aquela visível harmonia entre os seus gestos e as suas palavras de poeta, talvez aquele modo simples e sincero de se exprimir, ou uma rara sensibilidade humana, onde a um trovão de indignada ira logo sucedia uma atitude de reconciliada bonomia. Talvez a sua permanente paixão pelo mundo da imprensa. Ou talvez somente porque, nele, amargura rimava com ternura.

Não vale a pena procurar emoções como

quem angaria razões, e com elas a explicação mais clara, porque a memória de Araújo Moreira é tão viva e continua tão perto de nós, dos seus amigos e camaradas.

Não voltaremos a tê-lo cá, do outro lado do telefone, ou na reunião de trabalho, onde sempre da sua participação resumavam a competência profissional, o empenho e o rigor, o bom senso e a sobriedade, o seu inconformismo para com as injustiças da sociedade.

A vida continua, é uso dizer-se. A luta continua, sempre dizemos. Mas não vamos esquecer o António Araújo Moreira. Ele habita o espaço donde irrompem as atitudes belas, generosas e solidárias, que são, afinal, as flores da vida.

■ Jorge Sarabando

NACIONAL

Alcindo Monteiro assassinado há um ano

Fez agora um ano que Alcindo Monteiro foi assassinado, vítima de uma agressão racista no Bairro Alto. Um ano depois "vale a pena não esquecer", como sublinha a Frente Anti-Racista, em comunicado em que se afirma que "a melhor forma de lembrar" a sua memória "é apelar a todas as associações, a todos os cidadãos e aos órgãos de poder, a sua contribuição em erradicar da sociedade portuguesa os germes do racismo e da xenofobia, as suas causas sociais, económicas e culturais".

A Frente Anti-Racista sublinha ainda que "o julgamento dos criminosos morais e materiais deste crime deve servir para desincentivar grupos neonazis organizados ou não em Portugal, para que não se venham a cometer mais crimes de natureza racista ou de outra ordem".

JCP de Coimbra contra política educativa

"O Ministro revela no seu discurso uma concepção mercantilista da Educação." Esta a crítica de fundo, dirigida ao Ministério da Educação pela Direcção de Organização do Ensino Superior de Coimbra (DOESC) da JCP. Crítica que vem na sequência, quer do encontro da JCP com o ministro Marçal Grilo, quer do documento sobre financiamento, entretanto apresentado pelo Ministério.

A JCP critica, em particular, a introdução dos empréstimos "como solução para todos os males", esquecendo-se "por um lado, das responsabilidades que o Estado tem nesta área e, por outro, de que esta medida endividará o jovem no período mais complicado da sua vida, quando tem de responder a responsabilidades financeiras como comprar ou alugar uma casa, constituir família, em suma, tornar-se independente".

A DOESC da JCP reitera a sua recusa de qualquer propina no Ensino Superior público, considerando que "não cabe aos estudantes pagar o seu ensino, pois para isso as famílias portuguesas pagam os impostos e contribuem com a maior fatia dos custos da frequência do Ensino Superior".

Encontro CDU em Gondomar

O Concelho de Gondomar é o Município menos desenvolvido da Área Metropolitana do Porto. Este um dos aspectos sublinhados em encontro da Organização Concelhia de Gondomar da CDU, realizado sábado passado com a participação de mais de 100 pessoas, e que contou ainda com a participação de Luís Sá, membro da Comissão Política do CC do PCP.

No encontro, foram referidos os grandes atrasos que continuam a verificar-se na execução de infra-estruturas básicas, nomeadamente nos domínios do saneamento básico, da rede viária, da habitação social, dos equipamentos sociais, culturais e desportivos.

Foram apresentadas algumas propostas concretas para dar resposta a estes problemas, quer em termos de desenvolvimento económico, com a construção de parques industriais e aproveitamento das potencialidades turísticas, quer em termos de rede viária e construção de infra-estruturas básicas.

Projectos intermunicipais analizados em Setúbal

A "Gestão de Sistemas de Saneamento Básico" foi tema de debate numa sessão promovida pela CDU em Setúbal.

O debate reuniu eleitos, técnicos e populares e proporcionou uma ampla informação sobre o Plano Estratégico para o Desenvolvimento de um Sistema Integrado de Tratamento de Resíduos Sólidos da Margem Sul, englobando os concelhos de Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Sesimbra e Seixal, servindo uma população de mais de meio milhão de habitantes, de que Setúbal se auto-excluiu.

Entre os dados mais significativos, referidos no encontro, destaca-se o preço da tonelada de lixo tratada, que corresponde a menos de metade do que é actualmente pago pela Câmara de Setúbal à empresa alemã Kock, que gere a respectiva estação de tratamento.

A abolição da carga fiscal nas despesas do tratamento do lixo foi uma das reivindicações avançadas.

Paredes CDU denuncia passividade

A CDU de Recarei denuncia a "passividade" da Junta de Freguesia de Terronhas, em Paredes, por "nada ter feito para alterar as situações mais graves".

A freguesia necessita de melhoria do piso em arruamentos onde os bombeiros já se recusaram a deslocar de ambulância, construção de lavadouros públicos e abastecimento de água ao domicílio.

A CDU denuncia ainda a "incapacidade da Junta" em pressionar a DREN e a Câmara para o arranjo de átrios e salas das escolas primárias de Terronhas e Bustelo onde várias turmas são obrigadas a ter aulas na mesma sala e em simultâneo.

Comuna de Paris Um governo do povo para o povo

Muitas dezenas de pessoas acompanharam com o maior interesse a Conferência/Debate sobre a «Comuna de Paris» que se realizou no passado sábado, por iniciativa da ID (Intervenção Democrática), no Anfiteatro da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, com a participação dos historiadores Claude Willard, da Universidade de Paris, e Hernâni Resende, da Universidade de Lisboa, e da investigadora da Universidade Aberta, Dulce Rebelo.

A iniciativa, composta de duas partes - a Conferência propriamente dita e o Debate -, foi aberta com a intervenção da investigadora Dulce Rebelo que abordou as repercussões que a Comuna teve em Portugal e a influência que exerceu sobre a geração de jovens escritores que então se destacavam: Eça de Queiroz, Teófilo Braga, Adolfo Coelho e muito outros que então participavam nas Conferências do Casino. Influência que, traduzindo-se em críticas mais ou menos severas à velha sociedade, acabaria, na opinião de Dulce Rebelo, por levar à proibição das Conferências.

Claude Willard - que «prefere dar sempre prioridade à troca de opiniões e ao debate» - debruçou-se na breve intervenção que fez sobre as causas principais que haviam levado à constituição da Comuna de Paris; o exercício efectivo da democracia directa que nesses

72 dias se verificou «um governo do povo, pelo povo e para o povo - à escala, naturalmente, de uma cidade»; o importante papel desempenhado pelas mulheres que, marchando nas primeiras filas, «vão criar o primeiro movimento feminino de massas». Disse Claude Willard que de «revolução popular espontânea», a Comuna de Paris se transformou na primeira revolução operária, ainda que de uma classe operária «de tipo intermediário», «fruto de um capitalismo em plena ascensão», «uma classe operária adolescente», «lançando-se ao assalto dos céus», segundo as palavras com que então Marx se lhes referia.

Afirmando que o ensino hoje ministrado esquece-se da Comuna de Paris e dos tesouros que ela encerra, Claude Willard diz que a herança por ela deixada é uma arma para os combates actuais e futuros.



A mesa que presidiu a um debate vivo sobre a Comuna de Paris

A encerrar a primeira parte desta Conferência/Debate, o professor Hernâni Resende abordou as origens económicas e sociais da Comuna. A insurreição de Paris acontece após o auge da «revolução industrial» em França. Convém, contudo lembrar, diz o historiador, que, em 1860, «60 por cento da população vivia ainda no campo». A pequena indústria, a manufactura e o artesanato, embora à custa de grandes sacrifícios, continuavam a resistir à grande indústria. Os trabalhadores tinham então horários de trabalho que iam das 10 às 12-13 e até mesmo 14 e 16 horas diárias. A alta salarial não acompanhava a subida de preços. Esta situação fazia aproximar a pequena burguesia dos interesses dos trabalhadores. Uma parte substancial da

França encontrava-se ocupada pelo exército prussiano. A Comuna, afirma Hernâni Resende a terminar, correspondia, assim, aos interesses da classe operária, da pequena burguesia e da maioria dos camponeses.

Estava lançado o debate que, após um curto intervalo, se prolongou até 18.30 horas. As várias intervenções que se verificaram, e que permitiram aprofundar alguns temas, incidiram sobretudo sobre as condições objectivas e subjectivas existentes para o «avanço» da Comuna de Paris; as várias correntes de opinião que a integravam - «sua grande riqueza e fraqueza» - e a ausência de uma direcção organizada; a importância e repercussões que a Comuna teve no movimento operário e social dos países da Europa.

Almada presta homenagem a Romeu Correia

Centenas de pessoas de Almada, de par de intelectuais, artistas, diferentes personalidades da área da cultura e da política, participaram, sábado passado, no funeral do escritor Romeu Correia, activista político que participou em múltiplas actividades da APU e posteriormente da CDU, desde muito jovem ligado ao movimento associativo e artístico de Almada.

Nesta sentida homenagem, participaram todos os eleitos CDU, o presidente da Assembleia Municipal e a presidente da Câmara de Almada.

Alexandre Castanheira, seu companheiro de luta, sublinhou, nalgumas palavras proferidas no funeral, a intervenção política do escritor.

O PCP esteve representado por Jaime Serra, da Comissão Central de Controlo. Igualmente presente, uma delegação da Direcção da Organização Regional de Setúbal, constituída por Carlos Humberto, Manuela Pinto Ângelo, Valdemar Santos e Augusto Flor.

Nascido em 1917, Romeu Henrique Correia manifestou desde muito jovem um grande interesse pela actividade desportiva e pelo movimento associativo.

Em 1933, participa na sua primeira competição desportiva.

Em 1945, ano da criação do Movimento de Unidade Democrática (MUD), Romeu Correia faz parte da Comissão Concelhia de Almada. Em 1947, publica-se o livro de contos "Sábado sem Sol". Em 1948, em edição do autor, é lançado o romance "Trapo Azul".

Uma actividade literária e uma participação política que iriam ter continuidade ao longo dos anos, e de que aqui nos limitaremos a dar breves notas.

Em 1953, estreia a peça "Casa de Fogo", no Teatro D. Maria



II. "O Vagabundo das Mãos de Oiro" estreia em 62 no Teatro Experimental do Porto.

Em 62 é-lhe atribuído o "Prémio da Crítica de 1962" e em 65 toma posse na Direcção da Sociedade Portuguesa de Escritores.

O romance "Bonecos de Luz" é

publicado em folhetim, no jornal "República", em 71. Este romance e a peça "O Vagabundo das Mãos de Oiro" viriam a ser recomendados, em 1974, para os estudantes dos liceus e escolas técnicas.

Em Julho de 78, a Câmara Municipal da Amadora, em sessão solene na Incrível Almadense, atribui a Romeu Correia a Medalha de Ouro da Cidade.

Presidente da Assembleia Municipal de Almada no tempo da APU, Romeu Correia foi mandatário distrital e concelho da CDU, tendo sempre apoiado tanto a APU como a CDU.

O pesar dos comunistas

No próprio dia da morte do intelectual almadense, o PCP exprimiu, em nota tornada pública, «o seu pesar pelo falecimento de Romeu Correia, escritor de mérito, destacado e activo democrata, companheiro estimado de uma luta de décadas pela liberdade, pela democracia e pelo progresso social».

TRABALHADORES

TANTOS PATRÕES
DOENTES EM BRAGA

Havia 700 gerentes de empresas que, no final de Maio e a nível do distrito, estavam com *baixa* por doença, o que levou a União dos Sindicatos de Braga a decidir questionar a Segurança Social. «Queremos saber o que é que está a ser feito para averiguar a veracidade da doença de tantos patrões, a maioria dos quais recebe subsídios entre 10 a 20 contos por dia», refere o coordenador da USB/CGTP-IN, Adão Mendes.

Os sindicatos bracarense consideram «escandaloso» tal facto, numa altura em que a gravidade da percentagem de fraudes foi já confirmada em termos nacionais. Adão Mendes salientou à Lusa que, «no distrito do Porto, as averiguações a este tipo de situações deram resultados, enquanto em Braga, onde abunda o desemprego e os salários em atraso, nada parece ter sido feito».

Um rastreio efectuado em Março na sub-região de Braga da Segurança Social indicou que, num universo de 1142 utentes com *baixa*, 62,4 por cento não apresentavam «maleitas suficientes» para se manterem nessa situação.

SIDERURGIA
EM GREVE

Desde o passado dia 13 (quinta-feira) e até segunda-feira, os trabalhadores da Siderurgia Nacional - Empresa de Longos, na Maia, participaram «massivamente» numa greve desencadeada como forma de protesto contra o facto de a administração ainda não ter procedido a aumentos salariais e «continuar a bloquear as negociações com propostas que são inaceitáveis», informou a comissão intersindical da empresa.

Para ontem estava convocado um plenário com o objectivo de analisar a situação laboral na empresa e ponderar novas medidas de luta a adoptar para levar a administração a reconsiderar a sua posição. A comissão intersindical, na nota que divulgou à comunicação social, acusa a administração da SN-EL/Maia de pretender «aniquilar praticamente todos os direitos conquistados pelos trabalhadores».

RECUPERAÇÃO
DUVIDOSA

Na Polímeros do Ave pode estar em curso um típico processo de falência fraudulenta, no entender dos trabalhadores desta empresa de Lousado e do Sindicato da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás do Norte. Na segunda-feira, o pessoal da Polímeros cumpriu, com uma adesão de 90 por cento, uma greve de duas horas por turno. Dezenas de trabalhadores deslocaram-se às instalações da subdelegação de Famalicão do Ministério do Emprego, exigindo que fosse agendada a reunião há muito pedida com o secretário de Estado.

Perda deliberada e progressiva do mercado, acumulação de dívidas aos fornecedores e de sucessivos prejuízos, degradação do equipamento por falta de manutenção, alienação de todo o património imobiliário e ausência de investimentos são factos apontados pelo sindicato como motivos de preocupação; as responsabilidades são imputadas às sucessivas administrações da Polímeros do Ave, que «conduziram a empresa à ruína, deixando os seus 75 trabalhadores à porta do desemprego», «de acordo com as estratégias dos grupos Amorim e Continental». Desde Dezembro deixaram de ser pagas as contribuições da empresa para a Segurança Social e começaram a verificar-se constantes atrasos no pagamento de salários (metade de Maio ainda está em dívida).

A 29 de Março, os trabalhadores iniciaram uma greve de 1 hora por semana, pela regularização dos pagamentos e actualização dos salários, bem como pela garantia dos seus direitos. A greve vai prosseguir e está prevista uma deslocação ao tribunal no dia 5 de Julho, quando ali tiver lugar a assembleia de credores, convocada na sequência de um processo de recuperação da empresa que motivam fortes dúvidas dos trabalhadores e do sindicato.

Emigrantes protestam
em Nantes

Várias dezenas de emigrantes portugueses concentraram-se sábado à tarde frente ao consulado de Portugal em Nantes (França), expressando o seu descontentamento para com «os serviços de atendimento e as más condições» naquela repartição, segundo a «Comissão de Apoio à Comunidade Portuguesa para a Mudança».

Representantes desta estrutura, que promoveu a manifestação, tentaram falar com o vice-cônsul, mas este esteve incontactável.

Na área consular de Nantes, refere um documento distribuído aos órgãos de informação pela comissão promotora do protesto, vivem 22 mil portugueses, distribuídos por 8 regiões administrativas (*départements*).

Nessa nota são apontadas algumas das razões que levaram à realização desta acção. É considerado «inadmissível» o facto de as instalações do consulado serem «reduzidas, péssimas, sem condições para atendimento ao público» e «não dispõem de instalações sanitárias».

A comunidade portuguesa (sobretudo os emigrantes que vivem a 200 ou 300 quilómetros de Nantes) é ainda prejudicada por um reduzido horário de atendimento «devido à falta de funcionários».

A falta de apoio ao ensino do Português, a longa espera no atendimento ao público e a falta de informação sobre o recenseamento eleitoral são outros problemas denunciados pelos emigrantes, que querem do Governo português «medidas urgentes e eficazes».

O chefe do posto consular está confrontado com uma acção em tribunal, movida pelo Sindicato dos Trabalhadores Consulares, por ter despedido uma funcionária sem instaurar previamente qualquer processo disciplinar. Segunda-feira, a Agência Lusa revelou que o secretário de Estado das Comunidades mandou instaurar um inquérito para averiguar as condições de funcionamento do consulado.

PCP solidário

Convidados pelos organizadores da manifestação, os deputados eleitos pela emigração e as entidades oficiais portuguesas estiveram ausentes.

Paulo Pereira e Gonçalo Rodrigues, do organismo de direcção do PCP em Paris, des-

locaram-se a Nantes para expressarem a solidariedade dos comunistas para com esta luta e os seus objectivos, considerando-a um reflexo do mal-estar que se sente, um pouco por todo o lado, entre os emigrantes portugueses. Na AR, o Grupo Parlamentar do PCP, através de requerimento, questionou o Governo sobre esta situação.

Desde há muito o PCP vem defendendo a urgência de rever o Regulamento Consular, que data de 1920, de forma a alterar os critérios já caducos por que são regidos ainda hoje os postos consulares. Para os comunistas, é fundamental modernizar os postos, nomeadamente pela informatização, de forma a torná-los mais eficazes e a melhorar o atendimento ao público.

Patrão desaparece
da Fotal em greve

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Gráfica e Imprensa do Norte acusou a administração da empresa Fotal, do Porto, de «desinteresse pelo futuro» dos seus 75 trabalhadores.

Em conferência de imprensa realizada segunda-feira na empresa, o sindicato afirmou que os trabalhadores, que recebem actualmente apenas 30

contos do seu salário, estão em greve desde dia 11, «depois de terem efectuado uma série de diligências e reuniões com o administrador, que não avançou perspectivas de solução».

«Um administrador-empresário que se demite das suas responsabilidades, que não tem qualquer projecto, que não toma as medidas que só ele pode tomar na empresa, não merece o

crédito e confiança dos trabalhadores, fornecedores, banca e clientes», frisaram os sindicalistas, citados pela Agência Lusa.

Segundo os representantes dos trabalhadores, «o não pagamento de salários não é nenhuma modalidade legal a que um empresário possa recorrer para resolver os problemas da empresa». «Num Estado de direito, tão invocado para justifi-

car intervenções policiais contra trabalhadores, pouco ou nada acontece a um empresário que não paga salários e, na prática, abandona a empresa», acrescentaram.

A Lusa refere que tentou obter um depoimento da administração, mas nenhum dos seus membros se desloca à fábrica desde que a greve se iniciou, mantendo-se incontactáveis.

MP Roldão muda de mãos

Os trabalhadores da vidreira Manuel Pereira Roldão (MPR), na Marinha Grande, foram informados no fim-de-semana de quais são os 139 que se iriam manter a trabalhar na empresa a partir de ontem, dia em que a empresa Mandata deveria tomar conta daquela vidreira.

Os trabalhadores não abrangidos pela escolha de António Raposo de Magalhães (o novo patrão da MP Roldão, através da Mandata) serão colocados

em acções de formação pelo período de um ano. Porém, segundo disse à Agência Lusa Sérgio Moiteiro, «não há ainda indicações disponíveis sobre a data de arranque destas acções, o que é motivo de alguma apreensão».

De acordo com o coordenador do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, o contrato de concessão da empresa, entre o Estado e a Mandata, deveria ser assinado

ontem, segundo informações que deu ao sindicato a gestora judicial, Margarida Varela.

O acordo de concessão, com a validade de um ano, permitirá a continuação da laboração da MPR até que a Mandata construa uma nova unidade fabril, na qual se perspectiva a criação de postos de trabalho para os operários da MP Roldão, embora em número ainda não definido.

Entretanto, para anteontem

estava previsto o pagamento dos salários de Maio e de 50 por cento de Junho; daqui em diante, os vencimentos passarão a ser da responsabilidade da empresa de Raposo de Magalhães.

Entre os operários, refere a agência, as reacções são diversas: enquanto os que continuam na empresa não escondem a sua satisfação, os restantes encaram com muito cepticismo o seu futuro.

Reformados
foram à AR

Respondendo ao apelo da Inter-Reformados e do Murpi, activistas do movimento de aposentados e pensionistas deslocaram-se terça-feira à tarde à Assembleia da República, para reclamar novos e melhores apoios sociais e de saúde, aumentos de pensões que permitam viver com dignidade, e mais justiça social.

Especiais críticas foram dirigidas às promessas que continuam por cumprir e aos ataques que são movidos contra a Segurança Social, particularmente as ideias de privatização para fazer dela um negócio, em vez de um sistema público de solidariedade entre gerações.

As reivindicações dos reformados e pensionistas foram expressas numa moção, aprovada durante a concentração junto às escadarias de São Bento e depois entregue no Parlamento.

INTERNACIONAL

Timor-Leste

Eurodeputados do PCP condenam repressão indonésia

Os recentes acontecimentos registados em Timor-Leste, de que resultaram oito timorenses assassinados pela força de ocupação indonésia, levaram os eurodeputados do PCP ao Parlamento Europeu a apresentar, na sessão plenária que amanhã termina em Estrasburgo, uma proposta de resolução condenando uma vez mais a Indonésia e reafirmando a solidariedade com o povo timorense na sua luta pela autodeterminação.

A proposta, que condena a repressão militar indonésia no território e a perseguição, desrespeito e destruição dos traços e valores culturais e religiosos do povo timorense - o que aparentemente foi a causa próxima dos últimos acontecimentos -, reitera o apelo à comunidade internacional, e principalmente aos governos dos Estados-membros, para que suspenda a venda de armas e toda a assistência militar à Indonésia (ainda recentemente a Suécia vendeu material bélico ao regime de Shuarto e os EUA

decidiram restabelecer o programa de treino às forças armadas indonésias).

O texto apela ainda ao Conselho de Ministros da UE para que publique o mais rapidamente possível a sua posição comum sobre Timor, aprovada de resto em Novembro do ano passado e alvo de sucessivos protelamentos. A este propósito, e atendendo aos recentes desenvolvimentos da chamada «crise das vacas loucas», os eurodeputados comunistas lamentam que o governo britânico tenha inviabiliza-



A solidariedade com a luta do povo timorense não pode servir de moeda de troca no jogo de interesses dos países da União Europeia

do, na reunião do Conselho de Ministros do passado dia 11, a divulgação da posição comum da União Europeia sobre Timor que, entre outras coisas, apela à introdução por parte das autoridades indonésias de medidas efectivas de respeito pelos direitos humanos.

Em nota à imprensa, os eurodeputados do PCP, sem porem em causa «o direito de um Estado inviabilizar a aprovação de medidas que lhe possam ser prejudiciais», lamentam que os recentes acontecimentos de Baucau «venham demonstrar que sempre que estão em causa direitos humanos também está em causa uma questão de vida ou de morte», e sublinham que «as questões de direitos humanos não devem ser secundarizadas relativamente a outros temas,

nomeadamente interesses comerciais e económicos, nem muito menos utilizadas como moeda de troca ou instrumento de pressão para garantir a exportação de sêmen de boi».

A hora do encerramento da nossa edição desconhecia-se o resultado dos contactos encetados com os demais partidos políticos portugueses representados no PE com vista à apresentação de uma proposta de resolução comum sobre Timor, o que facilitaria a sua aprovação.

Pena Capital - Bélgica

A abolição da pena de morte foi aprovada pelo Parlamento belga, na passada quinta-feira. Todos os partidos votaram favoravelmente excepto a extrema-direita flamenga do «Vlaams Blok». Os liberais francófonos do PRL abstiveram-se porque defendiam uma profunda reforma do regime de liberdade condicional a fazer-se paralelamente. A pena capital não é aplicada na Bélgica desde 1918.

China

O Partido Comunista Chinês aumentou o seu número de militantes para 57 milhões, tendo recrutado no último ano mais de dois milhões de pessoas. Segundo o Comité Central do partido, metade dos novos membros são operários e camponeses, mais de dois terços tem educação superior e menos de 35 anos, e um quinto são mulheres.

Habitat II

Marcada pela ausência de dirigentes mundiais e reflectindo uma profunda divergência entre os países desenvolvidos e os países em vias de desenvolvimento, terminou na sexta-feira a II Conferência das Nações Unidas sobre Aglomerados Humanos, em Istambul. As principais polémicas prenderam-se a questões relacionadas com os recursos económicos adicionais para a habitação, a cooperação internacional e os direitos humanos. Neste último ponto, a contracepção e o direito das mulheres ao aborto e à esterilização opôs o Vaticano e os países islâmicos à UE, China, Canadá e EUA. «O Mundo está a polarizar-se cada vez mais e o mais preocupante é que há muito poucos que concentram o dinheiro e existem cada vez mais pobres», afirmou o secretário-geral da cimeira, acrescentando que «este facto, não pode levar nem à paz nem ao bem-estar da Humanidade». Fidel Castro, que também participou na iniciativa, denunciou o egoísmo dos países desenvolvidos «que praticamente destruíram o planeta e envenenaram o ar, os mares, os rios e a terra», acusando-os de serem «os menos interessados em salvar a Humanidade».

Cimeira Árabe

A Cimeira Árabe que se irá realizar no fim-de-semana, no Egipto, tem como fim analisar e discutir o restabelecimento de solidariedade árabe e o futuro do processo de paz após a vitória de Benjamim Netanyahu nas eleições legislativas de Israel. À excepção do Iraque, todos os 21 membros da Liga Árabe foram convidados a participar na iniciativa.



«Paz Agora», uma esperança no Ulster que permanece viva

A ira do IRA

O processo de paz no Ulster está mais uma vez ameaçado. Desta vez, foi Manchester o palco de mais um atentado alegadamente da autoria do IRA que, no último sábado, fez mais de duzentos feridos.

O ministro do Interior britânico, Michael Howard, afirmou que o atentado trouxe «uma alteração importante» às condições necessárias para a admissão do Sinn Fein nas conversações da paz: «Não se pode fazer explodir uma bomba no sábado, declarar cessar-fogo no domingo e esperar ser admitido no processo na segunda-feira». «Antes havia uma perspectiva de cessar-fogo que poderia ser considerado verdadeiro e permanente. O que se passou no sábado tornou tudo muito, muito mais difícil», acrescentou. Apesar de tudo, o governo de Londres vai manter os seus contactos com o braço político do IRA.

Porém, o atentado ainda não foi reivindicado. Gerry Adams, o líder do Sinn Fein, tinha afirmado dois dias antes que o seu partido estava preparado para «assumir riscos» pelas «difíceis decisões que deverão ser tomadas de modo a facilitar o processo de paz», declarando-se «convencido de que há haver um acordo». Segundo a Lusa, Adams declarou que o Sinn Fein terá um papel activo no «esforço» do processo de paz que resultará apenas como fruto de «diálogo honesto e negociações».

Adams não condenou o ataque terrorista, dizendo que «o maior e o mais importante dos desafios é ir mais longe que as

condenações, e estou pronto a fazê-lo ao contribuir para assegurar as condições que permitam terminar com todos estes incidentes».

Entretanto, terminou na sexta-feira a primeira sessão do Fórum sobre o Ulster, sem que os seus participantes tenham chegado a acordo sobre as modalidades de nomeação do presidente da Irlanda do Norte.

Este organismo, oficialmente sem poderes executivos ou legislativos, tem como objectivo debater a evolução das negociações multipartidárias sobre o futuro do conclave. Reunindo 110 membros, eleitos no sufrágio de 30 de Maio, o Fórum não inclui o Sinn Fein, que alcançou 15,5 por cento da votação e obteve 17 lugares, devido à inexistência de um cessar-fogo por parte do IRA.

Mistérios de Bruxelas

Trabalhadores metalúrgicos belgas manifestaram-se sexta-feira passada em Bruxelas, o que não é propriamente uma novidade nos tempos que correm, com o desemprego a subir em flecha e as condições de vida a degradarem-se todos os dias.

Novidade mesmo foi o caso ocorrido quando a manifestação sindical desfilava sob as passagens aéreas que unem os edifícios do Parlamento Europeu, e presenciado por várias testemunhas: numa dessas passagens, alguns indivíduos, trajando à civil e munidos de walkie-talkies, afadigavam-se a filmar os trabalhadores integrados na referida manifestação.

Após ter confirmado que os ditos indivíduos não pertenciam aos elementos de segurança interna do Parlamento Europeu (nem poderiam ser porque a segurança não está atribuída tal tarefa), nem tão-pouco eram visitantes do PE (os que na altura pretenderam transitar na referida passagem foram impedidos de o fazer), o deputado comunista Honório Novo decidiu pedir esclarecimentos a quem de direito, ou seja, ao presidente do PE, Klaus Hansch.

Quem eram os indivíduos que estavam a filmar a manifestação? Eram ou não agentes policiais à paisana? Em qualquer caso, quem autorizou a utilização das instalações do PE para a realização de tão insólito e indesejável missão, a qual, se estivessemos em Portugal, designaria de pidesco trabalho, já que lembra os procedimentos da antiga polícia política?

As perguntas foram feitas mas não chegaram a plenário, na segunda-feira, a pretexto de que a questão estava fora da Ordem de Trabalhos, apesar de o eurodeputado ter solicitado atempadamente o uso da palavra antes da Ordem do Dia.

O presidente do PE diz-se disposto a prestar informações sobre o ocorrido. Resta saber quando e como. Até lá, o mistério continua.

INTERNACIONAL

400 mil contra Kohl

Alemães em luta pelo emprego

Em Bona, 400 mil pessoas juntaram-se para protestar contra o plano de austeridade do Governo de Helmut Kohl, no sábado, vindas de todos os pontos da Alemanha em 80 comboios especiais, três barcos e 5700 autocarros alugados. A recepção esteve a cargo de 13 mil polícias.

O programa «Crescimento e Ocupação» foi mais uma vez contestado pelos alemães, naquela que foi a maior acção sindical da história da República Federal Alemã. Esse pacote de medidas apresentadas pelo executivo, em 26 de Abril, alegadamente para fazer frente à crise económica e ao desemprego (cujas taxas rondam os 10 por cento) prevê, entre outras coisas, a redução do subsídio de doença durante as primeiras seis semanas para 80 por cento do salário líquido (em vez dos actuais 100 por cento); a diminuição das pensões; o aumento da idade da reforma (sessenta e três para as mulheres e sessenta e cinco para os homens, em vez dos actuais sessenta e sessenta e três anos, respectivamente); a perda de um dia de férias por cada cinco dias de doença; a diminuição da protecção contra o desemprego; despedimentos facilitados para as PME empregando até dez tra-

balhadores (em vez de cinco); prolongamento dos contratos a prazo até dois anos para os trabalhadores com menos de sessenta anos.

Para Helmut Kohl, «é preciso que os alemães deixem de estar acomodados nos direitos adquiridos» e «adaptem as suas prestações sociais ao nível da sua produtividade».

Na prática, o que se prepara é o corte de 50 mil milhões de marcos nas despesas públicas e de 20 mil milhões de economias suplementares nos orçamentos sociais para 1997. São medidas para, à custa do preço do trabalho, satisfazer os famigerados critérios de convergência para a moeda única, os critérios de Maastricht. Critérios que, muito convenientemente, beneficiam o capital. Na Alemanha, por exemplo, o imposto sobre as fortunas será suprimido, e na forja está uma reforma fiscal que visa aliviar as cargas sociais das empresas (o Bundestag debateu o tema



A luta contra o programa de austeridade de Kohl sobe de tom na Alemanha

na passada sexta-feira, altura em que o presidente do SPD, Oskar Lafontaine, acusou a política governamental de «alimentar o desemprego e a injustiça social».

Nas palavras de Dieter Schulte, presidente da Confederação dos Sindicatos Ale-

mães (com mais de 9 milhões de filiados), trata-se de um «programa de horrores e desmantelamento do Estado social».

A manifestação de sábado não foi a única iniciativa pelo emprego e pelos direitos no trabalho. Dois dias antes, mais de 40 mil bancários e trabalhadores de seguros manifestaram-se em diversas cidades pelo aumento dos salários, tendo sido precedidos na quarta-feira por 30 mil operários da Volkswagen. Antes disso, cen-

tenas de milhares de funcionários do sector público protestaram contra o congelamento de salários.

A prova de força dos trabalhadores alemães não será certamente a última. Segundo Dieter Schulte, os sindicatos estão «preparados para um verão quente, para uma longa batalha que pode durar até às eleições legislativas de 1998». E acrescenta: «Se o governo não abandonar os seus projectos, um conflito social de grande amplitude ameaça a nossa República.»

Rússia**Indubitável sucesso dos comunistas**

A nomeação do general Alexandre Lebed para secretário do Conselho de Segurança russo em troca do seu apoio ao presidente cessante Boris Ieltsin para a segunda volta das presidenciais, num acordo registado menos de 24 horas depois da contagem dos votos, dá bem a imagem da luta pelo poder que se trava na Rússia, na sequência da significativa votação obtida pelo candidato comunista, Guennadi Ziuganov.

Com efeito, a primeira volta das eleições «mostrou que o bloco patriótico-popular», constituído pelo PCFR e outros partidos e organizações sociais, «provou a sua coesão e vitalidade», como afirma uma declaração da Presidência do CC do Partido Comunista da Federação Russa, que vê «como indubitável sucesso os resultados alcançados» pelo seu candidato, que venceu em 42 das 89 regiões da Rússia. A declaração, feita quando apenas se conheciam os resultados provisórios, assinala que Ieltsin ganha em menos regiões (41). E adianta: «Tendo em conta a experiência da primeira etapa da campanha eleitoral, estamos dispostos a bater-nos para que o nosso candidato tenha acesso, em condições de igualdade, aos meios de informação de massas, e sobretudo à televisão.»

Baralhar e dar de novo

Para o porta-voz do Kremlin, Serguei Medvedev, o acordo registado antecede - que fez de Lebed conselheiro presidencial para os assuntos

de segurança nacional e incluiu a demissão do ministro da Defesa, Pavel Gratchev - mudou «a carta política do país». Segundo Medvedev, as afirmações do candidato comunista Guennadi Ziuganov, que se diz convencido de ser capaz de recuperar a maioria dos eleitores do general Lebed, «são sem fundamento».

Aparentemente, nem mesmo os resultados eleitorais - 35 por cento para Ieltsin, 33 por cento para Ziuganov, 15 por cento para Lebed -, bem longe do triunfalismo que levou Ieltsin a garantir a sua reeleição à primeira volta, parecem ter acalmado a manifesta tendência do Kremlin para o exagero. É que se o acordo-relâmpago Ieltsin-Lebed pode ser motivo de satisfação para o actual presidente, nem por isso deixa de ser prematuro dar como encerrado um processo que ainda não terminou e que depende da candente questão de se saber se o eleitorado de Lebed, que não tem base partidária, estará disposto a transferir os seus votos para Ieltsin, contra quem votou na primeira volta. Não será certamente por acaso que se especula sobre a data da segunda volta e são cada vez mais insistentes os rumores de que se prepara um feriado especial para o efeito, de forma a contrariar a tendência para o aumento da abstenção.

Guennadi Ziuganov, que continua disposto a encontrar-se com o general Alexander Lebed, sublinhou em declarações à imprensa ter com ele 25 milhões de eleitores.

«Isto significa que qualquer político com responsabilidades no país - a começar pelo presidente, o secretário do Conselho de Segurança e os membros do governo - deve compreendê-lo perfeitamente e deve procurar encontrar-se conosco», afirmou o candidato comunista.

Miguel Urbano no Brasil

Do Brasil chegam às páginas do "Avante!", regularmente, as colaborações do nosso camarada Miguel Urbano, jornalista e historiador, contador de histórias e analista político, comunista português e cidadão do mundo, cujas reflexões há muito se tornaram apreciadas deste e do outro lado do Atlântico.

Exemplo desse apreço - que é também o apreço pelo PCP, reforçado pelo mérito próprio do nosso camarada - são as múltiplas solicitações e atenções de que Miguel Urbano tem sido alvo no Brasil, de que agora nos chegam ecos. Convidado pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista do Brasil (PC do B) a visitar Brasília, Miguel Urbano proferiu em finais de Maio uma palestra sobre «Neoliberalismo e Comunicação Social», no Instituto Maurício Grabois, integrada num ciclo de conferências sobre temas políticos de actualidade.

Na sua estada em Brasília, o nosso camarada participou ainda num encontro com vinte

deputados (a maioria do PT, do PMDB e do PDP), sobre questões internacionais, tendo a sua intervenção dado ênfase especial à instrumentalização das Nações Unidas. O debate, muito vivo e participado, contou com a participação da nossa compatriota Conceição Tavares, deputada pelo PT e economista famosa.

Ainda em Brasília, Miguel Urbano encontrou-se com o embaixador de Cuba no Brasil. A realidade cubana (onde o aumento de mais de 30 por cento da safra do açúcar abre este ano perspectivas mais optimistas), a famigerada lei Helms-Burton que visa reforçar o bloqueio (e que os EUA estão com dificuldades em implementar), foram tema de debate, preliminares de um regresso de Miguel Urbano a Cuba, lá para inícios do próximo ano.

De registar ainda a recente transcrição, nas páginas centrais da revista «Classe Operária», do artigo do nosso camarada publicado no "Avante!" sobre o pensamento político de Fernando Henrique Cardoso.

Bósnia

Segundo o que foi decidido na Conferência de Florença, as eleições gerais na Bósnia-Herzegovina irão realizar-se o mais tardar a 14 de Setembro. Para tal, já se candidataram sete partidos políticos da República Federal da Jugoslávia (Sérvia e Montenegro) e catorze da Federação Croata-Muçulmana. Integrado na Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa, Portugal irá ser um dos países fiscalizadores do processo eleitoral. À margem da conferência, os ex-beligerantes assinaram um acordo sobre a limitação de armamentos.

Burundi

Mais de 70 pessoas foram chacinadas na semana passada, na zona das montanhas centrais do Burundi, naquele que foi o último dos muitos massacres que aquele país africano é palco. Nos últimos três anos, 150 mil pessoas foram já vítimas de limpeza étnica e de vinganças. Segundo testemunhas, este massacre foi da autoria do exército, dominado pela minoria tutsi.

Israel

Depois de garantir o apoio do partido dos imigrantes russos (Israel B'Aliya), dos ultra-ortodoxos sefardita Shas, do Partido nacional Religioso e do partido de centro-direita Terceira Via, Benjamim Netanyahu apresentou na terça-feira o novo governo israelita ao Knesset. Netanyahu conseguiu reunir, assim, 62 deputados dos 120 do parlamento israelita.

Íemen

Cinco províncias do Íemen foram declaradas «regiões sinistradas» devido às inundações e epidemias devido à persistência das chuvas. Pelo menos 120 pessoas morreram e muitas outras são dadas como desaparecidas. As autoridades lançaram já operações de socorro e pediram ajuda internacional.

EUA - Ensaios nucleares

Os Estados Unidos adiaram temporariamente dois ensaios nucleares com material radioactivo até à conclusão de estudos sobre o seu impacto no meio ambiente, segundo notícia veiculada pela agência Lusa. Para Washington, estes ensaios servem para comprovar a segurança do seu arsenal. Esta surge na sequência da discreta assinatura em Junho de um acordo de cooperação nuclear com a França.

■ Carlos Nabais

2ª Conferência Democrática de Trás-os-Montes e Alto Douro

Não bastam estradas. É preciso produzir!

Realizada no passado domingo em Mirandela, a 2ª Conferência sobre Trás-os-Montes e Alto Douro fez um balanço negativo das políticas que na última década orientaram os destinos dos dois distritos. Mais de duas centenas de participantes trouxeram factos e números que evidenciam o agravamento da situação económica e social: perda contínua de população, destruição da capacidade produtiva, agrícola e industrial, mau aproveitamento dos recursos e potencialidades naturais. Numa região em declínio fecham as escolas, vias férreas e serviços públicos, faltam empregos e saídas profissionais para os jovens, que são obrigados a abandonar aquelas paragens. As dificuldades são tantas que uma primeira análise poderá sugerir que estamos perante uma fatalidade. Contudo, a Conferência recusou esta ideia, apontando soluções concretas para o desenvolvimento que passam, nomeadamente, pela criação da Região de Trás-os-Montes e Alto Douro.



Os trabalhos da Conferência foram iniciados em sessão plenária, tendo José Brinquete, coordenador da DORBA, explicado os principais objectivos da iniciativa. No uso da palavra, seguiu-se António Lopes, membro da Comissão Política do PCP, que lembrou a oportunidade do fórum, «decorridos que são 13 anos sobre a 1ª Conferência» e a importância de «avaliar a validade das análises e propostas então apresentadas e proceder à sua actualização, face às naturais transformações que entretanto se foram processando na nossa região mas também no próprio país».

Pela regionalização

A Conferência aprovou uma proclamação favorável à criação da Região de Trás-os-Montes e Alto Douro. O texto afirma que a regionalização, para além de um imperativo constitucional, será «um factor de democratização» já que permitirá a eleição democrática dos órgãos de poder regional. Por outro lado, «favorece a democracia participativa. É conhecida a vantagem da aproximação dos serviços públicos das populações e que a legitimação do poder atra-

vés do voto popular constitui um estímulo à participação».

A proclamação considera mais adiante que «é inquestionável que a existência de uma instituição regional, legitimada pelo voto dos transmontanos e durienses pode estimular os serviços públicos, os agentes económicos, as forças sociais e políticas contribuindo para a sua dinamização e favorecendo o desenvolvimento económico, social e cultural. O próprio facto de o poder regional ter de responder pelo

Participação alargada

A 2ª Conferência registou a participação de militantes e simpatizantes do PCP, personalidades independentes, técnicos de várias áreas específicas e representantes de organizações económicas, sociais e culturais da região transmontana e duriense.

Entre muitos outros, a nossa reportagem anotou as presenças de Dr. Adérito Branco, presidente do Fórum Nordeste; António Afonso, poeta e pintor bragantino; dr. Alci-

na, conservadora do Museu de Bragança; eng. Mesquita Montes, presidente da Casa do Douro; dr. Francisco Cepede, ex-presidente da Escola Superior Agrária de Bragança; dr. Luís Carvalho Oliveira, produtor de vinho do Porto em Trevózes; arquitecto Albino Mendo; Fernando Carvalho, professor de Economia na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Bragança; Eugénio Cavalheiro, comandante da Marinha na

seus actos em eleições pode dinamizar o investimento público e privado».

A regionalização é ainda vista como «condição de uma reforma administrativa que dê coerência à administração periférica do Estado e permita efectivamente descentralizar e desburocratizar».

Por último, a criação de uma «autarquia-região» pode ser o lugar para «a convergência de forças capaz de afirmar e lutar pela defesa dos interesses e direitos dos transmontanos e durienses».

Contudo, esta não é uma tendência nova. De 1960 a 1973, os distritos de Vila Real e Bragança perderam mais de 200 mil habitantes, e só com os «retornados» de África a população pôde recuperar um pouco, estabilizando até 1985.

A aplicação das políticas neoliberais pelos governos de Cavaco Silva «iniciou um declínio, lento mas seguro, que não terá parado até aos nossos dias».

Tradicionalmente ligada à agricultura (sector que em 1986 empregava 60 por cento da população), as poucas empresas existentes na região têm pequena ou muito pequena dimensão. Segundo dados de 1988, cerca de 65 por cento das unidades empregavam menos de 10 trabalhadores. Assim, mais de 50 por cento do Valor Acrescentado Bruto é gerado pelo sector terciário, um terço do qual provém do comércio, na sua maioria retalhista, constituído por empresas com entre 10 e 49 trabalhadores, cujo futuro é agora ameaçado com o aparecimento

Ribeiro, que realçou a importância do trabalho no Parlamento Europeu em defesa dos interesses das regiões.

A mesa do plenário era constituída por Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, António Lopes e Agostinho Lopes, ambos da Comissão Política, Carlos Costa, membro da Comissão de Controlo, Henrique de Sousa, do Secretariado do Comité Central, Sérgio Ribeiro, deputado ao Parlamento Europeu, José Brinquete, coordenador da DORBA, Mário Costa, coordenador da DORVIR e membro do CC, e ainda os responsáveis pelas concelhias de Bragança, Régua, Chaves, Mirandela e Vila Real, respectivamente, Antónia Maria Torres, João Conceição Monteiro, Joaquim Nascimento Vasalo, Fernando dos Santos Pilão e Frederico Amaral Neves.

O retrato de uma região

Os participantes dividiram-se depois por três secções temáticas sobre o Desenvolvimento Económico; Educação, Ensino, Saúde e Segurança Social; e Identidade Cultural e Regionalização.

Esta fase dos trabalhos foi especialmente animada, sendo produzidas numerosas intervenções que fizeram um retrato preciso da realidade social e económica.

Na sua intervenção, Manuel Sampaio, bancário, recordou que no censo de 1991, a população não atingia 400 mil. «Em dez anos havia diminuído em mais de 50 mil, a um ritmo superior a 1 por cento ao ano».

Contudo, esta não é uma tendência nova. De 1960 a 1973, os distritos de Vila Real e Bragança perderam mais de 200 mil habitantes, e só com os «retornados» de África a população pôde recuperar um pouco, estabilizando até 1985.

A aplicação das políticas neoliberais pelos governos de Cavaco Silva «iniciou um declínio, lento mas seguro, que não terá parado até aos nossos dias».

Tradicionalmente ligada à agricultura (sector que em 1986 empregava 60 por cento da população), as poucas empresas existentes na região têm pequena ou muito pequena dimensão. Segundo dados de 1988, cerca de 65 por cento das unidades empregavam menos de 10 trabalhadores.

Assim, mais de 50 por cento do Valor Acrescentado Bruto é gerado pelo sector terciário, um terço do qual provém do comércio, na sua maioria retalhista, constituído por empresas com entre 10 e 49 trabalhadores, cujo futuro é agora ameaçado com o aparecimento

A cidade de Mirandela, anfitriã da Conferência, ilustra bem as assimetrias de uma região onde, ao mesmo tempo que surgem importantes infra-estruturas, se assiste ao aumento da desertificação rural e ao êxodo das populações

Mais de duas centenas de participantes, incluindo muitas personalidades independentes, técnicos e representantes de organizações económicas e culturais, animaram os trabalhos da Conferência

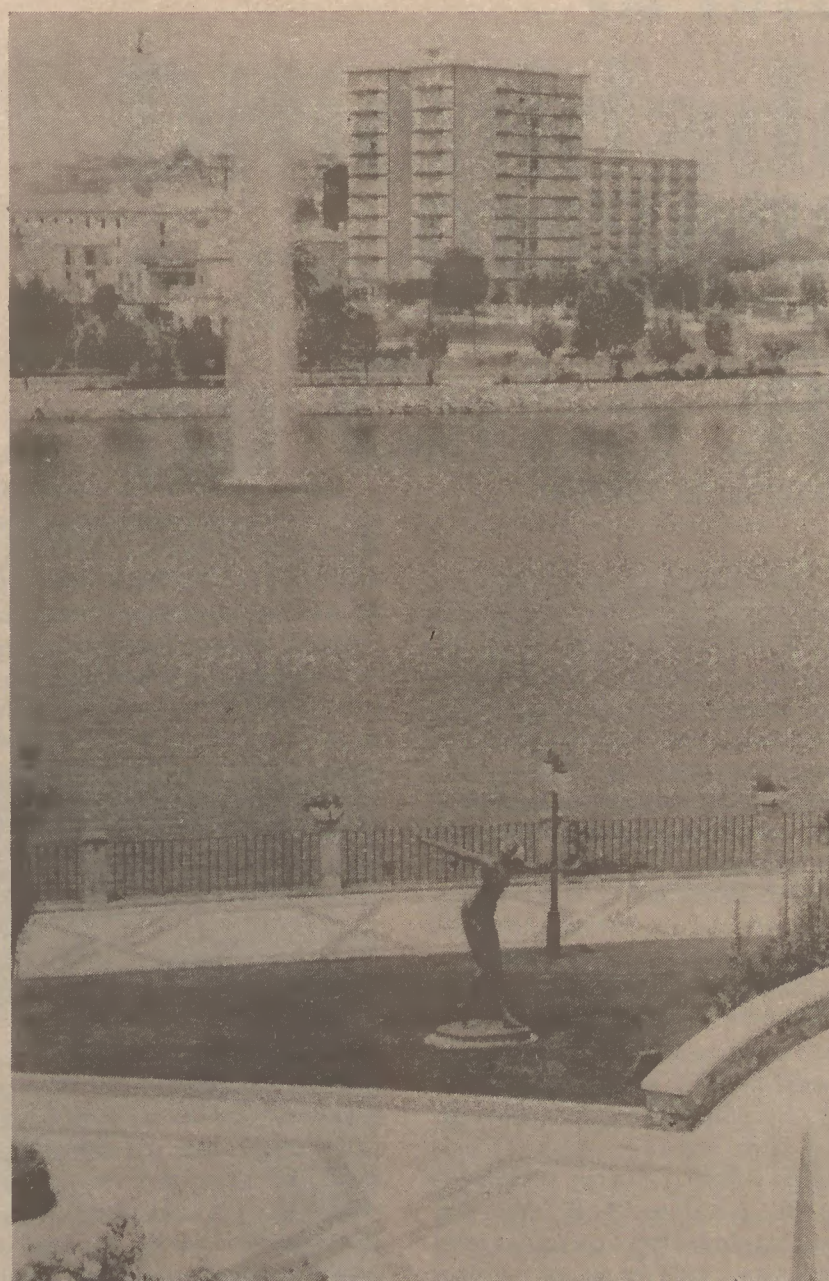
das grandes superfícies. Depois do comércio, com 18 por cento surge a Administração Pública e a educação.

A região tem ainda algumas unidades de indústria transformadora, sobretudo dedicadas à alimentação, transformação da madeira e aos produtos minerais, principalmente águas. Das indústrias extractivas, apenas a extracção do barro vermelho tem alguma expressão.

As causas do atraso

Segundo referiu Armando Carvalho, membro do Comité Central do PCP, nos últimos anos foram investidos milhões de contos «sem que tenhamos conseguido ultrapassar as nossas principais vulnerabilidades». Com base em estudos recentes, Armando Carvalho observa que «os investimentos nem sempre tiveram em conta as várias especificidades da região transmontana e duriense». Por isso, «os resultados não são famosos». De facto, entre 1989/93 a região perde quase cinco mil explorações, 17 mil cabeças de bovinos, entre os quais três mil vacas leiteiras, assim como se verifica uma redução de caprinos na ordem das 31 mil cabeças. (As potencialidades inexploradas em todo o sector da pecuária, em particular dos pequenos ruminantes, foram igualmente analisadas em pormenor por outros participantes, nomeadamente por Berta Santos, da Concelhia de Vila Real e do Sector Camponês da DORVIR.)

Observando que a região continua a ser marginalizada em termos de aplicação dos fundos comunitários, Armando Carvalho apontou o dedo à «política interna de desmantelamento e desactivação» de importantes infra-estruturas económicas. Assim foram encerrados vários matadouros concelhios, vias férreas, minas e indústrias tradicionais, desmantelou-se o complexo do Cachão. Acrescem as ofensivas contra o sector público, com a transferência de funções para outras regiões, ou a tentativa de esvaziamento dos poderes da Casa do Douro, numa linha de reforço estratégico do poder e influência de grupos económicos e multinacionais exportadores de Gaia, no sector do vinho do Porto.



As respostas para o desenvolvimento

Para Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, «a resposta global» para o desenvolvimento «encontra-se na linha da defesa e valorização da produção». Como observou, «as vias rápidas só por si não criam desenvolvimento. Elas podem potenciar a emigração e as migrações podendo até ser um factor de despovoamento», disse no encerramento da 2ª Conferência Democrática de Trás-os-Montes e Alto Douro.

No mesmo tom, Agostinho Lopes, membro da Comissão Política do PCP, criticou as soluções avançadas, no início da década de 80, por Valente de Oliveira sobre os «transportes, concentração de pólos de desenvolvimento no Litoral; o papel das multinacionais; as explorações agrícolas rentáveis. A demonstração do erro dessas teses está à vista. Falharam completamente», disse Agostinho Lopes.

Aquele dirigente comunista defendeu a «actividade produtiva da região» considerando: «Se não nos resignarmos a ver Trás-os-Montes e Alto Douro transformado num museu vivo da economia, há que garantir que a região tenha uma actividade produtiva, viva e eficaz, actividade sem a qual a desertificação humana continuará. Activida-

de sem a qual os próprios equipamentos sociais e infra-estruturas construídos serão subaproveitados, como já hoje acontece em vastas regiões do País.»

Agostinho Lopes explicou a necessidade de «uma agricultura desenvolvida, moderna e valorizada nas suas diversas valências, uma indústria articulada e consistente com os recursos naturais e as potencialidades da região, um comércio e outros serviços que, dinamizados pela actividade agrícola e industrial, sejam factores dinamizadores do valor acrescentado regional, uma actividade que crie emprego e trave o drama da desertificação regional».

Contudo, este vector prioritário «só será viável se alicerçado na regionalização; na intervenção equilibrada do Estado (...) na intervenção dinâmica, democrática, das populações, das suas organizações (...), sindicatos, associações de agricultores, de pequenos e médios empresários».

Definindo alguns contornos deste processo, Agostinho Lopes salientou que a regionalização deve atribuir «aos agentes e instituições políticas, económicas e sociais a capacidade de gerir os seus desti-

nos, o impulso para reforçar a intervenção das autarquias locais, para defender os serviços públicos regionais, para desenvolver a participação dos cidadãos na resposta aos problemas da região».

Um outro vector das propostas dos comunistas para Trás-os-Montes e Alto Douro assenta numa «intervenção do Estado, que realize uma efectiva redistribuição dos recursos nacionais, próprios e comunitários, e que potencie eficazmente os meios económicos e técnicos de um sector público dinâmico e bem gerido».

«Que não haja dúvidas. A ausência do Estado, a que nos conduzem as teorias da privatização, (...) só pode agudizar as assimetrias regionais», afirmou aquele dirigente comunista.



Areias na engrenagem socialista



■ João Amaral

Os romances dos sucessivos desencontros e choques que vêm ocorrendo nas relações entre o Governo de António Guterres e o seu ministro das Finanças, Sousa Franco, são o exemplo mais evidente de que na engrenagem do Governo socialista, ao fim de pouco mais de sete meses de exercício de funções, já não faltam as dificuldades.

O processo de desgaste do Governo está assim a ser mais rápido do que muitos observadores da vida política nacional quiseram acreditar. É evidentemente prematuro e deslocado falar em sinais de desagregação, mas são notórios os sinais de malformação e disfunção que vão minando o crédito da equipa governamental e de muitos dos seus membros, ministros e secretários de Estado. Definitivamente, o estado de graça acabou.

As razões que levaram a esta situação são várias e de diferente natureza, e influem de forma diferente neste processo de desgaste. A sua análise mostra que a tendência é para o agravamento, passando do estado de crise larvar para a situação de crise aberta. Tendo o Governo uma insuficiência congénita resultante da falta de apoio maioritário na Assembleia da República, este processo não pode deixar de ser seguido com a máxima atenção, até pela razão simples de que o líder do Partido Socialista poderá tentar a solução da questão com um golpe de chantagem sobre o eleitorado, aproveitando uma qualquer situação de bloqueio, que pode ser sempre fomentada artificialmente.

O exercício de análise é assim particularmente útil, para a gestão da intervenção política. Evidentemente que a análise é sempre discutível e muitas vezes falível. É um exercício de risco, que tem de ser encarado como uma necessidade, quer se goste quer não.

Uma primeira razão para as dificuldades sentidas pode ser encontrada na fórmula de organização do Governo. Há um grande e doentio equívoco que mancha o Governo desde o início, e que resulta do papel e relevo que António Guterres quis dar aos «Independentes». É quase certo que um ou outro desses «Independentes» tem guardado na gaveta secreta da escrevaninha um cartãozinho cor-de-rosa, com as quotas em dia... Mas foi como independentes que Guterres os usou na oposição, foi como independentes que os promoveu nos Estados Gerais e foi como independentes que se gabou de os incluir no Governo. Juntou-os a outros realmente independentes e formou o Governo na base da fórmula PS+Independentes.

Ao optar por esta fórmula, Guterres anunciou publicamente que o fazia por razões de abertura à sociedade. Mas a verdadeira razão foi outra. O pelouro da organização não tem para ele quaisquer segredos. Dando espaço e força aos independentes, Guterres quis pôr um travão nos apetites do aparelho do partido. Pôs independentes no Governo pela mesma razão que o levou a fazer, praticamente no início do exercício de funções de Primeiro-Ministro, a famosa declaração sobre os «boys» e os «jobs» e que já foi traduzida e bem por «não há tachos para a rapaziada».

O resultado tinha forçosamente que ser explosivo. O aparelho socialista não podia aceitar sem luta a situação de discriminação e o labéu de desconfiança com que o premiaram. Guterres devia sabê-lo, provavelmente pensava que conseguia controlar os choques, mas a verdade é que não controlou. O aparelho encontrou rapidamente fortes porta-vozes para exprimir o seu descontentamento (alguns desses porta-vozes viram, eles mesmos, defraudadas as expectativas pessoais que tinham na formação do Governo...). O aparelho do PS deu um sinal claro do seu entendimento: o Governo era do PS e liderado pelo PS, e os «independentes» deviam fidelidade ao PS e às suas orientações. A própria «entourage» de António Guterres teve necessidade de vir a público explicar que o Governo não era um Governo de coligação do PS com independentes...

Mas isso não só não resolveu a questão como teve o efeito de levar a declarações ainda mais «independentes». Basta ter estado atento às reacções ao acordo com os clubes de futebol sobre as dívidas ao fisco e à Segurança Social. Não houve «independente» que não aproveitasse a situação para se demarcar. Assistiu-se então à situação impensável e caricata de ver o aparelho socialista em força, em reuniões dos dirigentes das Federações com o ministro Jorge Coelho, a ser ele a sustentar por unanimidade uma posição do Governo, que dividia até ao tutano aqueles que tinham obrigação de lhe prestar solidariedade — isto é, os ministros e os secretários de Estado.

Governança pendular

Uma segunda razão que levou a este desgaste relativamente rápido tem a ver com a fórmula de constituição do Governo e com a prática política de sobrevivência a que ela conduziu. A fórmula foi, como é sabido, a do Governo constituído sem coligação partidária ou

qualquer outra forma de apoio partidário, na base do exclusivo apoio partidário do Grupo Parlamentar socialista. A fórmula de Governo minoritário é obviamente de assento constitucional claro. Mas tem custos também claros. Já foi tentado duas vezes. Na primeira, no Governo de Mário Soares, de 1976. O I Governo Constitucional acabou prisioneiro do PSD e do CDS. Foi na prática um governo de coligação PS-Direita. Aprovou as leis da contra-revolução legislativa, após o que a mesma Direita que o sustentou o deixou cair. Historicamente, é o governo em que PS, assumidamente, mete o socialismo na gaveta. A segunda experiência de governo minoritário foi a do governo Cavaco Silva, do seu primeiro governo. Aproveitando uma conjuntura externa particularmente favorável, Cavaco lançou o governo desde o início numa autêntica campanha eleitoral. Viria a cair, vitimado pela moção de censura do PRD, aprovada por PS e PCP. Mário Soares, Presidente da República, não quis fazer o que era mais razoável, isto é, formar um governo a partir dos partidos que tinham aprovado a moção de censura. Convocou as eleições e o resultado foi o que se sabe: mais uma vez foi a direita que ficou a ganhar com a experiência dos governos minoritários.

A repetição, depois das legislativas de 1995, da experiência de um governo minoritário tem de ser feita na base e com conhecimento das experiências anteriores. Guterres não quis uma aliança formal à direita porque isso defraudaria de forma directa e chocante a vontade de mudança que o eleitorado tinha manifestado em 1 de Outubro. E não quis a aliança à direita, porque isso o comprometeria a práticas e opções políticas que ele não tem. O socialismo já foi da gaveta para o arquivo morto. Guterres não é líder do Partido Socialista, é líder de uma coisa amorfa, sem punhos fechados, com tons de rosa desmaiado e que dá pelo nome de Pésse.

Guterres sonhou que poderia ter êxito na governança com apoio minoritário através de um sistema de governo pendular. Fazendo maioria absoluta com qualquer dos outros partidos, aprovaria umas medidas com um, outras com outro e outras com o terceiro. PCP, PP e PSD seriam à vez muleta do PS.

O problema é que tal sistema conduziu simultaneamente a três situações indesejáveis. Por um lado, trouxe incoerência à linha de actuação do Governo, forçado a aprovar medidas na forma e no ritmo dos amantes de ocasião. A incoerência tem sempre más consequências. Incomoda quem tem princípios e agasta quem os não tem e não foi «premiado» como tentou. A segunda situação a que conduz a governança pendular é mais grave. É que, a prazo, o Governo acaba por ter de escolher, para apoio das medidas estruturais, um dos partidos. Foi o que sucedeu. O Governo aprovou o Orçamento com o PP, e é o PP que lhe tem dado a mão em momentos essenciais. O PP de Manuel Monteiro e Paulo Portas, a extrema-direita parlamentar, é o apoio privilegiado pelo Governo. Hoje, está em vigor uma espécie de coligação tácita PS-PP. É uma coligação contranatura, onde se repete a situação da aliança à direita do I Governo Constitucional. À medida que o tempo corre, o PS vai ficando prisioneiro do PP. O sonho da governança pendular ameaça acabar num pesadelo, com o PS prisioneiro da chantagem de um partido cada vez mais anti-regime.

A terceira situação a que conduz a governança pendular é que ela não garante, afinal, a aprovação de medidas. A preferência comunitária que o Governo quis introduzir na Lei das Privatizações (e na Lei da Televisão) foi um bom teste. O Governo acabou de mãos a abanar com as medidas rejeitadas pela votação em bloco dos partidos das diferentes oposições. A solidão e fragilidade do Governo ficam à vista e há sempre nessas alturas quem comece a deitar contas à vida. Há «amigos» que só aguentam estar na mó de cima...

Ao contrário do sucesso que Guterres acreditava ser a governança pendular, ela tem os efeitos do caruncho, que mina a solidez do mobiliário. Ela rói a coerência dos que a têm, torna o Governo prisioneiro da chantagem do partido «favorito» (no caso do PP), põe o PS às arrecuas e acaba por não ser a garantia de solidez que Guterres imaginou.

A chantagem do «favorito» conduz o Governo a uma escala de cedências, que Guterres não consegue controlar. O caso da regionalização é exemplar. Só o PCP está claramente empenhado no avanço da regionalização. Mas é com o PP que o PS acaba por se entender, respondendo às exigências apresentadas pela direcção do PSD não com a firmeza de quem quer avançar, mas com o medo de quem se sente prisioneiro de uma dupla chantagem: a do PSD, sobre a revisão constitucional; e a do PP, sobre os apoios que o mês de Outubro e a apresentação do Orçamento exigem.

Podem imaginar-se situação mais corrosiva para um Governo recém-formado, que ainda por cima vive já em estado de tensão entre as suas alas, a «socialista» e a «independente»?

Grãos de areia

Referi duas questões centrais, que contribuíram significativamente para o desgaste em que o Governo está a entrar. Referi as questões decorrentes da fórmula de constituição do Governo, quer em primeiro lugar pela opção PS+Independentes, quer em segundo lugar pela opção de apoio na bancada do PS com exclusão de coligação ou acordos firmes. A terceira razão que conduz a este desgaste rápido são as próprias opções da política do Governo. Evidentemente que estas opções têm um efeito demolidor determinante.

Até há pouco tempo, o que mais cavava a base social em que o Governo se apoiou para se formar era a opção contra os interesses e direitos históricos do movimento dos trabalhadores. A primeira grande incompatibilidade social provocada pelo Governo foi a rejeição do projecto do PCP das 40 horas, e, logo em seguida, a aprovação da Lei da Flexibilidade e da Polivalência. Mais do que as opções contidas no Orçamento de Estado (e que aos cidadãos chegam diluídas no tempo e na origem), foi o debate público desta lei que agravou um processo de afastamento do Governo da base social mais à esquerda. Pode dizer-se entretanto que isso foi o risco assumido pelo Governo para agradar a outros sectores e para prosseguir objectivos que considera essenciais.

A tentação é a de servir estas medidas com outras de natureza demagógica. Mas, a demagogia mal medida é um perigo. Foi o que se passou com o «perdão fiscal» aos clubes de futebol. Com esse negócio, o Governo PS pôs a sua credibilidade em questão junto do eleitorado que mais teme, o eleitorado do centro, da chamada «classe média». O PS jogou toda a sua campanha eleitoral na conquista da confiança dessa massa de eleitores, que flutua ao centro do espectro político entre a direita e a esquerda. Esse eleitorado é particularmente sensível à matéria fiscal, e tem boas razões. São os quadros e os técnicos, da Administração Pública e das empresas, com salários relativamente altos e sem possibilidade de fugirem a taxas relativamente elevadas de IRS. Com o «perdão fiscal», esses eleitores agastaram-se. Foi o começo de uma ruptura.

Essa ruptura teve uma larga expressão no próprio Governo e foi um dos factores mais assinaláveis deste processo de desgaste.

Quando ministros como Sousa Franco e Maria de Belém mostram publicamente o seu desgosto com uma das medidas do Governo de maior impacto público, certamente que o Governo não espera, nem pode esperar, que o país não repare. Não espera, nem pode esperar, que o Governo saia incólume deste processo.

Quando figuras de «socialistas de marca» como são Manuel Alegre e António Reis criticam frontalmente a política de Segurança Social do Governo afirmando que ela viola os princípios sociais da esquerda, o Governo não pode esperar que seja o País a vir defendê-lo e a vir defender o ministro da Solidariedade contra quem o critica numa perspectiva social.

Quando Sousa Franco quer aprovar uma lei de mais responsabilização dos políticos pelas infracções financeiras e orçamentais e os membros do Governo entram em revolta, o Governo não pode esperar que o País acredite que a luta contra os «boys» seja para levar por diante.

As últimas cenas da governança PS foram muito pouco edificantes e nada abonatórias da linha de rumo que Guterres quer prosseguir. O Governo está a entrar numa fase em que nada sai bem e como foi pensado. Começa a pesar a areia na engrenagem.

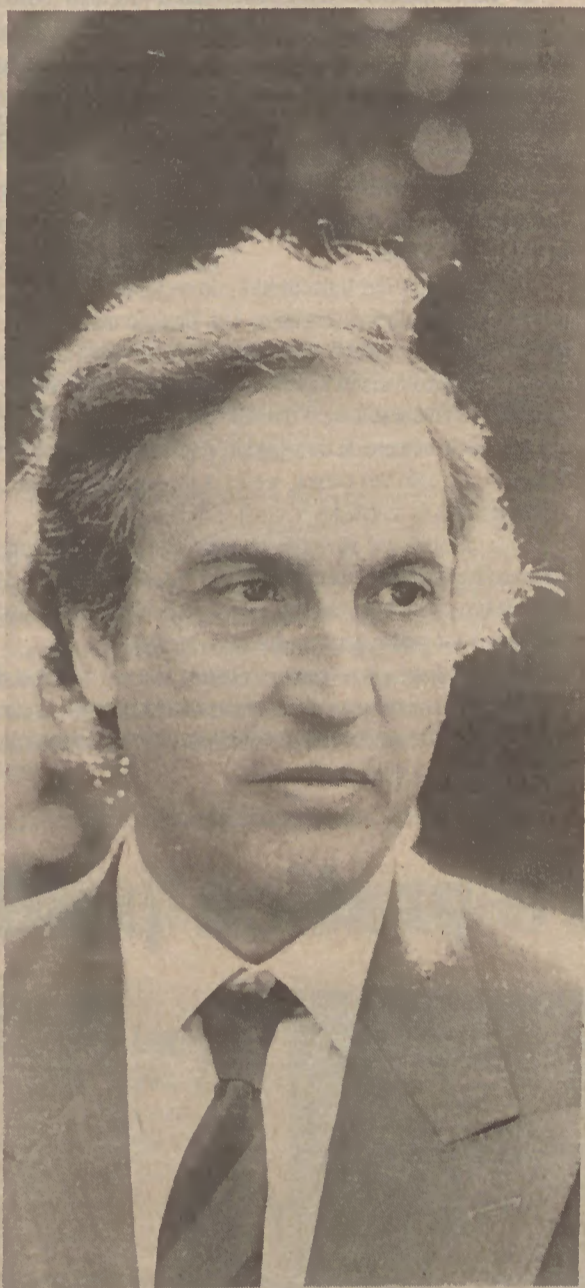
Os problemas vão agravar-se com a chegada do Outono. Vai ser o tempo de começarem a cair as folhas...

EM FOCO

Dificuldades e respostas na Cuba socialista

Depoimento de Carlos Carvalhas

O secretário-geral do PCP deslocou-se a Cuba no início deste mês, numa visita efectuada a convite do Comité Central do PCC e cujo programa divulgámos na semana passada. Carlos Carvalhas prestou, a propósito desta viagem, um breve depoimento.



Avante – Como encontraste Cuba?

Carlos Carvalhas – Estive em Cuba há mais de dez anos num Congresso Mundial de Economistas. Estive só em Havana e poucos dias. Depois do afundamento dos países socialistas, de onde Cuba importava 98 por cento do combustível, 80 por cento da maquinaria e mais de 60 por cento dos produtos alimentares, e com a continuação do bloqueio, imaginava, francamente, uma situação bastante pior do que a que fui encontrar.

Há dificuldades, a falta de transportes é grande, mas vê-se também que há respostas, e respostas engenhosas, que vão minorando os problemas e superando os mais difíceis.

Nestes últimos anos, verificou-se alguma recuperação económica?

Cuba não saiu ainda do período que definiu como situação especial. Os anos de 1993 e 94 foram considerados os mais agudos. Em 1995, houve uma recuperação e para este ano está previsto um crescimento estimado em 5 por cento.

É uma recuperação apreciável, sobretudo nas condições de bloqueio, mesmo tendo em conta que se parte de uma base baixa. E política e ideologicamente é também de grande valor, pois é uma resposta àqueles que afirmavam que a economia cubana nunca mais seria capaz de recuperar. Os camaradas manifestam grande determinação e confiança em vencer as dificuldades e vimos também, em Matanzas, um grande envolvimento e enraizamento dos dirigentes com as populações.

Foi por isso que os EUA reforçaram o bloqueio?

Sem dúvida. É caso para perguntar por que bloqueiam Cuba. Por ser uma pequena ilha? Por ser o país com mais baixo índice de mortalidade infantil no Terceiro Mundo? Porque, apesar de todas as dificuldades, o governo cubano não fechou nenhuma escola nem nenhum hospital? Porque antes da revolução havia em Cuba empresas dos EUA com mais de um milhão de hectares e a Reforma Agrária é um «mau» exemplo para outros povos da América Latina?

Como vê a Lei Holmes-Burton?

É uma lei que viola princípios elementares do Direito Internacional. É uma lei imperial com que os EUA pretendem ameaçar e retaliar todo o mundo que tenha relações com Cuba. Mesmo os meios de negócios mais realistas consideram-na um retrocesso e contrária à lógica dos interesses dos EUA.

Quando estive em Cuba, a Organização dos Estados Americanos condenou em bloco o diploma, deixando isolados os EUA, e tal assunto nem sequer fazia parte da agenda.

A Comissão Europeia também já a condenou e, ainda agora, na visita a Portugal, o presidente Santer reiterou essa condenação e ameaçou os EUA com retaliações.

Do programa desta visita, que pontos destacas?

Estivemos em Havana e em Matanzas. Para além das conversações com altos responsáveis do Partido e do Estado e do encontro com

Fidel Castro, a delegação teve a oportunidade de visitar várias actividades económicas, científicas e o Centro Turístico de Varadero.

Apesar das dificuldades, Cuba continua a ser procurada por doentes estrangeiros?

Visitámos um pólo científico-médico-farmacêutico. Aí vimos e tivemos a informação de que, só no ano passado, através de uma companhia de seguros, Cuba recebeu mais de 7600 pacientes estrangeiros. A empresa cubana Servimed está associada às instalações hospitalares do país destinadas ao «turismo-saúde», com uma ampla rede integrada por 42 centros e com instalações hoteleiras próprias. A Servimed tem contratos com mais de 200 agentes de viagens e o paciente estrangeiro sabe que pode pagar um preço módico pela assistência médica.

Sabes de onde vêm os doentes?

Creio que a maior parte vem da América Latina, mas também do Canadá, Espanha e Itália e os tratamentos mais solicitados são a retinose pigmentária, o vitiligo, creio que é este o nome, a psoríase, Parkinson...

E Cuba, apesar de não ter os problemas de consumo de drogas como outros países, tem numa província uma comunidade terapêutica com psiquiatras, psicólogos e fisioterapeutas, onde, como nos foi dito, muitos estrangeiros têm recuperado com sucesso.

Mas há falta de medicamentos?

Sim, sobretudo dos que não são produzidos em Cuba. Mas foi-nos dito que, apesar de tudo, tem sido possível responder, na generalidade, às necessidades.

Deste conta de outros problemas, como a prostituição, referidos frequentemente na comunicação social?

Os camaradas cubanos disseram-nos que, com o incremento do turismo e com o agravamento das dificuldades, veio a prostituição, o «jinetarismo» e o aumento das manifestações de suborno e corrupção. É uma questão discutida abertamente e com vivacidade, bem como as respostas e soluções.

Os investimentos no turismo continuam?

Visitámos alguns empreendimentos turísticos no Varadero, de nível internacional, com praias magníficas. A informação que temos é que estes prosseguem e com qualidade.

Também nos disseram que não queriam repetir os erros que se verificaram noutros países.

Como foi o encontro com o camarada Fidel Castro?

Foi um encontro muito informal e fraterno, em que houve uma longa troca de opiniões, de informações sobre a situação nos dois países e de pontos de vista sobre a situação mundial.

HOMENAGEM

a

BENTO DE JESUS CARAÇA

25 de Junho

21,30 h

Organização:
Universidade Popular de Setúbal
– Associação Cultural –

Sociedade Capricho Setubalense



Para uma política de

Seminário Nacional do PCP

Três grandes regiões (Algarve, Madeira e a chamada Costa de Lisboa) concentram cerca de 80% da oferta de alojamento disponível, o que dá bem nota das profundas assimetrias regionais existentes.

Este um facto sublinhado por Carlos Luís Figueira, da Comissão Política do CC do PCP e responsável pela Área de Turismo, na intervenção de abertura do Seminário Nacional do PCP *Para uma política de Turismo*, que decorreu o domingo passado, no Teatro Taborda, em Lisboa. Um facto que de alguma forma nos dá uma medida da amplitude dos problemas em causa.

O Seminário, que reuniu algumas dezenas de pessoas ligadas aos problemas do turismo, teve como moderador dos trabalhos Carlos Boto, Vogal da Comissão Executiva da Região de Turismo do Algarve e membro do Plenário da Direcção da Organização Regional do Algarve do PCP. Os trabalhos foram encerrados com a intervenção política de Octávio Teixeira, da Comissão Política do CC do PCP.

Na sua intervenção inicial, Carlos Luís Figueira referiu a existência de todo um conjunto de problemas, do "crescimento sem regras" à sazonalidade, tendo "como pano de fundo a ausência de políticas globais integradas para o sector".

Um quadro em que se apresentam diversos desafios.

Antes do mais, a ideia de que, apesar das suas potencialidades, "o turismo, só por si, não pode constituir um factor único de desenvolvimento pelas fragilidades e dependências que integra". E ainda - a necessidade de considerar "como crescer"; o problema da sazonalidade; uma política promocional eficaz, "em cuja articulação deve pesar a afirmação de Portugal como um todo em sintonia com as diversas realidades regionais e os diferentes produtos turísticos que cada uma delas integra"; a necessária revisão dos instrumentos financeiros e reformulação dos mecanismos de financiamento das Regiões de Turismo; a "valorização, classificação, formação profissional, no respeito pelos direitos dos trabalhadores".



Estas e outras múltiplas questões foram abordadas no decorrer do Seminário, na perspectiva diversa dos diferentes intervenientes.

A inadequação da legislação actual relativa às Agências de Viagens; a perspectiva dos cerca de um milhão de deficientes existentes no nosso país, a maioria vivendo fechada na sua casa, mercê também das barreiras arquitectónicas, e para quem uma oferta turística acessível, na época baixa, poderia constituir um apoio adequado; os problemas acrescidos levantados ao turismo com a antecipação do ano início do ano escolar para os

Portugal, num quadro de 20 países em cuja economia o turismo representa um papel de relevo, ocupa o 18º lugar, enquanto a Espanha, neste contexto, é o 3º.

primeiros dias de Setembro; o exemplo positivo de uma aposta no binómio turismo-desporto, com a criação do complexo desportivo de Vila Real de Santo António - são exemplos dispersos das questões que foram abordadas no Seminário.

A fraca dimensão do mercado interno, reflexo do baixo nível de vida da maioria da população portuguesa, foi particularmente sublinhada. Uma realidade que ressalta de alguns números. Temos a mais baixa taxa de turismo interno de toda a Europa comunitária - 30%, no nosso país, contra 60% na Europa. Cerca de 70% dos portugueses passam férias, ou na sua residência ou por perto. Uma situação que tenderá a agravar-se com o aumento do desemprego e a degradação das condições de vida e de trabalho.

A perspectiva dos trabalhadores do sector esteve igualmente presente nos trabalhos do encontro. Um situação muito difícil, em que são inúmeros os casos de empresas desactivadas, sem que os direitos dos trabalhadores sejam de alguma forma tidos em conta, enquanto simultaneamente o trabalho precário é regra, se regista diminuição do número de trabalhadores qualificados e a parte fixa dos salários é cada vez menor, sendo as médias salariais cerca de 22% inferiores às registadas noutros sectores.

Uma situação que se impõe inverter. Em defesa dos direitos dos trabalhadores. E também porque não poderá haver boas unidades hoteleiras nem bom turismo, sem a participação dos trabalhadores e a consequente garantia dos seus direitos.

Esta uma das facetas (comum a outros sectores e actividades) do entrecruzar, no turismo, de múltiplas outros factores - do ambiente ao sistema de saúde, da acessibilidade à interacção entre acção a nível central e a nível local.

Ausência de estratégias e prática política

A verdade é que não são os rótulos que distinguem as políticas de esquerda e de direita dos Partidos ou dos Governos, mas sim as suas práticas políticas. Uma afirmação de Octávio Teixeira que, de par da denúncia da completa ausência de uma nova política estratégica para a actividade turística, sintetiza o essencial da sua intervenção no encerramento dos trabalhos do Seminário.

"A realização e as conclusões deste Seminário Nacional do PCP «Para uma nova política de Turismo», vêm, mais uma vez, dar corpo à nossa prática política de complementar a nossa crítica com a nossa própria proposta de políticas alternativas que contribuam decisivamente para promover o aproveitamento integrado e eficiente dos recursos endógenos, para viabilizar e sustentar o crescimento económico do País ambiental e regionalmente equilibrado, e, como objectivo último e fundamental que sempre prosseguimos, para garantir uma permanente melhoria dos níveis e condições de vida dos portugueses numa perspectiva de progresso e justiça sociais" - começou por sublinhar Octávio Teixeira, para de seguida passar a uma crítica da política que tem vindo a ser prosseguida pelo actual governo PS:

"O nó górdio da vida política portuguesa reside no facto de o Governo do PS não ter, nem querer, no essencial, políticas alternativas às políticas de direita do PSD. Assim frustrando, diária e crescentemente, as expectativas de mudança criadas em Outubro de 95, as expectativas de início de um efectivo novo ciclo da vida política, económica e social no nosso país".

Uma ausência de políticas alternativas com expressão em praticamente todos os sectores da vida política nacional.

"As grandes e primeiras prioridades da política económica do governo do eng. Guterres são exactamente as mesmas que eram afirmadas e prosseguidas pelo Governo de Cavaco Silva: tudo fazer e tudo sacrificar ao objectivo da moeda única europeia. Por isso, os resultados teriam de ser, como não podia deixar de ser, idênticos aos que conduziram à derrota eleitoral do PSD em Outubro passa-

do: o crescimento económico continua à espera da "célebre" retoma, o INE vai divulgando que a actividade da indústria transformadora continua em quebra, que a conjuntura está mal e que as perspectivas não são melhores, a situação económico-financeira de milhares de empresas continua a degradar-se e o desemprego prossegue o seu agravamento a ritmo acelerado. Desemprego social e politicamente insustentável e que, simultânea e comprovadamente, actua como um forte factor impeditivo do desenvolvimento económico que o pode eliminar.

"Identicamente no que concerne à estratégia face à União Europeia, as posições do Governo do PS se mostram similares às do PSD: a estratégia do projecto da moeda única, do triunfo do neoliberalismo e do poder do capital transnacional e das grandes potências, que subalterniza a dimensão social da integração, que encara o objectivo da coesão económica e social como mera figura de retórica e que se insere numa via federalizante da União Europeia. A proclamada diferença de atitude para com a comissão de Bruxelas, a dos "murros na mesa", não passa de uma fraude publicitária do Governo. Como o demonstram por exemplo, os péssimos resultados para o nosso país decorrentes dos acordos comerciais com a Índia e o Paquistão, com a África do Sul ou com Marrocos, e os sucessivos golpes já desferidos e actualmente em curso contra as pescas e a agricultura portuguesas.

"E não é certamente no âmbito das políticas sociais que as medidas já tomadas pelo Governo do PS se apresentam como uma alternativa de esquerda às retrógradas políticas de direita do PSD. Bem pelo contrário.



"Não se integra numa política de esquerda, mas clara e insofismavelmente numa política de direita neoliberal, a aprovação de uma lei que impõe a flexibilidade dos horários de trabalho e a polyvalência dos trabalhadores segundo o livre arbítrio das entidades patronais, e que consubstancia um dos mais graves retrocessos do estatuto legal do trabalho perpetrado depois de Abril de 1974. E neste aspecto, é necessário sublinhá-lo, o Governo do PS não apenas prosseguiu a política do PSD como foi mais longe que Cavaco Silva na satisfação das pretensões do grande patronato.

"Tal como agora se apresentou mais "papista" que os governos do PSD ao pretender, a todo o custo e com toda a urgência, abrir de par em par as portas à participação sem entraves das multinacionais da União Europeia no nefasto processo de privatizações.

"Aliás, a urgência e empenhamento do PS e do seu Governo nesta alteração da lei-quadro das privatizações suscita, com toda a legitimidade, a interrogação sobre eventuais e não conhecidos compromissos ilegítimamente assumidos com quaisquer multinacionais europeias...

Turismo

10 propostas para uma política alternativa



"A actividade turística confirma-se como um importante sector da economia nacional, representando hoje 6% do PIB com receitas globais próximas de 1.000 milhões de contos e um volume de emprego de cerca de 300.000 pessoas, cerca de 6% da população activa." Partindo desta realidade e de uma análise crítica do que não foi feito pelos sucessivos governos, num sector caracterizado por "enormes fragilidades e contradições", o PCP apresenta, na sequência dos trabalhos do Seminário, um conjunto de políticas alternativas.

1. Necessidade da actividade turística dispor de instrumentos próprios de planeamento que de forma articulada permitam inventariar e classificar os recursos turísticos existentes e definir, de forma racional, a sua exploração.

2. Tais instrumentos de planeamento devem ter como objectivo a definição de uma adequada ocupação do espaço físico, no respeito pela preservação e defesa do ambiente, do património histórico e das culturas locais, assegurando uma melhor coordenação entre a política de desenvolvimento turístico e o ordenamento do território. Deve ainda conduzir à definição do tipo de oferta de alojamento a edificar, a promover a integração da oferta de alojamento paralela num quadro de legalidade e a combater os desequilíbrios regionais que esta actividade comporta.

3. Portugal, como destino turístico, tem de se afirmar pela qualidade da sua oferta e pela valorização crescente dos seus diversos produtos turísticos.

Assim, tem de se desenvolver uma política de turismo que conduza à rápida recuperação e infra-estruturação das zonas balneares e frentes de mar, a uma adequada expansão da oferta de alojamento para áreas e zonas menos saturadas constituindo tal medida um suporte para combater a desertificação económica e humana no interior do País. Além disso, são de apoiar acções visando a recuperação do património histórico e arquitectónico, a edificação e recuperação de infra-estruturas desportivas, congressuais, termais, que permitam diversificar a oferta e combater a sazonalidade.

No mesmo sentido se defende que se abra um processo de avaliação pública à aplicação dos vários PROT's (Planos Regionais de Ordenamento do Território).

4. As importantes verbas gastas na promoção interna e sobretudo externa dos nossos recursos e produtos turísticos têm de ser assumidas como um importante investimento e nesse sentido os seus resultados devem ser regular e objectivamente avaliados.

No que respeita à promoção dos nossos recursos e produtos turísticos, defendemos que a mesma deve assentar numa estrutura central desburocratizada, leve, cujas funções devem sobretudo garantir uma forte imagem do País e a sua articulação com as diversas iniciativas de promoção de base regional.

As acções promocionais têm cada vez mais de estar ligadas à realidade multifacetada do país turístico que temos, promovendo a qualidade e diversidade dos nossos produtos, em estreita ligação com as diversas realidades regionais que o País comporta. Nesse sentido, defendemos a extinção das actuais áreas promocionais porque desadequadas e desinseridas da realidade turística de hoje já que as mes-

mas não correspondem, nem à área actual das Regiões de Turismo, nem à divisão administrativa do País, nem tão-pouco, à natureza dos produtos a promover.

5. A conquista de novos mercados, de forma a diminuirmos progressivamente a extrema dependência em que nos encontramos face sobretudo a três mercados externos, tem de constituir uma acção prioritária, acompanhada de medidas que favoreçam uma aproximação maior das acções promocionais ao mercado directo dos consumidores de forma a combater a extrema dependência em que nos encontramos face aos grandes operadores internacionais.

Ao mercado interno deve ser dada uma maior atenção através de acções promocionais e programas específicos envolvendo neste esforço todos os agentes que operam no sector designadamente: agências de viagens, transportadoras, alojamento, restauração, animação, Regiões de Turismo.

Para este efeito, o âmbito do mercado interno deve ser alargado a importantes faixas da vizinha Espanha.

É, no entanto, de sublinhar que a degradação do nível de vida dos portugueses constitui uma forte limitação à sua expansão, realidade que só políticas económicas e sociais diferentes das actuais podem alterar.

6. No plano institucional, defendemos que ao Turismo deverá corresponder um papel mais importante na arquitectura do Governo, e que as actuais Regiões de Turismo devem ser profundamente reformuladas na sua dimensão e poderes, fazendo coincidir as suas áreas com as futuras Regiões Administrativas. As Regiões de Turismo devem ser dotadas de poderes, meios financeiros e humanos, que lhes permitam exercer competências em matéria de planeamento turístico, licenciamentos, fiscalização, e acções de promoção e animação, num quadro visando a integração nas futuras Regiões Administrativas.

O seu financiamento deve ser objecto de uma profunda reformulação de forma a que lhes sejam garantidos, por Lei, recursos próprios de forma a poderem assegurar o cumprimento dos poderes que lhes forem concedidos.

Defendemos ainda a reposição urgente do funcionamento do Conselho Nacional de Turismo assegurando nele a devida representação das Regiões de Turismo e das organizações dos trabalhadores do sector.

7. No plano dos instrumentos financeiros e das acções de apoio ao sector, defende-se, em primeiro lugar, que se proceda a uma avaliação dos efeitos obtidos através da aplicação dos diversos sistemas de financiamento a esta actividade.

Reclama-se um maior apoio financeiro central para viabilizar acções de requalificação dos estabelecimentos, de recuperação patrimonial e ambiental, sistemas de incentivos menos burocratizados que permitam concretizar as medidas estruturais que o sector carece: diversificação da oferta, expansão para áreas menos saturadas e com aptidão turística, valorização dos diversos produtos, combate à sazonalidade e aumento do peso do mercado interno. Alargamento dos incentivos financeiros ao sector da restauração.

Uma política cambial e fiscal mais adequada às realidades do País, designadamente com a actualização da taxa do IVA Turístico para os níveis cobrados pelos nossos principais concorrentes.

8. No plano legislativo, reclama-se a urgente revisão da chamada Lei Hoteleira, a revisão e actualização da Lei das Agências de Viagens, bem como a simplificação dos actuais instrumentos de licenciamento e regulamentação do sector da restauração.

9. No plano do emprego e da formação profissional, reclama-se uma política de formação mais adequada às realidades e necessidades do sector, uma política de emprego assente no pagamento de salários justos e de valorização da formação profissional dos trabalhadores do sector, tornando obrigatória a existência de um quadro mínimo, permanente, de trabalhadores qualificados.

10. Por último, reclamando maiores apoios através de acções e programas comunitários com repercussões no turismo, sublinhamos a nossa recusa a tudo o que constituam acções políticas visando a criação de uma Política Comum para o Turismo, tendo em atenção os efeitos perniciosos de outras políticas comuns da União Europeia.

de direita Octávio Teixeira

"Do mesmo modo não é certamente de esquerda, antes assumidamente a defesa da política de direita do PSD, a trapaça do PS em torno do Projecto de Lei do PCP que repunha a idade da reforma das mulheres aos 62 anos, revogando a legislação de Cavaco Silva que a elevou para os 65 anos. Trapaça que se consubstanciou na viabilização na generalidade, pelo PS, do projecto de lei do PCP para depois, na votação final, esse mesmo PS dar o dito por não dito e votar contra esse projecto de lei. Assim mantendo a lei do PSD contra a qual o próprio PS na altura se havia manifestado.

"Como inequivocamente não é de esquerda, antes se escora na prática política de direita que o PSD durante anos desenvolveu, a autêntica "conspiração" que o Governo do PS orquestradamente vem fazendo contra o actual sistema de Segurança Social. Conspiração que se integra num ataque mais geral aos direitos sociais dos cidadãos, incluindo os direitos laborais e os direitos à educação e à saúde, assente numa indistigável filosofia política de direita, retrógrada e inaceitável, de completa desregulação social".



Doutrina Social da Igreja (conclusão)

■ Jorge André

Economia Social e Economia Social de Mercado

A justificação canónica que é dada a este megaprojecto de transformação da sociedade tem a seguinte formulação: «É necessário preconizar uma regulamentação racional do mercado e das iniciativas económicas, segundo uma justa hierarquia de valores e tendo em vista o bem comum» (*Catecismo Universal da Igreja Católica*, nº 2425, 1992).

Complementarmente, a noção de «hierarquia de valores» é explicada, no mesmo documento eclesiástico, como a subordinação das «dimensões físicas e instintivas às dimensões interiores e espirituais», com recurso ao exercício da autoridade «que visa tornar manifesta uma justa hierarquia de valores, a fim de facilitar o exercício da liberdade e da responsabilidade de todos», devendo o respeito pelo bem comum ser motivo suficiente, para o cidadão católico, «para calar o que não deve ser conhecido ou para usar uma linguagem discreta» (*Catecismo Universal*, n.ºs 1886, 2236 e 2489).

A leitura que o Vaticano presentemente faz da DSI contribui, no interior da vida da igreja, como promotora da concentração dos poderes eclesiásticos e como poderoso travão às tendências conciliares de abertura ao mundo e ao diálogo. As consequências mais evidentes que revela em relação à presença religiosa nas sociedades civis contemporâneas, são as do reforço de uma intervenção activa em defesa do sistema capitalista, baseado na exploração e no lucro, chamando a si funções de importância crescente no funcionamento dos mercados.

A nova fórmula de vasos comunicantes que os tecnocratas do Vaticano propõem aos economistas e aos políticos – áreas do Estado, da Economia Social Não Lucrativa e da Economia de Mercado – poderá, em princípio, proporcionar um novo fôlego a um capitalismo neoliberal mergulhado em crise profunda, oferecendo-se como única forma possível para o amortecimento das agudas lutas de classe que se avizinham.

É preciso estar-se atento

São riscos que os trabalhadores não podem desvalorizar ignorando-se, como se na verdade não existissem. Os tecnocratas do Vaticano não brincam nem ameaçam em vão. Disfrutam, agora, do domínio de posições estratégicas fortemente consolidadas, particularmente nos estados ibéricos onde dominam um império económico verdadeiramente impressionante. Um poder do dinheiro que começa a converter-se, abertamente, em poder político e social. Pensamos que falar-se nestes termos não dramatiza a realidade a qual já é, em si mesma, suficientemente ameaçadora. Importa, pois, que estejamos atentos ao que se passa...

No entanto, no plano laboral, é indiscutível que os trabalhadores continuam a dispor de um imenso poder. A força da razão que lhes assiste é de tal forma intensa que nem sequer aqueles que, de forma passiva, erradamente se limitam a assistir à ascensão do grande capital a podem recusar. As lutas dos trabalhadores representam não apenas a defesa dos seus interesses directos mas, igualmente, os que estão na base da democracia, do desenvolvimento nacional e na estabilidade das liberdades.

Como poderá, então, um trabalhador socialista aceitar que a sua própria força partidária se alinhe com o grande

patronato para aprovar leis como as da flexibilização ou da polivalência? Ou que consinta na introdução, nas relações laborais, da imagem aviltante das chamadas «concertações estratégicas»? Como poderá, esse trabalhador, pôr de lado, como se nada fosse, os passados de luta legados por tantos socialistas, como Nobre França, Eduardo Maio, Azedo Gneco, José Fontana ou Jaime Batalha Reis?

Do mesmo modo se poderia perguntar, aos trabalhadores católicos que activamente se procuram integrar numa pastoral operária, de que maneira irão eles resolver o grave dilema que a sua hierarquia lhes coloca. Colocando o conteúdo cristão da pastoral e os seus sentimentos de solidariedade humana para com os mais pobres abaixo das preocupações de obediência aos designios nada transparentes de um grupo fortemente organizado que apenas conjuntamente domina o governo da igreja? Ou vivendo a sua fé e transformando-o em actos que traduzem uma efectiva «sede de justiça»?

O que está em causa e ofende sensibilidades não é o direito que assiste a qualquer confissão religiosa de construir e propor ao mundo sistemas próprios de organização das sociedades. O que é verdadeiramente inaceitável é que, à sombra de princípios intocáveis, minorias religiosas dominantes procurem impor as leituras que mais lhes convêm, de documentos doutrinários formalmente aceitáveis mas que foram hipotecados, em segredo, aos interesses daqueles que exploram selvaticamente o homem.

Os trabalhadores católicos não precisam de se empe-

nhar esforçadamente para encontrarem, entre a própria hierarquia, interpretações bem mais positivas dos conceitos e dos juízos expressos na sua doutrina social.

Por exemplo, em relação ao *liberalismo económico como sistema político*, podemos recolher estas palavras do insuspeito Papa Pio XI: «A livre concorrência matou-se a si própria; à liberdade do mercado sucedeu a hegemonia económica; à avidez do lucro, a desenfreada ambição do predomínio; toda a economia se tornou horrendamente dura, cruel, atroz!...» (*Quadragesimo Anno*, nº 109).

Sobre o *crescimento económico*, referiram os bispos conciliares: «Os investimentos devem tender a assegurar suficientes empregos e rendimentos, tanto para a população actual como para a futura. Todos os que decidem destes investimentos e da organização da vida económica – indivíduos, grupos ou poderes públicos – devem ter presente estes fins e reconhecer a grave obrigação que têm de, por um lado, vigiarem para que sejam assegurados os requisitos necessários a uma vida digna dos indivíduos e de toda a comunidade, e, por outro lado, de preverem o futuro e de garantirem um sã equilíbrio entre as necessidades do consumo moderno, individual e colectivo, e as exigências de investimentos para a geração futura. Tenham-se sempre, e também, em conta as necessidades urgentes das nações ou regiões economicamente menos desenvolvidas» (*Gaudium et Spes*, nº 70).

Acerca da *solidariedade universal*, consideraram os padres sinodais, em 1971: «O mundo no qual a igreja vive e opera encontra-se cativo de um temível paradoxo. As forças que trabalham para o advento duma sociedade mundial unificada nunca, até hoje, se haviam apresentado tão vigorosas e tão dinâmicas: elas radicam-se na consciência

da plena igualdade fundamental e da dignidade humana de todos os homens. Estes – por isso mesmo que são membros de uma só família – estão indissoluvelmente vinculados entre si, num destino comum ao mundo inteiro, na responsabilidade do qual comungam... O paradoxo acha-se nisto: dentro destas perspectivas de unidade, as forças de divisão e os antagonismos parecem aumentar, hoje, o seu vigor...» (*Convenientes ex Universo*, n.ºs 7 e 9).

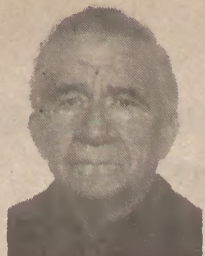
Finalmente, declarava Paulo VI sobre os sindicatos, dando quase que imperceptivelmente um passo de gigante nos percursos da doutrina social católica: «Se é certo que na defesa destes direitos [dos trabalhadores e das suas famílias] as sociedades democráticas aceitam o princípio da organização sindical, por outro lado elas nem sempre estão abertas para o exercício do mesmo. Deve admitir-se o papel importante dos sindicatos: eles têm como objectivo a representação das diversas categorias de trabalhadores, a sua legítima colaboração no progresso económico da sociedade e o seu sentido de responsabilidade para a realização do bem comum» (*Octagesima Advieniens*, n.º 14).

Existe, pois, nos nossos dias, uma igreja de serviço e de missão que recusa a solidariedade imposta, as divisões entre os trabalhadores, o oportunismo das alianças com os poderosos, o espírito militarizado das «cruzadas» fundamentalistas.

É a doutrina social cuja base é a caridade, o sacrifício das ambições pessoais, a opção preferencial pelas pobres e a recusa da injustiça, que vai sendo, sistematicamente, escamoteada aos trabalhadores católicos.

É a estes que cabe distinguir a verdade.





■ Miguel Urbano Rodrigues

O desprezo pelo povo na cidade da utopia

Visitei Brasília pela primeira vez em 1959 antes de ser inaugurada. Não era ainda a capital, apenas um *campus* arquitectónico de fronteiras imprecisas. Os palácios da Alvorada e do Planalto estavam em fase de acabamento, bem como os exteriores do Congresso. No coração do Plano Piloto as estruturas dos futuros ministérios subiam, descarnadas, para o céu.

Escrevi então um texto no «Estado de S. Paulo» de que não guardei recorte. Mas recordo que Brasília me emocionou. Em cada edifício, ambição e generosidade brotavam dialecticamente do sonho. Num país inçado de contradições brutais, Brasília irrompia nos chapadões do planalto central como cântico da esperança de um povo-nação que, em ritmo acelerado, aparecia ao mundo como cabouqueiro do país do futuro.

Obra de arte aberta e revolucionária, o Plano Piloto, sugerindo a silhueta de um avião, ocupava uma área vastíssima: 16 km por 14. A capital do amanhã fora concebida numa dimensão de grandeza. Pretendia moldar uma vida nova numa sociedade nova em cenário diferente do que se conhecia. Tamanha ambição assustava numa planura despovoada, a um milhar de quilómetros das duas grandes metrópoles, o Rio e São Paulo.

Lúcio Costa e Óscar Niemeyer tinham consciência da distância que separava a cidade do futuro do país real do qual se propunha a ser pólo e motor. O fosso não os inibiu. Ao planearem Brasília, a sua meta não era a sociedade ideal, mas uma nação em que a deslumbrante capital erguida nas solidões goianas fosse promessa das conquistas sociais que iriam reduzir a cada ano a distância imensa existente entre Brasília e o Brasil arcaico.

Era aquela uma época em que a *intelligensia* brasileira se via colectivamente, com alguma ingenuidade, como revolucionária e como «vanguarda».

A eliminação imediata do buraco entre os dois Brasis não era tarefa para uma geração. Exigia tempo. Mas Brasília, ideada como expressão da fome de progresso do povo como totalidade, destilava humanismo.

Contemplando do céu azul as asas do Plano Piloto, pareceu-me, ao avistar pela primeira vez a futura capital, que elas se moviam, a sugerir que dezenas de milhões de brasileiros, a grande maioria da nação, iriam aproximar-se do sonho plasmado no concreto de Brasília.

*
* *

O desafio não se cumpriu. Foi com amargura que, em Maio p.p., recontrei Brasília. A cidade da utopia não perdeu a sua serena beleza. Continua a ser irrepetível. A mensagem que dela se desprende, hoje, é, porém, outra. Nega o projecto que justificou a criação da nova capital por Juscelino Kubitschek.

Os poderosos são ali, agora, muito mais poderosos; os que esperavam ver atenuadas as situações de injustiça social de que eram vítimas caíram para patamares inferiores na estrutura de classes. Ocorreu o inverso do sonho.

A cidade ideal dos visionários não se materializou. Em 1996, agride como mostruário do privilégio e imagem das «elites» – aquelas elites a quem o presidente Fernando Henrique Cardoso atribuiu, em discurso farisáico, a missão de *reinventar a solidariedade*. A *dolce vita* de Brasília incute-lhes uma consciência missional oposta.

Um deputado federal ganha 8000 reais (dólares) por mês. Em tempo de sessões extraordinárias pode quase atingir, incluindo outras vantagens, os 15 000. Os parlamentares têm esplêndidos apartamentos nas superquadras, mobilados com requintes com uma área média de 300 metros quadrados. Os ministros dispõem de sumptuosas mansões perto do lago. Ninguém paga renda. Uns

e outros têm assegurado o transporte aéreo gratuito para os Estados de origem.

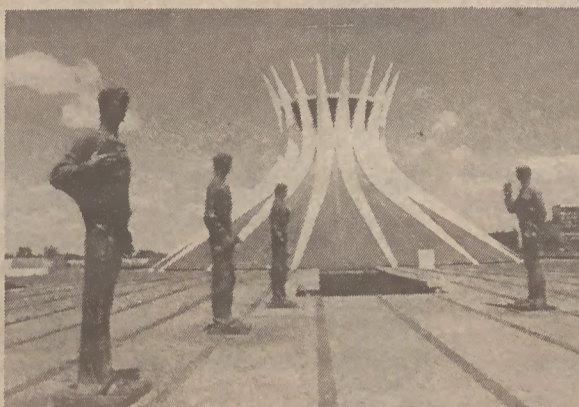
Essa cascata de prebendas foi montada num país onde o salário mínimo, de 112 reais (menos de 17 contos) é inferior ao do Paraguai...

*
* *

Desta vez percorri demoradamente o conjunto labiríntico e vastíssimo do Congresso.

A vida proporcionou-me a oportunidade de conhecer por dentro umas duas dezenas de Parlamentos na Europa, na América, na Ásia e na África. Nenhum deles é comparável em dimensões à sede do Legislativo brasileiro, após as ampliações que desfiguraram a estrutura do projecto inicial.

Para se ir dos átrios do Anexo 2 ou do Anexo 4 até às alas onde funcionam os plenários da Câmara e do Senado, as Comis-



A aspiração humanista permanece no traçado dos palácios agarrados ao chão, nas frontarias de belíssimos edifícios, na atmosfera de uma catedral gregária e luminosa que é um hino à alegria de viver. Mas está ausente no comportamento da grande maioria dos representantes do Poder.

Na Brasília do final do milénio, como na Roma do Baixo Império e na Bizâncio do século XI, o cidadão é olhado como coisa negligenciável pelos que têm por missão precípua proporcionar-lhe bem-estar e a felicidade possível.

Governantes, alta magistratura e parlamentares batem-se pela defesa do *establishment* dos interesses próprios e de classe, ou seja os da minoria cuja prosperidade excessiva assenta na exploração da maioria misérrima.

Os eleitos pelo povo – com poucas excepções – formam a falange dos cavaleiros do tempo do egoísmo.

De pólis da utopia, cidade que retomava o sonho revolucionário do escravo Spartacus, Brasília transmutou-se em cidade símbolo de privilégios cimentados no amoralismo cínico, na corrupção assumida, na sacralização do mercado e do dinheiro.

Ao incidir sobre uma estrutura monumental, o sol, a determinada hora, projecta, dia após dia, sombras que sugerem contornos de foice e martelo. Aquilo nasceu da imaginação de Niemeyer; foi concebido e realizado em plena ditadura militar.

O desafio não se ajusta, contudo, ao tempo presente. Implantada na terra vermelha de goiás, palmilhada no século XVIII por bandeirantes com ténpera de ferro que deram ao Brasil a sua dimensão continental, Brasília trocou o sonho antigo pelo pesadelo. Emerge hoje no planalto de horizontes fantasmáticos como espelho agressivo da desigualdade galopante numa das socieda-

des onde, em todo o mundo, a injustiça social é maior e mais ostensiva.

A aglomeração do Distrito Federal tem hoje, aproximadamente, 1 300 000 habitantes. Destes, residem na área do Plano Piloto apenas 250 000. Os outros quatro quintos moram (ou vegetam) nas cidades-satélite (algumas a 30 e 40 quilómetros de distância), isto é, numa feia, pobre e suja cintura suburbana semeada de favelas misérrimas e sujas.

O que foi desafio passou a afronta.

*
* *

Não é de hoje, obviamente, a ruptura de Brasília com o projecto que lhe deu vida e permitiu que a Unesco a elevasse a Património Cultural da Humanidade.

A inversão do objectivo era já perceptível quando o Executivo se instalou na nova capital, tornou-se ostensiva nos anos da ditadura militar e assumiu facetas repugnantes nesta viragem do século.

O actual governo simboliza, na teoria e na prática, a perversão do sonho de Brasília. Ao aderir à teologia do mercado e ajoelhar diante do altar da globalização, Fernando Henrique Cardoso, recém-convertido ao neoliberalismo, desenvolve uma política que agrava a injustiça social.

Ir a Brasília é contemplar, na transparência da terra cor de sangue do planalto central, a contradição antagónica entre a utopia acarinhada numa época de esperança ilimitada e a crueldade do tempo presente, indissociável da crise geral que a humanidade atravessa.

(¹) O Partido Comunista do Brasil constitui excepção. Os vencimentos dos seus deputados – tal como acontece com o PCP – são uma importante fonte de receita para a Organização. No PT, as contribuições dos parlamentares são apreciáveis. Nos demais partidos é o regabofe.



Bebem do fino...

As eleições russas, entre múltiplas outras repercussões, contribuíram para fazer em cães, mais uma vez, a hipócrita veneração pelo sufrágio que é tão apregoada pelos poderes das democracias ocidentais e pelos seus grandes órgãos de comunicação. As mais grosseiras violações e brutalidades contra as regras mínimas que devem presidir a uma campanha eleitoral democrática, praticadas pelo actual presidente russo e o seu aparelho de poder, foram silenciadas, desculpadas ou tratadas como curiosidade própria do exotismo eslavo. Nas vésperas das eleições,

Boris Ieltsin lançou uma grande ameaça intimidatória, ilustrativa da sua concepção antidemocrática do poder. Segundo registava a imprensa diária do nosso país, declarou «que não está psicologicamente pronto para uma transferência do poder e alertou para o risco de uma guerra civil se o seu rival comunista, Guennadi Ziuganov, vencer as eleições do próximo domingo».

Tal não seria o escândalo se fosse outro que o dissesse e não um tão dilecto amigo do grande capital internacional. Assim só lhe bateram palmas e deram por bem empregue a maciça ajuda e apoios que lhes foram prestados. Entretanto, entre nós, as

PONTOS CARDEAIS

Terezas de Sousa, os Finos, os Milhases e «tutti quanti», no género, também dessacralizaram o sufrágio e até vieram dizer que tinham um pressentimento que aconteceria «alguma coisa» se Ieltsin fosse derrotado. Estes bebem do fino...

«Estilo» SIC agride Ensino Especial

Parece que, desta vez, o programa «Casos de Polícia»

meteu o pé na argola, o que se estranha. A qualidade geral deste programa sempre esteve muitos furos acima da enxurrada de lixo televisivo que já se tornou uma imagem de marca da SIC. O caso é contado pelos responsáveis do Colégio Ocupacional Luís Rodrigues para Deficientes Profundos, que se queixam deste ter sido maliciosamente visitado por uma equipa de reportagem do «Casos de Polícia». Relatam os responsáveis do Colégio que «duas senhoras entraram na nossa casa, uma com



PONTOS NATURAIS

Actualidade

O lixo

Senhora Ministra está preocupada e infeliz. Para onde é que mandará o lixo deste país?

Com o lixo tamanho e a rodos correndo de todo o lado assim é que estamos todos num país que está lixado.

Para onde mandá-lo então? Funesto enredo! Que eu saiba há um sítio: a televisão. Pode ser que ainda lá caiba...

Os sobrinhos de Bill

Vitorino para amanhã tem já uma compra marcada: quer mercar ao Tio Sam de aviões uma molhada!

Podíamos comprar mil até pelo telefone e ajudávamos o Bill que está mal do saxofone.

Um governo a meter dô um Tio Sam com olhinhos. Conclusões? Há uma só: pra tal tio, tais sobrinhos...

Privatizações

Um Guterres intranquilo condena o PSD, o tal que está contra aquilo que fora princípio seu.

Ou seja, pra que se veja veja-se a desfaçatez: PSD tem inveja de quem faz e ele não fez!

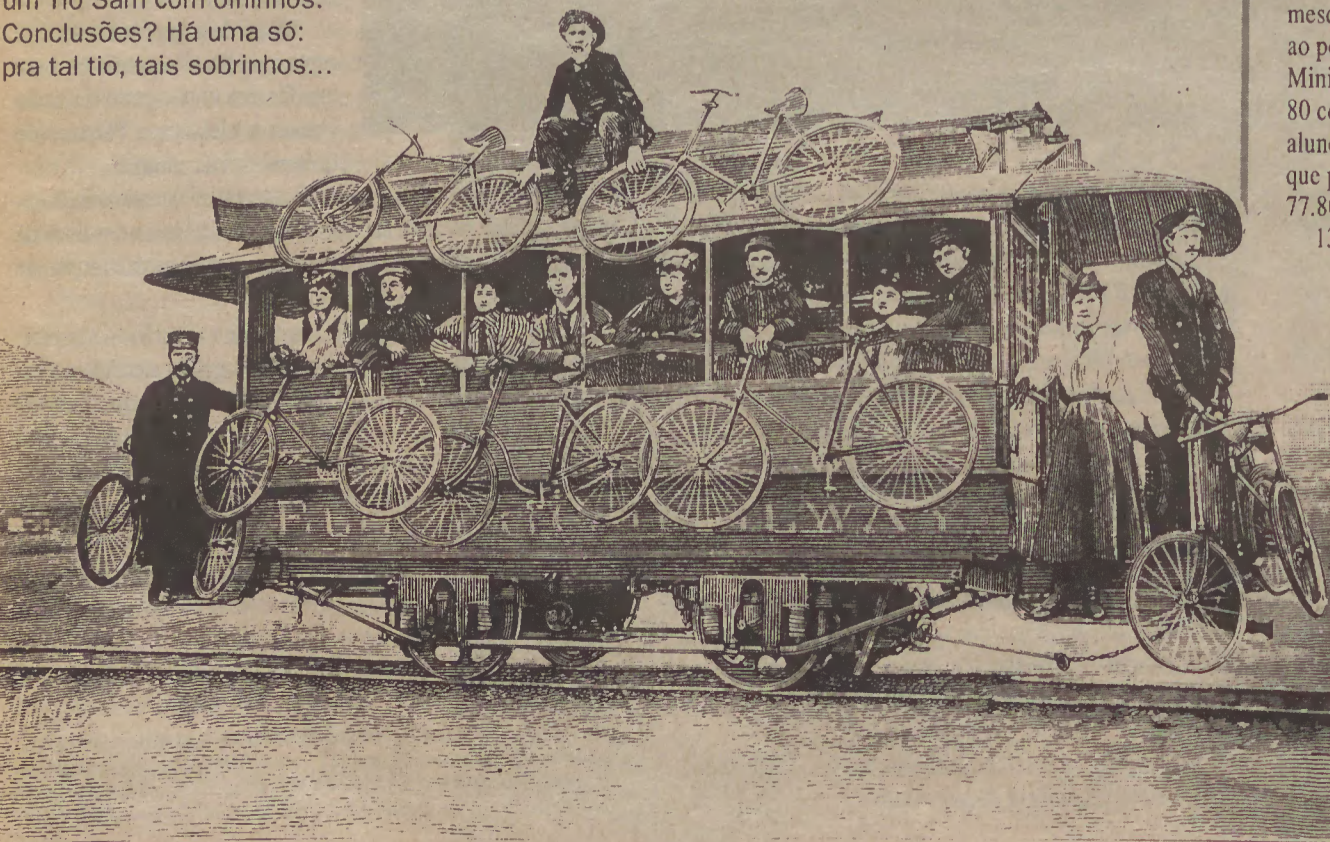
Pare o leitor avisado escute as tais desavenças olhe para um e outro lado - e descubra as diferenças...

O gang do vodka

Mandaram os Estados Unidos uma data de milhões para Ieltsin. Pois. Os amigos são para as ocasiões.

- Milhões? Assim de repente? (diz ele e estende o gadanho) É claro que estou contente. Para vodka já eu tenho!

Mário Castriou



câmara escondida e outra dizendo que era mãe de uma autista que queria internar», fazendo uma reportagem clandestina. «Gravaram e filmaram o que lhes deu na real gana sem sequer comunicarem o que estavam a fazer», protesta a direcção do Colégio. Mas o pior não foi isso: o resultado que surgiu nos ecrãs reduziu o funcionamento do colégio a duas terapeutas, uma sala de trabalhos manuais e um cabeleireiro, isto para um conjunto de 35 crianças. Só que, do quadro deste Colégio, como esclarece a direcção, «consta uma psicóloga, uma terapeuta ocupacional, um fisioterapeuta, um recuperador físico, dois terapeutas de fala, uma professora de psicomotricidade, cinco professoras, sendo uma especializada e licenciada pela Escola Superior de Educação de Lisboa, seis auxiliares de Educação e seis vigilantes, além do pessoal interno, de limpeza, de cozinha e administrativo», o que facilmente se comprova nas folhas de pagamento e de descontos para a Segurança Social.

E acrescenta a direcção: «A mesquinhez do programa foi ao ponto de dizer que o Ministério da Educação paga 80 contos/mês por cada aluno, o que não é verdade: o que paga, realmente, é 77.805\$00 por cada uma de 13 crianças, mais

39.060\$00 por cada de mais 24 crianças». Comenta, finalmente, a indignada direcção desta Escola de Ensino Especial - Ensino tão desapoado a nível estatal - que «nesta casa nunca se recusou a entrada a ninguém, até agora. Disso se aproveitou a SIC, de uma forma criminosa (eles, sim, são um caso de polícia!) para denegrir, vilipendiar, enxovalhar a instituição (e não só)

num gesto de manifesto abuso de boa-fé». Será que o «Casos de Polícia» se está a deixar contaminar pelos «Casos SIC»?

E os «perdões» continuam

Segundo notícia o *Público*, o director-geral de Viação, Amadeu Pires, está a negociar com o director regional de Lisboa, Osvaldo Santos, o pedido de demissão deste último contra o compromisso de que a Direcção Geral de Viação (DGV) não prosseguirá os inquéritos internos que lhe instaurou, nem divulgará os resultados até agora obtidos. Afirma o *Público* que «pode ser este o epílogo da carreira meteórica de um funcionário elogiado pelo ex-secretário de Estado, Carlos Loureiro, mas a quem, desde a primeira hora, foram feitas acusações de desonestidade e corrupção». As acusações e suspeições sobre Osvaldo Santos vêm desde que tomou posse, com os colegas a acusarem-no de falsificação, tráfico de viaturas e fuga ao fisco. O então secretário de Estado, Carlos Loureiro, fazia orelhas moucas às denúncias e classificava o seu subordinado e correligionário PSD de «funcionário exemplar». O resultado das denúncias assumidas por cinco chefes de divisão perante Carlos Loureiro foi... o seu afastamento através de um diploma feito «à medida» e com tão óbvia intenção retaliatória que os visados entregaram o processo à Procuradoria-Geral da República. Que a corrupção grassava no cavaquismo já se sabia, mas que a governação PS recorra ao elidir das faltas e dos crimes para afastar os corruptos que ficaram instalados na máquina administrativa, não é levar longe de mais a «táctica dos perdões»? E não será esse procedimento do actual poder, além de uma imoralidade chocante, uma ilegalidade flagrante e compromettedora?

AGENDA



Regiões Administrativas para Portugal DEBATES COM O PCP

Caldas da Rainha

Sobre as propostas do PCP com a participação de **Luís Sá**
Quinta-feira, 20, às 21h30, no Auditório Municipal (Edifício da CM)

Castelo Branco

Sobre «Regiões Administrativas e desenvolvimento regional», com a participação de **Lino de Carvalho**
Sexta-feira, 21, às 21h, no Auditório da Escola Superior de Educação

Grândola

As propostas do PCP e o desenvolvimento do Alentejo, com a participação de **José Sociero**
Quarta-feira, 26, às 21h30, no Centro de Trabalho local

Stº Antão do Tojal

Sobre Regionalização e revisão da Constituição com a participação de **António Filipe**
Sexta-feira, 21, às 21h30, no Salão da JF

Setúbal

Sobre a Regionalização e as propostas do PCP com a participação de **Agostinho Lopes**
Quinta-feira, 20, às 21h30, na Biblioteca Municipal

Torres Novas

Sobre a criação das Regiões Administrativas promovido pela Comissão Concelhia de Torres Novas com a participação de **António José Ganhão** e **Carlos Brito**
Quinta-feira, 20, às 21h30, no Auditório do Museu Municipal

No PORTO

Quinta-feira, 20, às 21h30, no Hotel Tuela, da série «O Porto em debate»: «Acessibilidades, trânsito e transportes no Grande Porto» com a participação de **Antero Pires** e **Ilda Figueiredo**, vereadores das CMs de Gaia e Porto, respectivamente, **António Pina**, Eng. Técnico Civil e **Henrique Teixeira**, Inspector de Tráfego.
Moderador: **Jorge Sarabando**

Em CONSTÂNCIA

Sexta-feira, 21, às 21h, no Cine-Teatro Municipal: «Moeda única - Fundos estruturais - Regionalização» com a participação de **Sérgio Ribeiro**

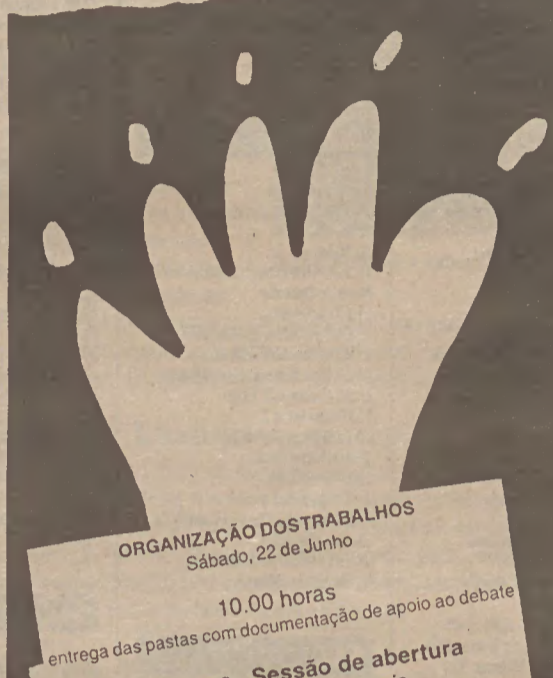
JANTAR DE AMIZADE COM CUBA

Promovido pela Organização da Zona Ocidental de Lisboa do PCP
Dia 28 - 20h30, no Caselas Futebol Clube (Lg. do Bairro de Caselas) com a presença de **José Casanova** e da **Sra. Embaixadora de Cuba**, Mercedes Aguiar Pena (Inscrições até 26 de Junho nos Cts Vitória (3562715) e de Alcântara (3638512))



POR UMA REFORMA DEMOCRÁTICA DA SEGURANÇA SOCIAL

Convocado sob o lema - POR UMA REFORMA DEMOCRÁTICA DA SEGURANÇA SOCIAL - o PCP vai realizar no sábado 22 de Junho, no Hotel Altis em Lisboa, com início às 10.30 horas, um Encontro Nacional sobre a Segurança Social.



ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO
Sábado, 22 de Junho

10.00 horas
entrega das pastas com documentação de apoio ao debate

10.30 horas - Sessão de abertura
intervenção de Edgar Correia,
da Comissão Política do PCP

11.00 horas / 13.00 horas - 1º painel
A situação da Segurança Social

14.00 horas / 17.30 horas - 2º painel
Que reforma da Segurança Social?

18.00 horas - Sessão de encerramento
intervenção de **Carlos Carvalhas**
Secretário-Geral do PCP

Sábado, às 15h

ENCONTRO CONCELHIO DA CDU DE CASCAIS

Coop. Linha do Estoril
(junto aos Bombeiros da Parede)
com a participação de **José Casanova**

CDU Covilhã
Encontro Concelhio
Sexta-feira, 21, às 21h
na Sala da Assembleia Municipal

PCP
e a Lisboa do virar do século

III jornadas de reflexão e debate sobre Lisboa
Assembleia Municipal de Lisboa

22 junho '96 - 10h.

Santos Populares

Jantar de confraternização da Zona Oriental de Lisboa
na Voz do Operário: dia 24, às 20h

Convívio de S. João em Faro
com música ao vivo... e para dançar!
No Terraço do CT, dia 22, à noite

Jornada de convívio
com sardinhada e churrasco, na Quinta da Atalaia
Sábado, 29

Manhã desportiva - Almoço - Tarde de convívio
(do Sector de Serviços de Lisboa, com inscrições até 27 de Junho no CT da Av. Duque de Loulé, tel. 3148023)

Sábado, 22, na Costa da Caparica
Noite de Fado Amador
no Grupo Amigos da Costa

Passeio das Mulheres CDU
Piquenique em Vilar de Mouros
Dia 7 de Julho

Carlos Carvalhas visita Portugal Telecom

O secretário-geral do PCP, acompanhado por deputados e dirigentes do Partido, visita amanhã, sexta-feira, instalações da Portugal Telecom.
Às 10 horas, reúne-se com a Administração no edifício das Picoas, cujas instalações visitará a partir das 11h, estando prevista também a sua visita às instalações da Rua Andrade Corvo.
Às 12 horas, Carlos Carvalhas terá aí um encontro com organizações representativas dos trabalhadores do sector das Telecomunicações.

Dia 21 - 21.00h, visita do camarada Carlos Carvalhas ao Centro de Trabalho do Pia/Raposo.

Na próxima terça-feira, 25, e a convite dos vereadores comunistas da Câmara Municipal de Lisboa, o Secretário-geral do PCP visita, a partir das 10 horas o Parque Ecológico da Cidade em Monsanto

Barreiro

6ª Assembleia da Organização Concelhia
Sábado, 22, a partir das 10h, nos Penicheiros.
Com a participação de **Francisco Lopes**

Belas

3ª Assembleia da Organização da Freguesia
Sábado, 22, a partir das 15h30,
no Salão Polivalente da Junta de Freguesia (URPIB)
Com a participação de **Sérgio Vilarigues** e **Jorge Cordeiro**

Alverca do Ribatejo

5ª Assembleia da Organização da Freguesia
Sábado, 22, às 15h
no Auditório Municipal Scala

Reuniões e plenários

Lisboa

Reunião do sector da Construção Civil com camaradas de **V. F. Xira**, **Loures**, **Amadora**, **Sintra**, **Oeiras**, **Cascais** e comunistas dirigentes do Sindicato da Construção Civil: sexta-feira, 21, às 19h30, no CT Vitória.
Plenário do sector de Serviços de Lisboa sobre «A ligação às massas e o trabalho sindical», com a participação de **João Dias Coelho**: hoje, dia 20, às 20h, no CT da Av. Duque de Loulé.
Plenário da célula dos trabalhadores da Voz do Operário, sobre a situação política e social: nas instalações da Voz do Operário, dia 27, às 18h.
Plenário de militantes da freguesia dos Olivais, sobre a situação política e questões autárquicas.

Sintra

Plenário de militantes de Massamá, dia 21, às 21h30, na Delegação da Junta de Freguesia de Massamá.
No Cacém: sessão-debate sobre Segurança das Populações, com a participação de **José Neto**: sexta-feira, 21, às 21h30, no CT do Cacém.
Reunião plenária da célula da Tabaqueira: no CT do Cacém, dia 25 (terça-feira), às 17h.
Reunião plenária da célula da CM e SMAS de Sintra: no CT de Rio de Mouro, hoje, quinta-feira, a partir das 18h.

Sines

Domingo, no Salão do Povo

Encontro-Convívio de antifascistas do Distrito de Setúbal, extensivo a todos os democratas, em apoio da Constituição e do Estado Democrático

Das 11 às 13h - Convívio e debate

— Às 13h - Almoço;

— Às 16h30 - Recepção a todos os participantes, na Junta de Freguesia de Porto Covo

TELEVISÃO

Quinta, 20

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 O Caminho das Estrelas
09.35 Vizinhos
10.05 Cinzas
10.40 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
14.00 Clássicos da RTP - Sabadabadú
14.35 Uma Promessa de Amor
16.00 Infantil / Juvenil
16.50 Malha de Intrigas
17.45 Canal Aberto
20.00 Telemagazine
20.50 Primeiro Amor
22.05 Maria Elisa
23.45 Euro 96: Resumo do dia
00.10 24 Horas
00.40 RTP/Financial Times
00.50 Monty Python - Os Malucos do Circo

RTP 2

16.00 NBA
17.10 Huckleberry Finn
17.40 Um, Dó, Li, Tá
18.45 Caderno Diário
18.50 Magazine «Ver Artes»
19.30 TV Nostalgia: «Colditz»
20.30 A Última Fronteira
21.10 Documentário - Watergate
22.00 Acontece
22.20 RTP/Financial Times
22.30 Jornal 2
23.10 Uma Família Húngara (de Janos Rozsa, Húngria-1987. Ver Destaque)
00.55 Planeta Música

SIC

10.30 Os Imortais
11.30 As Receitas do Dia
11.55 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Ponto de Encontro
15.00 Os Donos do Jogo
15.30 Notícias
15.45 Buêrére
17.40 Renascer
18.50 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Diário do Mundial
20.50 Explode Coração + História de Amor
22.00 Os Trapalhões
22.30 Marina, Dona Revista
23.30 Grande Reportagem
00.30 Diário do Europeu
00.55 Último Jornal
01.10 Verdes Anos
02.10 Sonhar Acordado
02.40 Vibrações

TVI

10.00 Espaço Cultural
12.10 Clube da Manhã
13.00 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.25 A Fúria do Destino
14.55 SOS Urgências
16.00 A Hora do Recreio
17.40 Informação
18.00 Mãe Moderna
18.35 Marés Vivas
19.30 Novo Jornal
20.10 Negócios em Dia
20.30 Ninho de Cucos
21.30 Marti
22.00 Depois do Amor (de Alan Parker, EUA-1982, com Albert Finney, Diane Keaton. Ver Destaque)
23.45 Grande Plano
00.50 TVI Jornal
01.30 A Balada de Hill Street

Sexta, 21

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 O Caminho das Estrelas
09.35 Vizinhos
10.05 Cinzas
10.40 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
13.55 Clássicos da RTP - «Os Andrades»
14.30 Uma Promessa de Amor
16.00 Infantil / Juvenil
16.50 Malha de Intrigas
17.45 Canal Aberto
19.10 Pedra Sobre Pedra
20.00 Telemagazine
20.50 Primeiro Amor
22.05 A Mulher do Sr. Ministro
22.45 Crocodilo Dundee II (de John Cornell, Austrália-1987, com Paul Hogan, Linda Kozlowski. Comédia / Aventuras)
00.35 Euro 96: Resumo do dia
01.25 24 Horas
00.55 RTP/Financial Times
02.05 Monty Python - Os Malucos do Circo
02.40 Dois Amigos, Dois Destinos (de David Saperstein, EUA-1989, com Martin Sheen, Sharon Stone. Drama)

RTP 2

17.00 Notícias
17.10 Huckleberry Finn
17.40 Um, Dó, Li, Tá
18.20 Caderno Diário
18.40 Máquinas
19.10 Notícias
19.15 Macau
19.35 TV Nostalgia - «5ª Dimensão»
20.35 A Par e Passo
21.05 História do Rock n' Roll
22.00 Acontece
22.20 RTP/Financial Times
22.30 Jornal 2
23.10 O Meu Século XX (de Ildiki Enyedi, Hungria/RFA-1988. Ver Destaque).
00.50 Planeta Música

SIC

10.30 Os Imortais
11.40 As Receitas do Dia
12.10 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Verdes Anos
15.00 Os Donos do Jogo
15.30 Notícias
15.45 Buêrére
17.40 Renascer
18.50 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.50 Explode Coração + História de Amor
22.00 Os Malucos do Riso
22.30 Sim ou Não
23.30 A Noite da Má Língua
00.30 Diário do Europeu
01.20 Último Jornal
01.35 Playboy
02.35 Vibrações

TVI

10.00 Espaço Cultural
12.10 Clube da Manhã
13.00 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.25 A Fúria do Destino
14.55 SOS Urgências
16.00 A Hora do Recreio
17.40 Informação
18.00 Mãe Moderna
18.35 Marés Vivas
19.30 Novo Jornal
20.10 Negócios em Dia
20.30 O Poder da Lei
21.30 Doido por Ti
22.00 O Segredo de Pandora
24.00 TVI Jornal
00.35 Booker

Sábado, 22

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
10.30 Clube Disney
11.30 Cybermaster
13.00 Jornal da Tarde
13.25 Top +
14.40 Euro 96
16.55 Clube dos Totalistas
18.10 Euro 96: Quartos de Final
20.30 Telemagazine
21.25 Primeiro Amor
22.40 Parabéns
01.15 Euro 96: Resumo do dia
01.50 24 Horas
02.05 A Estrada da Ruína (EUA/Fr.-1992, Comédia Romântica)
03.35 Onde Estão os Rapazes (EUA-1984, Comédia)
05.05 A Escalada do K2 (EUA-1991, Aventuras)
06.50 Casanova (EUA, Comédia / Histórico)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Forum Musical
13.00 Parlamento
14.00 Euronews
15.00 Coleção Platinum
15.55 Uma Cidade, Dois Mundos
17.00 Atlanta 96
18.00 Para Além do Ano 2000
18.55 7º W
19.30 O Monge e a Bruxa (de Suzanne Schiffman, Fr.-1986. Ver Destaque)
21.10 Semana do Sábado
22.00 Notícias 2
22.05 Um Homem em Casa
22.35 Figuras de Estilo
23.30 Até ao Fim do Mundo (de Wim Wenders, Alem./Fr./Austrália-1991, com William Hurt, Solveig Dommartin, Sam Neill, Jeanne Moreau. Ver Destaque)

SIC

08.30 Buêrére
12.00 O Mundo dos Animais
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Tostões e Milhões
14.00 Malhação
15.00 Portugal Radical
15.30 A Leste do Paraíso
16.30 Justiça Negra
17.20 Estrelas de Quatro Patas
18.50 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.50 Clube VIP
21.20 Vira Lata
22.30 Big Show Sic
01.00 Diário do Europeu
01.25 Último Jornal
01.40 Assalto à Diligência (de André De Toth, EUA-1974, com Randolph Scott, Wayne Morris. «Western»)

TVI

09.40 Animação
12.00 Novos Ventos
13.00 Contra-Ataque
14.30 Odisseia Submarina
15.30 Tênis
16.00 O Meu Primo Vinny (de Jonathan Lynn, EUA-1992, com Joe Pesci, Marisa Tomei. Ver Destaque)
18.15 California Dreams
18.40 Os Novos Intocáveis
19.30 Telemagazine
20.30 Babylon 5
21.30 O Segredo de Pandora
23.30 Últimas Notícias
23.45 O Homem do Braço de Ouro (de Otto Preminger, EUA-1955, com Frank Sinatra, Eleanor Parker, Kim Novak. Ver Destaque)
02.00 Sangue Virgem para Drácula (de Paul Morrissey, EUA-1974, com Joe Dallesandro. Terror)

Domingo, 23

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
11.15 NBA
12.00 Sem Limites
12.30 Jornal da Tarde
12.50 Motociclismo
13.35 Made in Portugal
14.40 Euro 96
16.55 Alta Voltagem
17.35 100% Natural
18.10 Euro 96 (Quartos de Final)
20.30 Telemagazine
21.20 Enviado Especial
21.50 Casa Cheia
22.35 S. João no Porto
23.55 Euro 96: Resumo do dia
00.30 24 Horas
00.45 Crimes de Rua (de Stephen Smoke, EUA-1992. «Thriller»)

RTP 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.25 O Homem e a Cidade - «Vila Nova de Ourém»
11.50 Euronews
13.00 Para Além do Ano 2000
13.40 Coleção Platinum
14.55 Uma Cidade, Dois Mundos
15.55 Campos de Fogo
17.05 Desporto 2
18.15 Ritos do Mundo
19.10 Documentário
19.45 Bombordo
20.20 Casa de Lava
22.05 Artes e Letras - «Contos da Ópera» (Parte II)
23.10 O Filme da Minha Vida
01.30 Planeta Música

SIC

08.30 Buêrére
12.00 Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Internacional Sic
14.00 Malhação
15.20 O Guarda-Costas
16.30 Walker, o Ranger do Texas
17.40 O Rei e os Trapalhões (de Adriano Stuart, Brasil-1979. Comédia)
20.00 Jornal da Noite
20.50 Vira Lata
22.00 Pensão Estrela
22.30 O Samurai Americano (de Sam Firstenberg, EUA-1992. Artes Marciais)
00.30 Diário do Europeu
00.50 Último Jornal
01.10 O Tempero do Amor (de Norman Jewison, EUA-1963, com Doris Day, James Garner. Ver Destaque)

TVI

09.40 Clube da Manhã
12.00 Missa
13.30 O 8º Dia
14.20 Portugal Português
16.00 Christian Andersen (de Charles Vidor, EUA-1952, com Danny Kaye, Farley Granger, Zizi Jeanmaire. Comédia Musical)
18.00 Desafios
18.30 Adultos à Força
19.30 Telemagazine
20.15 Confissões de Adolescentes
20.50 Melrose Place
21.10 O Raio Azul
21.50 A Fera Amansada (de Franco Zeffirelli, EUA-1967, com Elisabeth Taylor, Richard Burton, Michael York. Ver Destaque)
00.25 Últimas Notícias
00.40 ITC

Segunda, 24

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 O Caminho das Estrelas
09.35 Vizinhos
10.05 Cinzas
10.40 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
14.00 Clássicos da RTP
15.10 Uma Promessa de Amor
16.00 Infantil / Juvenil
17.10 Malha de Intrigas
17.45 Canal Aberto
19.00 Pedra Sobre Pedra
20.00 Telemagazine
20.50 Primeiro Amor
22.00 Todos ao Palco
23.15 Euro 96: Resumo do dia
23.45 Nova Oportunidade
00.50 24 Horas
01.35 Monthly Pythons - Os Malucos do Circo

RTP 2

17.10 Huckleberry Finn
17.40 Um, Dó, Li, Tá
18.40 Universidade Aberta
19.15 Macau
19.35 TV Nostalgia: «A Jóia da Coroa»
20.35 Foyer
21.35 O Dinheiro Não Dorme
22.05 Acontece
22.30 Jornal 2
23.10 A Sereia dos Meus Sonhos (de Irving Pichel, EUA-1948, com William Powell, Anne Blyth. Comédia)
00.45 Planeta Música - Grandes Árias

SIC

10.30 Os Imortais
11.40 As Receitas do Dia
12.10 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Diário do Europeu
15.00 Os Donos do Jogo
15.45 Buêrére
17.40 Renascer
18.50 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.50 Explode Coração + História de Amor
22.00 Ponto de Encontro
22.40 Força Delta 2 (de Aaron Norris, com Chuck Norris. EUA-1990. Acção)
00.40 Diário do Europeu
01.00 Último Jornal
01.20 Flash Back
02.20 Vibrações

TVI

10.00 Espaço Cultural
12.10 Clube da Manhã
13.00 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.25 A Fúria do Destino
14.55 SOS Urgências
16.00 A Hora do Recreio
17.40 Informação
18.00 Mãe Moderna
18.35 Marés Vivas
19.30 Novo Jornal
20.10 Negócios em Dia
20.30 Pessoas Desaparecidas
21.30 Lar, Louco Lar
22.00 O Segredo do Culpado (de Linda Otto, EUA. Drama)
23.55 TVI Jornal
00.30 Primeira Fila
01.00 Luta pela Verdade

Terça, 25

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 O Caminho das Estrelas
09.35 Vizinhos
10.05 Cinzas
10.40 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
14.00 Clássicos da RTP
15.00 Uma Promessa de Amor
16.00 Infantil / Juvenil
16.50 Malha de Intrigas
17.45 Canal Aberto
19.00 Pedra Sobre Pedra
20.00 Telemagazine
20.50 Primeiro Amor
22.05 Ligações Perigosas
23.00 Euro 96: Resumo do dia
23.35 Tênis: Torneio de Wimbledon
23.55 24 Horas
01.35 Monthly Pythons - Os Malucos do Circo

RTP 2

17.05 Notícias
17.15 Huckleberry Finn
17.45 Um, Dó, Li, Tá
18.40 Rotações
19.15 Macau
19.40 TV Nostalgia - «Os Vingadores»
20.40 Civilizações Perdidas
21.35 Rumo à Lua
22.05 Acontece
22.30 Jornal 2
23.10 Um Senador Indiscreto (de George S. Kaufman, EUA-1974, com William Powell, Ella Raines. Comédia)
01.40 Planeta Música - Jazz

SIC

10.30 Os Imortais
11.30 As Receitas do Dia
11.55 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Flash Back
15.00 Os Donos do Jogo
15.45 Buêrére
17.40 Renascer
18.50 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.50 Explode Coração + História de Amor
22.00 Ai, os Homens!
23.30 Cross Fire
00.40 Diário do Europeu
00.55 Último Jornal
01.10 Escrita em Dia
02.10 O Juiz Roy Bean (de John Huston, EUA-1972, com Paul Newman, Ava Gardner, Jacqueline Bisset. Ver Destaque)
04.20 Vibrações

TVI

10.00 Espaço Cultural
12.10 Clube da Manhã
13.00 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.25 A Fúria do Destino
14.55 SOS Urgências
16.00 A Hora do Recreio
17.40 Informação
18.00 Mãe Moderna
18.35 Marés Vivas
19.30 Novo Jornal
20.10 Negócios em Dia
20.30 Picket Fences
21.30 Frasier
22.00 Fora dos Limites
23.50 TVI Jornal
00.35 Jornal de Negócios
01.05 Os Mistérios de Bill Cosby

Quarta, 26

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 O Caminho das Estrelas
09.35 Vizinhos
10.05 Cinzas
10.40 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
14.00 Clássicos da RTP
15.30 Euro 96: Meias Finais
18.00 Canal Aberto
19.00 Euro 96: Meias Finais
21.30 Vamos Jogar no Totobola
21.45 Telemagazine
22.35 Primeiro Amor
23.50 Herman Total
00.50 24 Horas
01.30 Euro 96: Resumo do Dia
02.15 Monthly Pythons - Os Malucos do Circo

RTP 2

17.05 Notícias
17.15 Huckleberry Finn
17.35 Um, Dó, Li, Tá
18.40 Olho Clínico
19.15 Macau
19.35 TV Nostalgia: «Eu, Cláudio»
20.30 Lendas e Narrativas
21.10 Sinais do Tempo
22.05 Acontece
22.30 Jornal 2
23.10 Nova Torque (de Richard Fleischer, EUA-1948. Ver Destaque)
00.35 Planeta Música

SIC

10.30 Os Imortais
11.40 As Receitas do Dia
11.55 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Escrita em Dia
15.00 Os Donos do Jogo
15.30 Notícias
15.45 Buêrére
17.40 Renascer
18.50 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.50 Explode Coração + História de Amor
22.00 Barba e Cabelo
22.30 Ousadias
01.00 Diário do Europeu
01.25 Último Jornal
01.40 Toda a Verdade
02.40 O Papá É Major
03.10 Vibrações

TVI

10.00 Espaço Cultural
12.10 Clube da Manhã
13.00 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.25 A Fúria do Destino
14.55 SOS Urgências
16.00 A Hora do Recreio
17.40 Informação
18.00 A Menina Prodigio
18.35 Marés Vivas
19.30 Novo Jornal
20.10 Negócios em Dia
20.30 Os Julgamentos de Rosie O'Neil
21.30 Competente e Descarada
22.00 O Expresso da Meia-Noite (de Alan Parker, Gr.Br.-1978, com Brad Davis, Paul Smith, Randy Quaid, John Hurt. Ver Destaque)
00.25 TVI Jornal
01.05 Jornal do Mundo
01.35 Quase Modelo, Quase Detective



«Pandora», uma mini-série televisiva para este fim-de-semana, com Jacqueline Bisset

«A Balada de Hill Street» em reposição que se anuncia integral, agora na TVI. Esta semana (hoje) passa o 2º episódio

«Watergate», mais um trabalho sobre o escândalo que levou Nixon à demissão, começa hoje na SIC



Heróis da BD nos programas infantis de todos os canais



TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Depois do Amor (Quinta, 22.00, TVI)

A vida em comum de um casal está em vias de desabar completamente porque a mulher é incapaz de suportar por mais tempo as fraquezas e os fracassos do marido que minam por completo a confiança no casamento e a harmonia entre os dois cônjuges. Um drama intenso, extremamente bem escrito para o cinema, com personagens arrancadas à vida real e cujas espantosas interpretações são daquelas que acontecem raras vezes na vida. Um filme de Alan Parker com Diane Keaton e Albert Finney em primeiro plano.

Uma Família Húngara (Quinta, 23.10, RTP2)

Trata-se de uma sátira repleta de ironia sobre o dia-a-dia de uma família abastada e a desagregação das relações entre os seus membros - expressa, por exemplo, na forma de comunicar por bilhetinhos deixados na cozinha, dado que todos têm horários diferentes e desajustados que praticamente tornam o contacto entre eles esporádico. Um filme do cineasta Janos Rozsa, em termos de distribuição comercial desconhecido entre nós, como em geral acontece com excelente cinematografia húngara e que ocupa este ciclo da RTP 2.

O Meu Século XX (Sexta, 23.10, RTP2)

Outro exemplar do moderno cinema húngaro, desta vez constituindo a estreia no cinema da cineasta Ildiko Enyedi. Aqui, a realizadora utiliza algumas técnicas dos tempos do «cinema mudo» para nos contar uma história que começa na passagem do século e que acompanha o percurso de duas gémeas que se separam e que vão encontrar-se mais tarde quando se apaixonam pelo mesmo homem. Um filme que as referências dizem ser extremamente agradável e divertido.

O Meu Primo Vinny (Sábado, 16.00, TVI)

Um advogado de defesa de Nova Iorque defende, em tribunal, um par de jovens estudantes acusados de terem assassinado o dono de uma loja. Tudo parece indicar que os nossos «heróis» jamais conseguirão escapar à condenação - as próprias provas parecem acumular-se desesperadamente em seu desfavor - mas o seu principal «inimigo» acaba por ser o próprio advogado, primo de um deles, que se revela completamente desastrado e desconhecido dos mais insignificantes pormenores da acção em tribunal. Com tais ingredientes, não poderíamos deixar de estar perante uma comédia simpática que faz rir em vários momentos e que, não sendo absolutamente exemplar, ajuda a entreter o tempo. Nos principais papéis, destaque para Joe Pesci e Marisa Tomei, para além de um Fred Gwynne insuperável no papel de juiz.



Elizabeth Taylor é a «Fera Amansada» de Shakespeare/Zeffirelli

O Monge e a Bruxa (Sábado, 19.30, RTP2)

Baseado nos escritos de um monge do século XIII, a realizadora francesa Suzanne Schiffman (ex-assistente e script girl de realizadores como Truffaut ou Godard) encena aqui a história de um monge que chega a uma aldeia e tenta impedir que a sua população preste adoração a um suposto santo e persegue uma bruxa curandeira que acusa de ter práticas demoníacas. Uma crónica medieval que, pelo seu realismo, consegue evitar todas as convenções altamente artificiais que costumam rodear as reconstruções históricas.

Até ao Fim do Mundo (Sábado, 23.30, RTP2)

Com uma distribuição internacional de luxo - William Hurt, Jeanne Moreau, Max von Sydow ou Sam Neil, entre outros - o cineasta alemão Wim Wenders encena aqui um filme em que se detecta a sua paixão pelos road movies. Rodado em oito países (entre os quais Portugal), Até ao Fim do Mundo constitui, ao mesmo tempo, pela mistura de géneros e pela experimentação audiovisual, uma das obras mais complexas e fascinantes do realizador, longa na sua duração de três horas, e, no fundo, constituindo

como que dois filmes justapostos, já que na segunda parte o realizador faz como que uma reflexão sobre o significado do material filmado. A descobrir.

O Homem do Braço de Ouro (Sábado, 23.45, TVI)

Obra cinematográfica que, ao tempo em que foi realizada, passou por imensos e inultrapassáveis problemas que se reflectiram na luta encarniçada de Otto Preminger contra a censura, O Homem do Braço de Ouro debruça-se sobre os problemas da droga acompanhando a história de um croupier morfomano que tenta libertar-se dos meios traficantes que o envolvem após o seu regresso de uma cura de desintoxicação. Frank Sinatra, que se diz ter-se apaixonado pela personagem que interpreta, tem aqui um dos seus melhores papéis no cinema e a eficaz banda sonora, muito influenciada pelo jazz, ficou a dever-se a um dos seus mais brilhantes especialistas - Elmer Bernstein.

Casa de Lava (Domingo, 20.20, RTP2)

Trata-se do segundo filme do jovem cineasta Pedro Costa, uma co-produção luso-franco-alemã. A história mostra-nos uma enfermeira portuguesa que acompanha até à Ilha do Fogo (Cabo Verde) um trabalhador cabo-verdiano que ficara ferido num acidente de trabalho e que é confrontada com uma trágica realidade para si desconhecida. Nos principais papéis: Inês de Medeiros, Pedro Hestnes e Isaach de Bankolé.

A Fera Amansada (Domingo, 21.50, TVI)

O que impressiona nesta esplendorosa adaptação ao cinema do clássico de Shakespeare é o fascínio das imagens e do tratamento das suas cores. Trata-se, sem dúvida, de mais um filme que consegue ultrapassar a simples e burocrática tarefa de «filmar teatro», coisa tanto mais assinalável quanto se sabe que o seu talentoso realizador, Franco Zeffirelli, é também ele um reputado encenador teatral. Nos papéis principais, duas excelentes interpretações de Elizabeth Taylor e Richard Burton.

O Tempero do Amor (Domingo, 01.10, SIC)

Quando uma mãe de família é colocada perante a possibilidade de participar num anúncio televisivo em que, por 80 mil dólares/ano, deverá anun-



Diane Keaton e Albert Finney, em «Depois do Amor», de Alan Parker

ciar uma determinada marca de sabão, toda a sua vida familiar passa a ser dominada por esse facto. Nesta sátira à televisão e, sobretudo, à publicidade televisiva há fortes motivos para o riso e o divertimento, com Doris Day e James Garner nos principais papéis. Um bom momento: o marido a afundar-se com o carro numa piscina que não estava lá na véspera!

O «Juiz» Roy Bean (Terça, 02.10, SIC)

A partir de factos autênticos, aliás já evocados por William Wyler em O Cavaleiro do Deserto, John Huston encena um western surrealista, numa construção picaresca, satírica e meia fantástica, que nos dá a ver a figura lendária de um fora-da-lei transformado em juiz e que orienta a lei segundo a sua própria maneira. Paul Newman e Ava Gardner são, apenas, algumas das figuras que andam por ali... Não é do melhor Huston que se arranja, mas colocá-lo às duas da matina de uma terça-feira e continuar a promover o estereo às horas decentes só por absoluto desprezo e provocação!

O Expresso da Meia-Noite (Quarta, 22.00, TVI)

Baseado num caso real - o encarceramento e a tortura, pelas autoridades turcas, de um jovem turista americano alegadamente acusado de traficar droga - O Expresso da Meia-Noite fez furor aquando da sua estreia e arrastou multidões. Mas há quem advirta que este filme se arrisca a ser dos tais em que a «clareza da mensagem» (quando, em geral, sublinhada a traço grosso) é perturbada pela ambiguidade dos processos da sua escrita e realização e, sobretudo, pelo envolvimento encapotadamente sofisticado (veja-se a fotografia, mais própria das noites Playboy da SIC!) com que, de forma tantas vezes maniqueísta, se pretende manipular uma denúncia justa cuja concretização fílmica é susceptível de levar tudo a perder. Mas talvez seja, afinal, o escriba destas linhas que anda ultimamente muito desconfiado e a precisar de férias... Em última análise, o espectador concluirá!

Nova Iorque (Quarta, 23.10, RTP2)

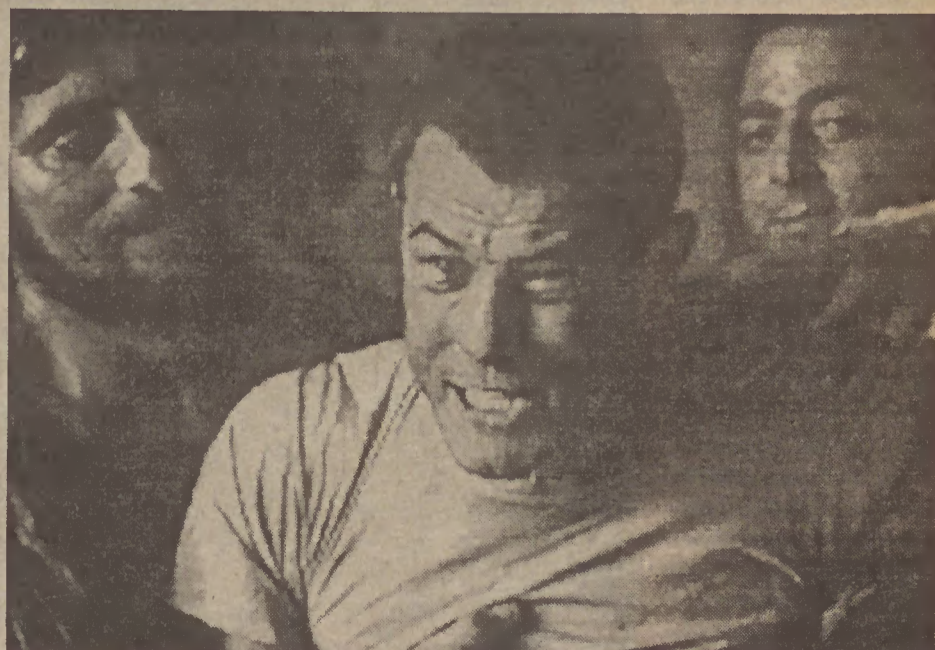
Algo irregular mas quase sempre irresistível, Nova Iorque é uma comédia sobre as desventuras de marido e mulher que, em Nova Iorque, procuram arranjar casamento para a irmã do cabeça de casal, de entre várias hipóteses que se vão apresentando: um milionário, um explorador, um jockey e um actor. Mas tudo acaba por ser rodeado por sarilhos inimagináveis nesta interessante sátira à Nova Iorque dos anos 20, realizada com talento por Richard Fleischer.



Joe Pesci e Marisa Tomei, intérpretes principais de «O Meu Primo Vinny», de Jonathan Lynn



Frank Sinatra e Kim Novak, em «O Homem do Braço de Ouro», de Otto Preminger



Uma cena de «O Expresso da Meia-Noite», de Alan Parker

O caso do coronel horroroso

■ Correia da Fonseca

É suposto que os críticos de Televisão, pela razão óbvia e elementaríssima que não o são de Cinema, devem esforçar-se por atentar pouco ou nada nos filmes dos circuitos comerciais cinematográficos que passam, aliás em cada vez maior quantidade, nos diversos canais de TV. Presume-se que tais filmes já foram objecto de avaliação especializada e porventura exaustiva por parte de críticos da área a que pertencem e também, naturalmente, que não é bonito meter foice em seara alheia. Esta regra já aqui foi explicada pelo menos uma vez, porventura mais vezes, pelo que é de crer que não se está a dar novidade nenhuma. Mas também aqui foi dito que esta, como todas as regras, tem os seus momentos de recomendável ou apenas perdoável excepção. Por exemplo, quando a surpresa, ou o deslumbramento, ou a indignação, ou comportamento escandaloso de algum canal, desencadeiam uma irreprimível necessidade de escrever para desse modo aproveitar o único privilégio que o crítico de TV tem sobre qualquer outro espectador: a possibilidade de não ficar calado.

Foi o que me aconteceu no passado sábado. Eu tinha chamado a SIC para o ecrã do meu televisor, decidido a não deixar escapar mais uma emissão do «Clube VIP», que é rubrica de muito nos maravilhar e grande proveito para cada um de nós, pois nela podemos contemplar em todo o seu esplendor as grandes figuras do nosso tempo, género Torres Couto e esposa, não sei se estão a ver. Estava eu, pois, nessa já enlevada espera, ainda faltavam muitas horas para o feliz encontro (também com Glória de Menezes e Tarcísio Meira «o casal mais televisivo da TV Globo», o que não era menos aliciante), quando inesperadamente, porque em desacordo com a programação anunciada, a SIC começou a fornecer-me um filme dos tais circuitos comerciais. Título: «Desaparecido em Combate - II». Tema, tal como de resto e do seu antecessor «I»: a Guerra do Vietnam. Mérito técnico, documental e ético: zero absoluto. E ali estava aquilo, no declinar de uma tarde de sábado, a ser injectado em milhões de lares portugueses: era a impostura, mas também a infâmia, a domicílio.

Intrujice e ódios velhos

«Desaparecido em Combate» é, digamos, um filme de guerra, e a guerra de que nos fala o filme é a Guerra do Vietnam. Nele, os combatentes vietnamitas são apresentados com os traços mais monstruosos, aplicados à prática ininterrupta dos mais atrozes crimes de guerra perpetrados sobre os valentes americanos que lhes caíram nas garras.

A história do conflito, os seus antecedentes próximos ou remotos, são ali minudências que não importam nada: tudo converge para a permanente denúncia do carácter bestial dos combatentes do Vietnam. Um coronel vietnamita concentra em si em altíssimo grau os traços dessa potenciada condição criminosa, mas não seja ninguém tão ingénuo que suponha que essa cristalização do Mal à escala de um indivíduo vem fazer esquecer o carácter colectivo do crime: por diversas vezes, e principalmente em momentos de grande tensão e brutalidade, os enquadramentos evidenciam uma grande estrela de cinco pontas a emoldurar, sobre fundo vermelho, as horrorosas malfeitorias do oficial comunista. Para que o telespectador aprenda bem que aquela não é a febre demoníaca de um homem com péssimo feitio mas sim, bem pelo contrário, a verdadeira natureza de uma ideologia, de um sistema político, de uma desumanidade friamente premeditada e organizada. Contra a qual,

como ali se viu, se ergueu a democrática generosidade norte-americana de intenções puras, valentia imparável e eficácia decisiva.

Por muito que eu abomine a intrujice, e mais ainda quando entendo que ela está longe de ser inocente, quase não levo a mal que um certo poder americano fabrique sem escrúpulos nem vergonha uma coisa daquelas e, desse modo,

prossiga perante os próprios norte-americanos a tentativa de inocentação de crime hediondo, averiguadíssimo e condenado em maior ou menor grau por toda a comunidade internacional (salvo excepções raras entre as quais a do fascismo salazarista), que foi a intervenção americana no Vietnam. Mais me indigna, porém, que uma estação portuguesa de TV decida impingir aquela infâmia a uma teleplateia que decerto inclui muitos milhares de jovens nascidos já depois da derrota americana e, por consequência, de todo desinformados quanto à verdade daquela guerra. Quer dizer, já nem faço questão de sublinhar os efeitos deformantes e venenosos da desinformação fascista e pós-fascista sobre o mesmo conflito e, de um modo mais geral, acerca da República do Vietnam e do espantoso caso de heroísmo colectivo que foi a sua luta. Mas recorro a falsificação, denunciada pelo «Avante!», a que recentemente deu ensejo a notícia da morte de Pol Pot, o criminoso de guerra que liderou os khmers vermelhos do Cambodja, patrocinado pelos norte-americanos e combatido pelos soldados vietnamitas, precisamente ao contrário do que sempre foi sugerido ou claramente afirmado pelos *media* «pluralistas» e «democráticos».

Temos, pois, que a transmissão de «Desaparecido em Combate-II», subpastelão de aldrabices e velhos ódios, foi um acto de cumplicidade da SIC com o que há de pior na indústria de propaganda política primaríssima e escandalosamente aproveitadora da credulidade do público. Dir-se-á talvez que está longe de ser caso novo, que pelo contrário se trata quase de uma rotina. Que, por consequência, não vale a pena estar aqui a esbravejar inutilmente, a despejar indignações. Talvez. Talvez não valha a pena. A dúvida que mais me ocupa, porém, é outra: é a de saber se vale a pena calar.

Todas diferentes, todas iguais

Os comunistas estão habituados a coabitar com uma extensa gama de calúnias de várias intensidades e tons, desde a mentirola que de tão tola e ridícula parece autodestruir-se (mas contudo sobrevive bem mais do que pode supor-se) até à viciação complexa e longamente sustentada no tempo, de tal modo que a mentira acaba por tomar o lugar de já indiscutida «verdade histórica». Os comunistas estão habituados, e também por isso já não refletem, embora a razão maior da sua aparente indiferença perante a calúnia seja a de lhes ser rigorosamente interdito o livre acesso aos *media* onde eventuais desmentidos podiam ter alguma eficácia. Porém, apesar de tudo isso e decerto que de muito mais, pelo menos de longe em longe sou tomado por uma grande vontade de dizer «não». Ainda que sem grande esperança de ser ouvido. Talvez para não me sentir cúmplice pelo silêncio, para me recusar ao «hábito». Dizer «não», protestar, indignar-me. Pelo menos às vezes.

Por exemplo: diante deste coronel pior que péssimo, vietnamita, comunista de filiação ideológica atestada pela tal estrela de cinco

pontas, enorme, estrategicamente colocada ao fundo pelo realizador norte-americano. A gente sabe que aquilo era um filme de rebotinho. Mas sabe também que esses são os filmes que lavam mais fundo e mais sujo os cérebros das grandes audiências. A gente sabe que o coronel horroroso era vietnamita e tinha os olhos em fenda, ao passo que vivemos em Portugal. Mas também sabe que os comunistas portugueses são «julgados» não pelo que têm sido e feito, mas sim pelo que supostamente são e fazem os comunistas (de verdade ou de mentira) das mais remotas regiões do planeta. A gente sabe que aquilo era um filme e as personagens eram de faz-de-conta. Mas também sabe que em matéria de estórias anticomunistas o mais tosco faz-de-conta vale como indiscutível. E a gente também sabe que por tudo quanto sabe é que a SIC se entretém a verter aquele Jixo em nossas casas no declinar de uma tarde de sábado.

Explode então o dever de lembrar que tudo aquilo é mentira reles. Que no Vietnam, como noutros lugares e noutros tempos, os grandes criminosos de guerra foram os norte-americanos (invoco o testemunho do Tribunal Russell, reconhecidamente não-comunista). Quanto à SIC, sublinho que não é de modo nenhum a única estação a servir-se desse lodo. Porque, bem pelo contrário, as emissoras de TV, podendo ser todas diferentes entre si, são todas iguais nesta guerra sem regras nem vergonha.



ESCAPARATE

CINEMA

O Centenário do Cinema

O Festival Internacional de Cinema de Tróia - FesTróia - apresenta um ciclo comemorativo do centenário do cinema em Portugal, cuja efeméride se celebra nestes dias. As sessões decorrem no Forum Municipal Luisa Todi, em Setúbal, com a

ra Tardia de Yasujiro Ozu, Non ou a Vã Glória de Mandar de Manoel de Oliveira, Juncos Silvestres de André Techiné, Viagem a Lisboa de Wim Wenders, O Puto de Stephæn Frears, Os Sete Samurais de Akira Kurosawa, O Monstro de Roberto Benigni e Verdes Anos de Paulo Rocha.

Cineastas de amanhã

Também integrada nas comemorações do centenário do cinema em Portugal, realizam-se hoje e amanhã, às 18.30, na Cinemateca Nacional, duas sessões particularmente interessantes. Na primeira serão projectadas oito curtas-metragens realizadas por alunos da Escola Superior de Cinema; na segunda, será a vez de serem apresentados pequenos filmes com duração não superior a 60 segundos cada e realizados por gente ainda mais nova: crianças e adolescentes franceses aos quais foi dada película para inventarem as suas primeiras experiências cinematográficas. Trata-se de uma iniciativa promovida pelo Departamento Pedagógico da Cinemateca Francesa a propósito do centenário do cinema e na sessão estará presente a coordenadora do projecto, Natalie Bourgeois.



Akira Kurosawa, um dos cineastas seleccionados

projectação de uma película por noite. Segundo os responsáveis do FesTróia, as nove obras que vão ser exibidas, sempre a partir das 21.30, «constituíram grandes êxitos da Sétima Arte» e o ciclo vai ser marcado pela «enorme diversidade estética de alguns dos maiores criadores cinematográficos». Os filmes seleccionados para o ciclo são Primave-

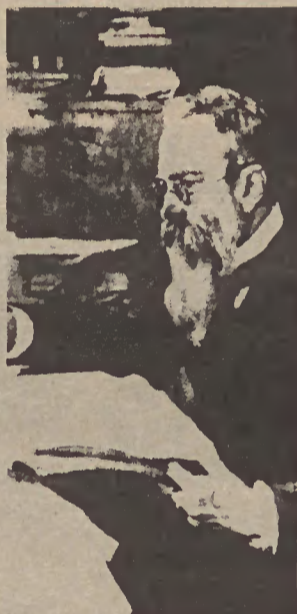
CLASSICA

Começou o XXXI Festival de Sintra

Em tempo de Festivais de Verão, aí está de novo mais uma edição de um certame cultural de grandes tradições em Sintra. Para os próximos dias, o destaque vai para três recitais em que o piano desempenha papel principal, a saber: sexta, 21, no Palácio Nacional de Sintra, um recital de canto e piano, com obras de Robert Schumann e

Hugo Wolf, pelos solistas Mitsuko Shirai (canto) e Hartmut Holl (piano); sábado, 22, no Palácio Nacional de Queluz, um recital de piano solo com um repertório constituído por obras escritas para a mão esquerda por Takács, Saint-Saens, Bach, Lipati e outros, sendo solista o pianista Leon Fleisher; e terça, 25, um recital para piano a quatro mãos pelos pianistas Artur Pizarro e Stephen Coombs, com obras de Rimsky-Korsakov, Debussy e Milhaud.

Todos estes recitais se realizam pelas 21.30 horas.



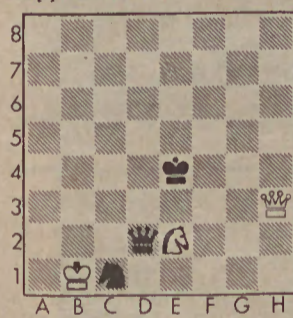
Rimsky-Korsakov (1844/1908)

XADREZ

DLXV - 20 DE JUNHO DE 1996
PROPOSIÇÃO Nº 1996X026
Por: B. HORWITZ & J. KLING - 1851

Fonte: KASPARIAN, Ghentikh, Domination in 2, 545
Endgame Studies, Moscovo, 1980, Progress

Pr.: [3]: Cc1 - Dd2 - R64
Br.: [3]: Cc2 - Dh3 - Rb1



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DLXV

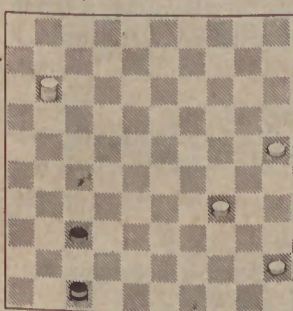
Nº 1996X026 [B.H. & J.K.]: 1. Cg3+!, R65; 2. Df5+, Rd4; 3. Dd7+, Rç3 [ç3]; 4. C64 [f1]+og.
A. de M. M.

DAMAS

DLXV - 20 DE JUNHO DE 1996
PROPOSIÇÃO Nº 1996D026
Por: GABET

[Executada em Jogo Prático, contra Milhaud] França (Damier
Menconais), 22.IX.1975

Pr.: [2]: 37-(47)
Br.: [4]: (11)-25-34-45

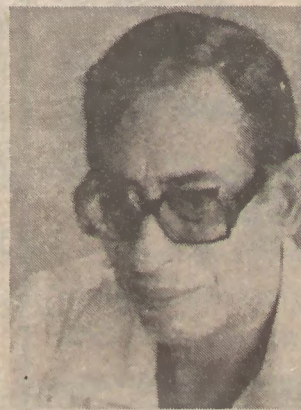
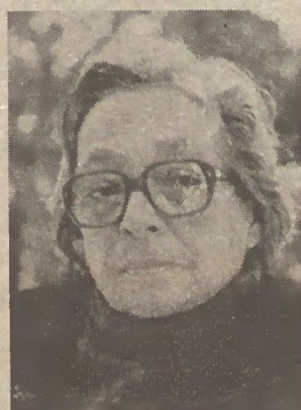


Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DLXV

Nº 1996D026 [G.]: 1. 18-28!, (37-42)*; 2. 28-33!, (42-48); 3. 33-38, (47x40); 4. 45x34 e +
A. de M. M.

TEATRO



Bernardo Santareno e Marguerite Duras no D. Maria II

A partir da noite de ontem e até 28 de Julho, às 21.30 (de terça-feira a sábado) e às 16.00 (todos os domingos) está de novo em cena no Teatro Nacional D. Maria II a peça O Crime da Aldeia Velha, de Bernardo Santareno, numa encenação de Carlos Avilez. Entre os principais intérpretes, contam-se Catarina Avelar, Fernanda Borsatti, Fernando Luís, Henriqueta Maya, João de Carvalho, José Neves, Lúcia Maria, Luz Franco, Ruy de Carvalho e Zita Duarte. A cenografia foi criada por José Rodrigues, os figurinos são desenhados por Catarina Amaro e a música é da autoria de Carlos Zingaro.

Entretanto, na Sala Estúdio do mesmo teatro, prosseguem (de terça a sábado às 21.45 e aos domingos às 16.30) as representações da versão cénica de Ernesto Sampaio para Moderato Cantabile, de Marguerite Duras, com encenação de Carlos Pimenta. A interpretação está a cargo

de Fernanda Alves, Mónica Calle e Rogério Samora. E o espectáculo vai estar em cena, igualmente, até 28 de Julho.

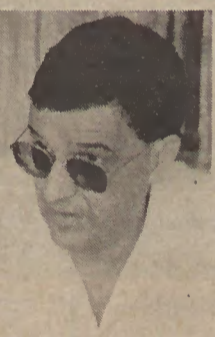
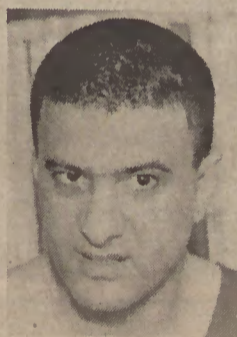
De e sobre Hamlet, no Villaret

Ainda um outro espectáculo produzido pelo Teatro Nacional D. Maria II está em cena, com imenso êxito, num outro palco da capital: o Teatro Villaret. Trata-se de Odeio Hamlet, de Paul Rudnick, uma comédia com encenação de Diogo Infante e interpretação de Maria Henrique, Cristina Carvalho, Fernanda Lapa, Ricardo Carriço e João Baião. Os espectáculos são também às 21.30 horas, de terça a sábado. Mas a peça sairá de cena já em 30 do corrente.

AR LIVRE

Música moderna no ACARTE

Com a participação dos dois fundadores do grupo português Telectu (Vitor Rua e Jorge Lima Barreto), serão apresentados no Auditório ao Ar Livre da Fundação Calouste Gulbenkian dois recitais incluídos num pequeno ciclo subordinado ao título «Concertos ao Ar Livre», numa organização do ACARTE. No primeiro destes recitais (hoje, dia 20) será ouvida a obra Stress, Relax com direcção e composição de Vitor Rua; amanhã e sábado será a vez de À Lagardère,

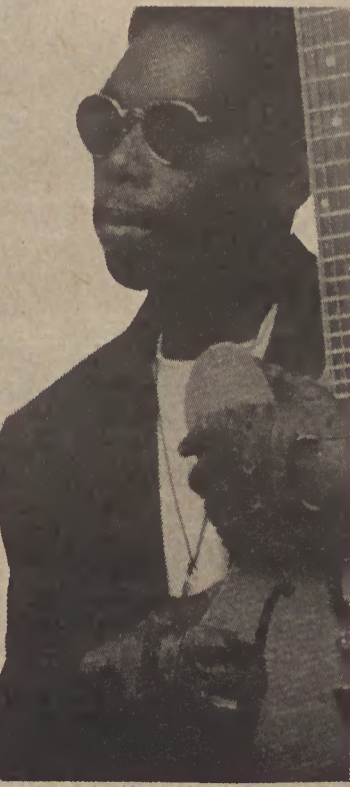


uma instalação/performance de Manoel Barbosa com direcção de Jorge Lima Barreto. Os concertos iniciar-se-ão às 19 horas.

BLUES

Lucky Peterson regressa

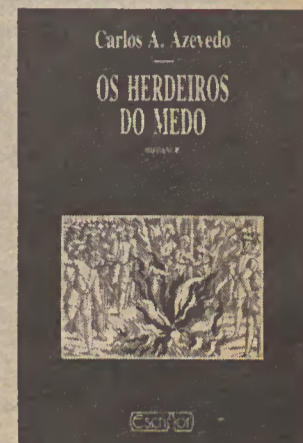
Para os amadores de blues portugueses, o nome de Lucky Peterson, um dos melhores músicos e cantores de blues actuais, não é desconhecido. Até mesmo «em pessoa»: ele já cá esteve em Portugal num dos últimos Jazz Num Dia de Verão (Cascais). Desta vez, Lucky Peterson cantará e tocará órgão e guitarra à frente de uma poderosa banda constituída por Brent Nance (bateria, percussão), Tony Brown (bateria), Walter Nelson (baixo), Tod Parsnow (guitarra), Linus Nance (órgão), Bill Eden (saxofone), Don Boney Field (trompete), James Exum (trombone), Tamara Stovall (voz, dança) e Selinza Mitchell (voz, dança). O espectáculo realizar-se-á no Grande Auditório do Centro Cultural de Belém, na próxima quarta-feira, pelas 22.00.



LIVROS

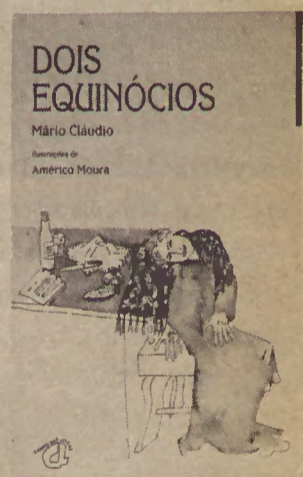
Os Herdeiros do Medo

De Carlos Azevedo, este romance que a editora Escritor lançou recentemente. Um brasileiro - o escritor nasceu na cidade de João Pessoa, no Nordeste, e estudou no Recife, tendo fixado residência na Alemanha onde vive desde 1974 - a meter-se na história dos portugueses, num



tempo em que a história nos era comum. Com efeito, trata-se aqui de um romance histórico, com António José da Silva, o Judeu, a protagonizar um enredo passado nos tempos sombrios de setecentos, em que pedreiros-livres e outros "subversivos" lutavam pela claridade.

Carlos Azevedo, que se formou em Sociologia e Ciências Políticas e é doutorado em Antropologia, é autor de vários ensaios e de obras de ficção. O seu primeiro romance, Triade, de 1985, mereceu de Jorge Amado a seguinte apreciação: "Um livro único, que é como um cálice de certos conhaques fortes, inebriantes." Ao leitor cabe descobrir se este romance "neo-barroco", como o autor o define, merece também ser lido com tanto gosto.



Dois Equinócios

Quem se atreve a editar poesia nos tempos que correm? Poucas editoras se lançam em tal aventura e a Campo das Letras é uma das excepções. É claro que a ousadia é tanto menos de estranhar quanto maior for o mérito e o destaque do poeta, e este poeta é nada menos que Mário Cláudio, um escritor de vasta obra, que cobre um largo espectro de "géneros" - do romance e da novela ao teatro e à crítica, com significativas passagens pela poesia, onde tudo parece ter começado.

Uma edição - como sempre cuidada - com ilustrações de Américo Moura.

A TALHE DE FOICE Bicharada

A cimeira de Florença, no próximo fim-de-semana, promete ser um imbróglia muito mais complicado do que é costume nestes encontros topo-de-gama da União Europeia, onde por tradição todos estão à partida em desacordo e quase sem excepção acabam os eventos no mais completo consenso, como mandam as regras do livro de estilo de bem servir a opinião pública inventado algures por um burocrata com futuro.

Desta vez - quem podia imaginar! - a situação está virada do avesso, pelo menos aparentemente, que estas coisas em política nunca são o que parecem, embora pareçam muitas vezes o que são, pelo menos para quem já percebeu que nem tudo o que luz é ouro.

Temos assim que a caminho de Florença vão quinze estados-membros com as ideias em polvorosa por causa das vacas loucas, o que é perfeitamente natural, até porque um deles não se cansa de moer o juízo aos outros catorze na sua cruzada em defesa do bife e afins, que nesta altura do campeonato nem os sucessos no futebol conseguem distrair os britânicos dos monumentais prejuízos que, à pala das pacíficas, ainda que loucas, vacas, lhes tocou em desdita.

Com a persistência que se lhes reconhece, os súbditos de sua majestade vão distribuindo ameaças, boicotes e muito, muito chá, em operações de chantagem e de charme, exasperando à vez cada parceiro e granjeando a compreensão dos restantes, conforme se está ou não no rol dos visados, que ninguém quer abrir mão da possibilidade de num futuro próximo lhes seguir as pisadas, seja por eleições à porta, porque valores mais altos se levantem ou porque, independentemente do caso em concreto, apreciem o vigor com que do outro lado da Mancha se defendem os interesses nacionais. Entalados entre as preocupações com a saúde pública, os interesses económicos, os compromissos políticos, a solidariedade comunitária, os acordos de Maastricht, as campanhas de marketing, os lobbys, os interesses externos, os problemas internos, a moeda única, os programas para o emprego, as pressões do capital, as lutas dos trabalhadores, as quotas da sardinha, etc., etc., etc., os restantes catorze estados-membros não sabem para que lado se virar, não têm tempo para se coçar. Quer dizer, não tinham, que para tornar tudo ainda mais intrincado eis que os franceses trouxeram esta semana a público a notícia da coceira no gado ovino, ao que parece uma versão da doença das vacas loucas, que deixa não só os animais pelados como impróprios para consumo. Segundo consta, que nestas coisas os comités científicos demoram a pronunciar-se, a introdução de farinhas de origem animal nas rações, transformando herbívoros em carnívoros (e nalguns casos em canibais), está a perturbar profundamente as espécies que nos habituámos a pôr no prato. O pior é que as doenças são - ou há fortes indícios de serem - passíveis de transmissão ao homem, o que, no mínimo, nos deve deixar a ruminar no futuro.

Imagine-se agora que os franceses decidem seguir o exemplo dos britânicos e que na cimeira de Florença não admitam que alguém venha com comichões pôr em causa os ensopados de borrego! Será o bom e o bonito. Por este andar, ainda acabamos todos - se o não estamos já - entregues à bicharada.

■ AF

Um problema
de toda
a
sociedade

Comunistas propõem reforma democrática da Segurança Social

No sábado, realiza-se em Lisboa um encontro nacional do Partido, que se propõe analisar a situação actual, apreciar as propostas conhecidas e contrapor o ponto de vista do PCP.

Os problemas da Segurança Social e os propósitos privatizadores que ultimamente têm sido propagandeados com insistência não dizem só respeito aos actuais beneficiários, uma vez que estão a ser postos em causa direitos dos que hoje são sobretudo contribuintes: os trabalhadores no activo.

A consciência de que a reforma do sistema de Segurança Social diz respeito a toda a sociedade - uma vez que se trata de garantir um direito fundamental de todos os cidadãos e preservar um importante património social erguido

por gerações de trabalhadores - levou o Partido a insistir no aprofundamento e alargamento do debate.

Nesta fase mais recente, a actividade dinamizada pela comissão nacional do PCP para as questões da Segurança Social foi marcada pela realização de dois encontros de quadros, a nível nacional, onde foram adiantadas ideias, críticas e propostas. O encontro nacional do próximo sábado prossegue este trabalho e deverá desenvolver algumas orientações e medidas que já surgiram no Programa Eleitoral do

Partido, nas legislativas de 1 de Outubro.

Deverá ser analisada a nova fase da ofensiva contra o sistema público, estimulada por poderosos interesses financeiros, que é conduzida em nome da salvação do sistema, mas aponta para uma grave redução dos direitos. Também será apresentado um estudo sobre os prejuízos causados aos trabalhadores pelas polémicas medidas do último governo PSD/Cavaco nesta área (o aumento da idade de reforma das mulheres e a alteração da fórmula de cálculo das pensões).

As propostas do PCP defendem o equilíbrio financeiro do actual sistema (devendo o Estado assumir as suas responsabilidades quanto aos regimes

não contributivos) e o alargamento e aperfeiçoamento da base de financiamento da Segurança Social.

O encontro nacional realiza-se no Hotel Altis, aguardando-se a participação de cerca de 400 pessoas, entre dirigentes e militantes do Partido nas diversas organizações, activistas sindicais e membros de outras estruturas representativas de trabalhadores, quadros de empresas e especialistas nas matérias em discussão.

A sessão de abertura, em que intervém o camarada Edgar Correia, da Comissão Política, está marcada para as 10.30 horas. Na sessão de encerramento, cerca das 18 horas, intervém o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

Conselho de Estado

Carlos Carvalhas participou anteontem à tarde na primeira reunião do Conselho de Estado após as eleições presidenciais, que aprovou a proposta de alteração do Estatuto Orgânico de Macau (foto). Antes, o secretário-geral do PCP chefiou a delegação que expôs ao primeiro-ministro as posições do Partido quanto à próxima cimeira da União Europeia, chamando a atenção para a necessidade de medidas efectivas de combate ao desemprego.



PCP publica dossier

Contributo para o debate sobre a regionalização

Está desde ontem em distribuição um dossier intitulado «O essencial sobre a regionalização», editado pelo PCP no quadro das iniciativas com que se pretende «por diversos meios, contribuir activamente

para um debate sério, profundo e esclarecedor da questão da criação e instituição das regiões administrativas no Continente» - como se refere na Introdução.

A publicação agora disponibilizada contém uma série de

perguntas e respostas sobre a matéria da regionalização, bem como o texto integral dos projectos de lei do Partido sobre a criação das regiões administrativas e respectivas atribuições, procurando «colocar ao alcance

de todos os interessados as informações, concepções e argumentos do PCP em defesa desta importante reforma democrática e que, aliás, têm sido particularmente silenciados e discriminados». Objectivo claramente assumido, ao publicar este dossier, é também «responder de forma directa e frontal às confusões, caricaturas e mistificações com que muitos adversários da regionalização deliberadamente têm procurado intoxicar a opinião pública».

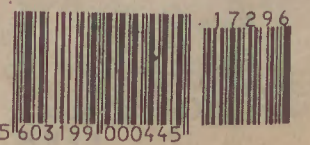
Executiva da CGTP-IN

As matérias acordadas em Janeiro pelo Governo com os sindicatos da Administração Pública estiveram em foco na primeira reunião da Comissão Executiva da CGTP após o 8º Congresso da central. A Executiva reclamou anteontem à tarde a revogação da lei dos disponíveis e a publicação do decreto-lei sobre precariedade de trabalho.

Manuel Lopes, da direcção da Inter, disse à Agência Lusa que o desemprego foi o principal tema discutido na reunião, tendo a CGTP colo-

cado «muitas reticências à continuidade da política económica» do Governo português e da UE.

Também os representantes da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, que anteontem reuniram com o Governo, voltaram a criticar os atrasos no cumprimento de conteúdos fundamentais do acordo, realçando que só após a manifestação do passado dia 5 o executivo avançou com propostas concretas quanto aos disponíveis, ao emprego precário e outras importantes matérias.



da festa! / Avante!

Director
Carlos Brito
SUPLEMENTO Nº 2
20 de Junho de 1996
Não pode ser vendido
separadamente

AMORA-SEIXAL
6, 7 e 8 SETEMBRO

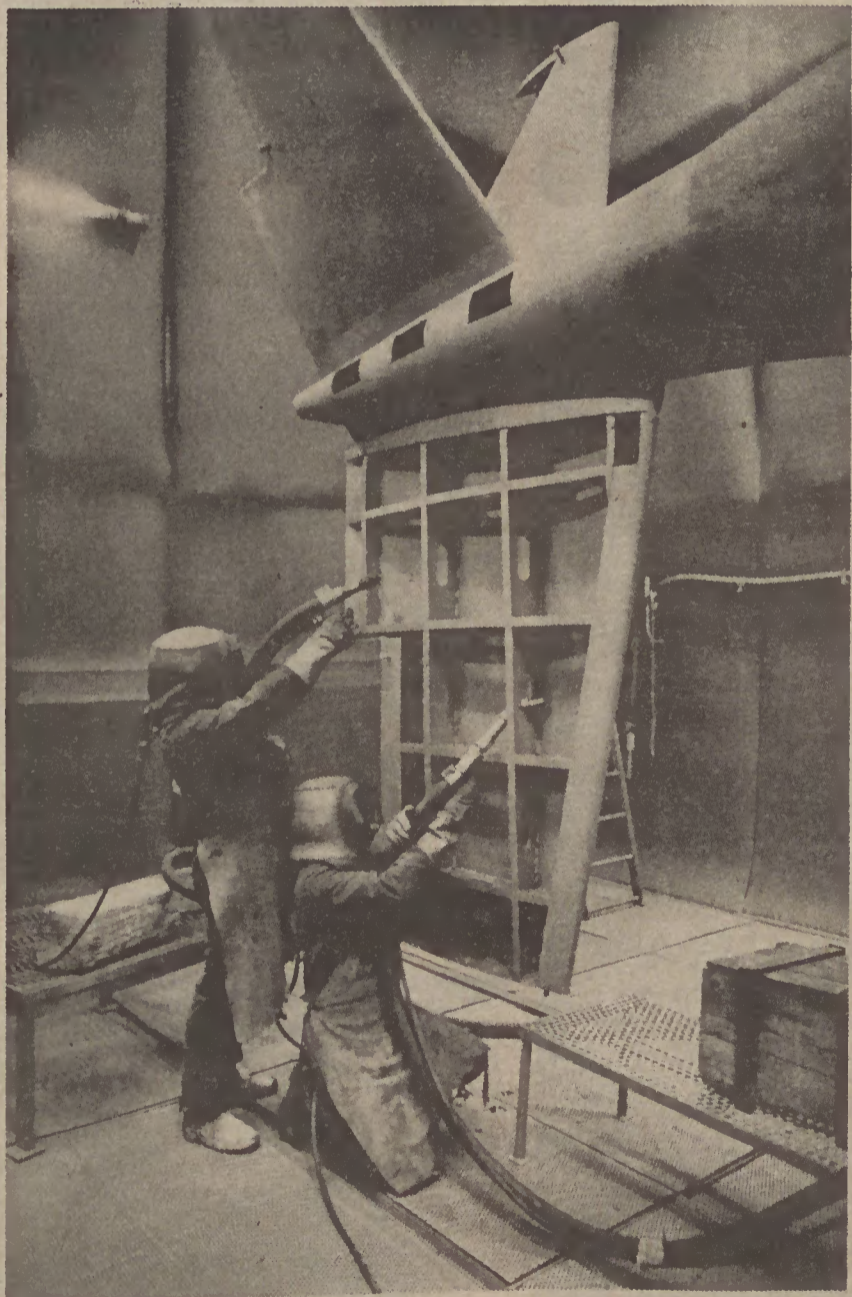
EP já!



Comprar já a Entrada Permanente para a 20ª edição da Festa do «Avante!» é um acto com graves implicações:

- garante receitas indispensáveis para erguer, renovada e valorizada, a maior realização política e cultural que tem lugar no País;
- assegura, à distância suficiente para combinar todos os encontros de amigos, que só um motivo de força maior impedirá a presença na Quinta da Atalaia, a 6, 7 e 8 de Setembro;
- como é a única compra que se pode fazer por antecipação, evita um futuro dispêndio de 2 mil escudos, que valem muito mais nos dias da Festa do que agora.

E, se isto são boas razões para comprar já a EP, também são boas razões para a vender com todo o entusiasmo de quem está a fazer a Festa. Já!



**Sebastião
Salgado
na Festa**

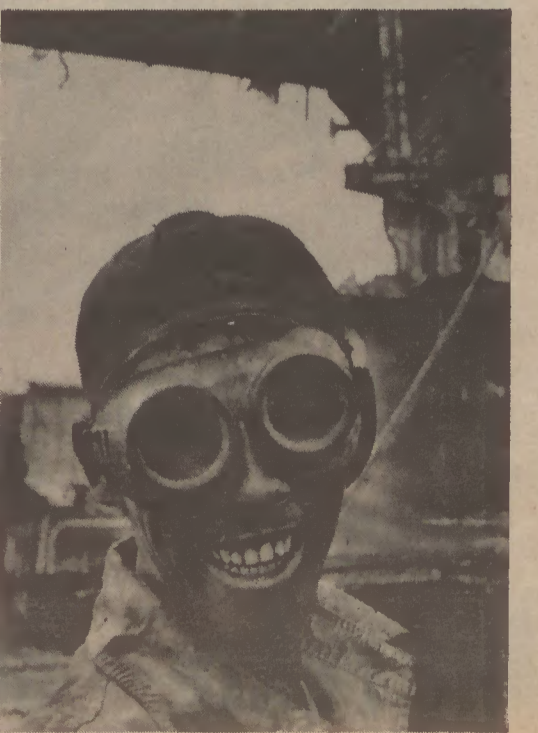
"Trabalhadores"

Grande exposição no Pavilhão Central

"Trabalhadores"

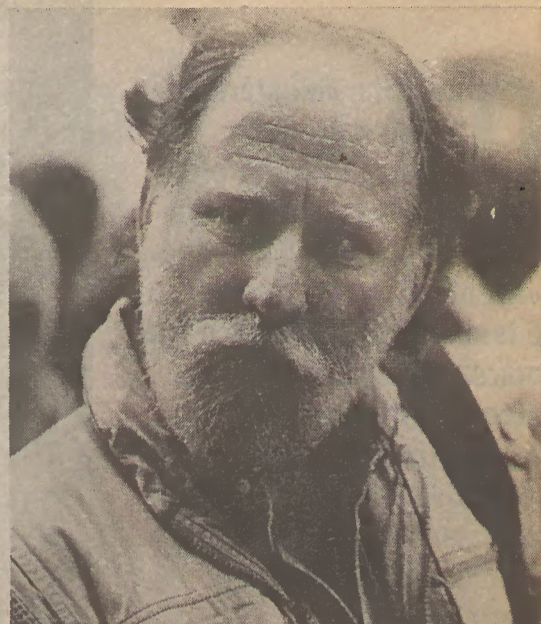
Grande exposição fotográfica
de Sebastião Salgado

no Pavilhão Central da 20ª Festa do «Avante!»



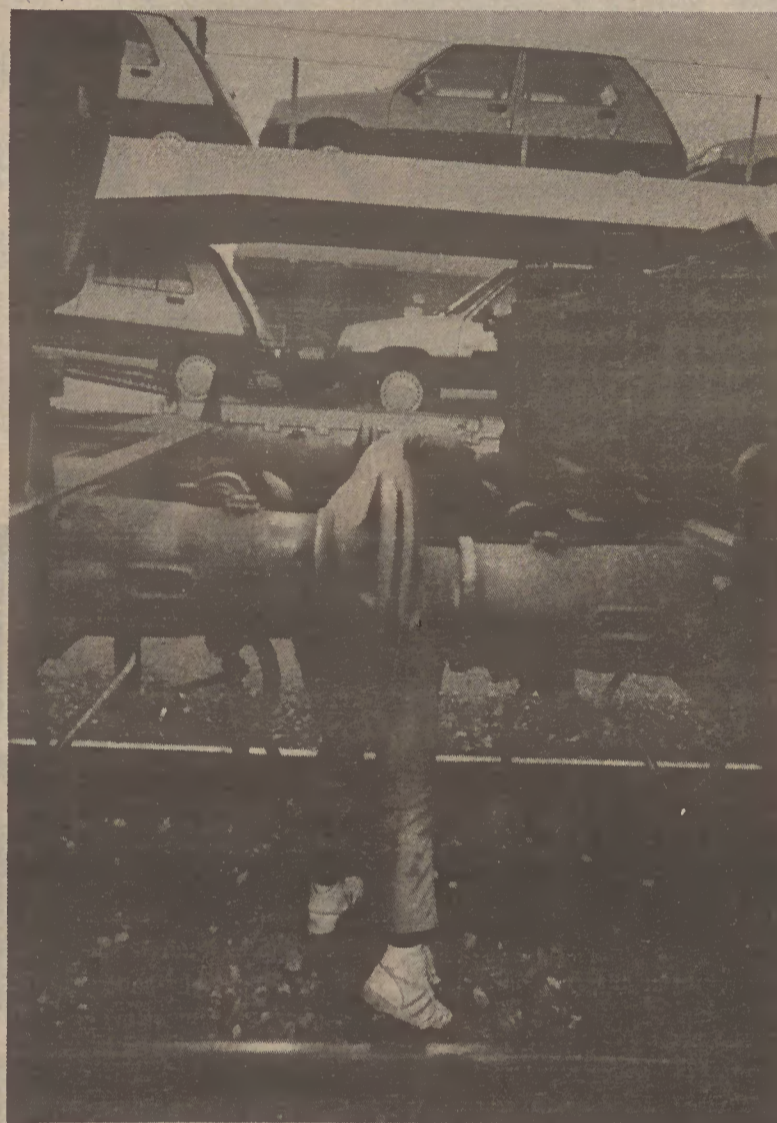
Como «prova de respeito» e «homenagem» aos trabalhadores, o fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado reuniu as imagens que correram (e correm) mundo, na exposição «Workers», e que ficaram em Portugal num álbum publicado pela Editorial Caminho. Sebastião Salgado seleccionou mais de seis dezenas de fotos daquela série, que vão estar na área central da Festa

do «Avante!» deste ano, em ampliações de 50 por 70 centímetros. A comissão organizadora mantém contactos com o fotógrafo, procurando que este possa estar pessoalmente na Festa e contacte os muitos portugueses que apreciam a sua arte e para quem a exposição «Trabalhadores» é mais uma forte razão para se deslocarem à Quinta da Atalaia.



Biografia

Sebastião Salgado nasceu em 1944, no estado de Minas Gerais. Em 1968, um ano depois de concluir a licenciatura, obtém o mestrado em Economia, nas universidades de São Paulo e Vanderbilt (EUA). De 1969 a 1971, frequenta, em Paris, a Escola Nacional de Estatística e Administração Económica, doutorando-se em 1971 na Universidade da capital francesa. A fotografia surge quando, de 1971 a 1973, trabalha em África para a Organização Internacional do Café. Demite-se, regressa a Paris e começa a trabalhar como repórter fotográfico. Os seus primeiros trabalhos registam a seca no Sahel, em África, e trabalhadores imigrados na Europa. De 1977 a 1983, para um projecto documental sobre camponeses, desloca-se várias vezes à América Latina; o resultado seria o livro «Autres Amériques». Em 1979, entra para a Magnum. Em 1986, dá início a um projecto sobre o desaparecimento das indústrias manuais, que seria concretizado em 1993 na exposição e no álbum «Workers».



«**E**stas fotografias, estas figuras de trágica grandeza, foram talhadas em pedra ou madeira por um escultor desesperado? Esse escultor é o fotógrafo? Ou Deus, ou o Diabo, ou a realidade terrestre? Na verdade, é difícil olhar estas figuras impunemente. Não imagino que alguém possa sacudir os ombros, virar a cabeça e afastar-se assobiando, cego e alheio, como se não tivesse visto nada.»

Eduardo Galeano

«**A**s fotografias de Salgado oferecem um retrato múltiplo da dor humana. Ao mesmo tempo, convidam-nos a celebrar a dignidade humana. São de uma franqueza brutal, estas imagens da fome e da pena, e no entanto têm respeito e pudor. Nada a ver com o turismo da miséria: estes trabalhos não violam a alma humana, mas penetram-na para a revelar. Às vezes, Salgado mostra esqueletos, quase cadáveres, e a dignidade é a última coisa que lhes resta. Foram despojados de tudo, mas têm dignidade. Aí está a fonte da sua inexplicável beleza. Não são macabros, obscenos exibicionismos da miséria. Aqui existe poesia do horror, porque existe sentido da honra.»

Eduardo Galeano

O trabalho voluntário é, desde a primeira edição, um pilar em que assenta todo o esforço de construção da Festa do «Avante!». Ao mesmo tempo, é também um forte traço que marca todo o ambiente de alegria e fraternidade, característico da maior iniciativa política e cultural de massas que desde 1976 tem lugar no nosso país. Trabalhadores e trabalhadoras das mais diferentes profissões e qualificações, estudantes libertos das obrigações lectivas, reformados cheios de vigor e vontade, minhotos e alentejanos, alfacinhas e tripeiros, beirões e ilhéus, moços e moçoilas, loiras e morenas, brancos e tintos, verdes e maduros - todos se encontram na festa de fazer a Festa. As necessidades obrigam a aprender e imaginar para além do que cada um já sabe fazer; as arestas das relações humanas são limadas nos obstáculos vencidos em comum; o esforço empenhado faz-se trabalho livre, oferecido, consciente, voluntário. É assim desde a primeira Festa do «Avante!», em 1976, na FIL.



Trabalho voluntário

